UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBVCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

AUTOR: **MARCO ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO**

Padrões Contemporâneos na Explicação da Formulação de Políticas de Comércio Exterior

Recife
2006

Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal de Pernambuco

PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Autor: *Marco Antonio Ferreira de Araújo*
Orientador: *Flávio da Cunha Rezende*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, como requisito para obter título de Mestre em Ciência Política.

Araujo, Marco Antonio Ferreira de
Padrões contemporâneos na explicação da formulação de políticas de comércio exterior / Marco Antonio Ferreira de Araujo. – Recife : O Autor, 2006.
viii, 118 folhas : il., fig., tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciência política – Políticas públicas – Formulação de política externa. 2. Comércio exterior – Livre comércio – Protecionismo comercial. 3. Desenho institucional – Executivo e legislativo – Preferências. 4. Fatores de produção – Exportação e importação – Interesses. 5. Grupos de interesses especiais – Lobbies. I. Título.

327	**CDU (2.ed.)**	**UFPE**
320.6	**CDD (22.ed.)**	**BC2006 – 579**

Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Dissertação do aluno **MARCO ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO**, intitulada "**Padrões Contemporâneos na Explicação da Formulação de Políticas de Comércio Exterior**" para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Aos 21 dias do mês de agosto de 2006, às 15:00 horas, no Auditório da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Dissertação intitulada "**Padrões Contemporâneos na Explicação da Formulação de Políticas de Comércio Exterior**" composta pelos professores: Flávio da Cunha Rezende (Orientador), Ernani Rodrigues de Carvalho Neto 2° examinador e o Professor Thales Cavalcanti Castro 3° examinador. Sob a presidência do primeiro, realizou-se a argüição do candidato Marco Antônio Ferreira de Araújo. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera **APROVADA**. E nada mais havendo a tratar, eu, Amariles Revorêdo, secretária do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora. Recife, 21 de agosto de 2006.

Amariles Revorêdo (Secretária)

Marco Antônio Ferreira de Araújo (aluno)

Flávio da Cunha Rezende Cavalcanti (Orientador)

Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (Examinador Interno)

Thales Cavalcanti Castro (Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e às minhas avós Do Carmo (*in memoriam*) e Lindalva.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio fundamental do ***Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*** (CNPQ) - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ao meu Orientador, Professor Flávio Rezende, pelo qual nutro grande admiração e respeito, agradeço pela paciência nos momentos iniciais da pesquisa, quando havia vários pontos a serem acertados, e sobretudo, pela amizade;

Ao professor Marcus André Melo, pelos conselhos que me ajudaram a planejar e conduzir minha agenda de pesquisa até então;

Ao Professor Pedro Lincoln Mattos (Departamento de Ciências Administrativas da UFPE), examinador externo da banca de avaliação do projeto deste estudo, pelas recomendações propostas naquela ocasião que levaram a importantes redirecionamentos metodológicos. Também não posso deixar de agradecer a contínua ajuda do Professor Marcelo Medeiros (professor deste programa de pós-graduação), examinador interno da banca de avaliação do projeto desta pesquisa, por sua *critiqué* que me levou a reflexões mais aprofundadas do meu estudo, e pela amizade e respeito mútuos;

À Professora Janann Joslin Medeiros, pela qual eu fui apresentado ao meio científico (ainda na minha graduação em Administração), prestando os seus ricos conhecimentos sobre estudos de caso, sobre pesquisas científicas e sobre o mundo científico e acadêmico, sem os quais esta pesquisa muito se empobreceria. Alguns deles, apenas agora, começam a fazer sentido para mim;

Agradeço a Priscila Lapa pelo importante auxílio na edição do texto deste trabalho.

Finalmente, agradeço a Deus pelo que eu sei que ele fez por mim durante essa jornada, e também pelas ajudas que não tomei conhecimento.

Valeu a pena ? Tudo vale a pena
se a alma não é pequena.
Quem quere passar além do Bojador
tem que passar além da dor.
Deus, ao mar o perigo e o abysmo deu
mas nelle é que espalhou o céu.

Fernando Pessoa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Autor: **Marco Antonio Ferreira de Araújo**
Orientador: **Flávio da Cunha Rezende**, PhD.

RESUMO

O objetivo deste estudo exploratório e comparativo de casos (artigos) foi identificar padrões competitivos de explicação da formulação das políticas de comércio exterior (FPCE), na agenda de pesquisa contemporânea. Foram analisados trinta e um artigos sobre o tema, publicados em revistas científicas com alto fator de impacto. Utilizaram-se métodos e técnicas qualitativas para a análise dos dados. Foram identificados quatro padrões de explicação: pelo Desenho Institucional (configuração das preferências do Executivo e Legislativo), por Grupos de Interesses Especiais (*Lobbies*), por Linhas Fatoriais (Mão-de-obra *versus* Capital), e por Linhas Setoriais (Interesses de expansão das exportações *versus* Interesses de concorrência às importações). As principais conclusões são: (1) das quatro explicações, duas usam causas de natureza política, enquanto as outras utilizam causas de natureza econômica; (2) as quatro explicações mostram clara predominância do Paradigma da Política Doméstica; (3) pelo menos no campo de estudo da FPCE, fatores domésticos e de estruturas de formulação das decisões realmente ocupam um papel primário nas análises.

Palavras-chave: **política de comércio exterior, protecionismo e liberalismo**, **livre comércio, grupos de interesses especiais** (*lobbies*), **desenho institucional**, **mobilidade de fatores**, e **setores industriais**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTMENT OF SOCIAL SCIENCES
GRADUATION IN POLITICAL SCIENCE
MASTER PROGRAM IN POLITICAL SCIENCE

CONTEMPORARY PATTERNS OF EXPLANATION ON FOREIGN TRADE POLICY-MAKING

Author: **Marco Antonio Ferreira de Araújo**
Supervisor: **Flávio da Cunha Rezende**, PhD.

ABSTRACT

This comparative and exploratory case study identifies contending patterns of explanation on foreign trade policy-making (FTPM), in the contemporary research agenda. Thirty one articles published in high qualified scientific reviews were analysed by using qualitative methods and technics. I find four patterns of explanation: by using i) Institutional Design (i.e. configuration of the Executive and Legislative preferences); ii) Special Interest Groups (lobbies); iii) Factorial Lines (Labour *versus* Capital); iv) Sectorial Lines (export expanding interests *versus* import competing interests). The main conclusions are: (1) two patterns of explanation use causes of political nature and the others use causes of economic nature; (2) all the four patterns show the Paradigm of Domestic Politics is predominant; (3) in the field of studies on FTPM, domestic factors and decision-making processes and structures play a central role.

Key-words: **foreign trade policy, protectionism and liberalism, free trade**, **special interest groups** (*lobbies*), **institutional design**, **factor mobility**, **industrial sectors**.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 01
1.1 Problema de Pesquisa 03
1.2 Justificativa da Pesquisa 06
1.3 Organização da Dissertação 07

2. O PROBLEMA DA LIGAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE. 09
2.1 Agência e Estrutura na Ciência Política Comparada: o posicionamento de Mahoney e Snyder 09
2.2 A Conexão Micro-Macro e a Teoria da Ação: o modelo de James Coleman 17
2.3 Níveis de Unidade de Ação ou Análise 19

3. PARADIGMAS DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA 21
3.1 O Paradigma Estrutural-Sistêmico 21
3.2 O Paradigma da Política Doméstica 24
3.3 O Paradigma da Liderança 30

4. COMPONENTES DAS EXPLICAÇÕES-PADRÃO 36
4.1 Mecanismos Causais Propostos 36
4.1.1 Coalizões Políticas e Escolhas de Plataformas de Políticas 36
4.1.2 Contribuições de Campanha, Benefícios Eleitorais Seletivos e Produção de Políticas Comerciais 38
4.1.3 Mudança Institucional e Padrões de Política Comercial 42
4.1.4 Interesses Setoriais e Clivagens Político-Eleitorais 44
4.1.5 Estrutura Social, Posições Ideológicas e Políticas Comerciais 45
4.2 A Rivalidade nos Argumentos 50
4.3 As Problematizações 53
4.4 Variáveis Independentes 55
4.5 A Conexão Micro-Macro 56
4.6 Paradigmas 61
4.7 Nível de Unidade de Ação 62
4.8 Críticas e Limites. 63

5. PADRÕES DE EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR 69
5.1 Desenho Institucional 69
5.2 Linhas Fatoriais (Mão-de-Obra ou Capital) 75
5.3 Linhas Setoriais (Interesses de Expansão das Exportações *versus* Interesses de Concorrência às Importações) 81
5.4 Grupos de Interesses Especiais (*Lobbies*) 86

6. CONCLUSÃO 94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 98
ANEXOS 106

1. INTRODUÇÃO

O que leva os Estados a adotarem políticas de comércio exterior[1] mais protecionistas? Ou por outro lado, o que os leva a adotarem certas políticas que beneficiam o livre comércio? Quais mecanismos explicam *como* e *por que* tais políticas emergem? Na literatura existente no campo da ciência política, os pesquisadores têm procurado responder a essas questões, dando atenção à formulação da decisão, com o intuito de analisar o comportamento decisório dos eleitores, legisladores, oficiais executivos, líderes de grupos de interesse, políticos e outros atores da arena política, embora a maior parte desses analistas tenham centrado seus estudos na formulação da decisão *em situações de crise* (Dougherty e Pfaltzgraff, 2001).

No campo das Relações Internacionais (RI), similarmente, um conjunto significante de estudos tem sustentado a proposição de que a política doméstica é tipicamente uma parte crucial da explicação para a política externa do estado. De acordo com Fearon (1998), numa grande revisão de artigos publicados entre 1987 e 1996, mais do que um terço destes trabalhos apontava fatores de política doméstica como variáveis independentes ou intervenientes (dado que a maior parte destes artigos não objetivava explicar a política externa, o percentual de um terço permaneceu impreciso, segundo o autor).

[1] "O que distingue o comércio internacional do doméstico é a maior prevalência das barreiras (tanto naturais quanto artificiais) ao comércio e aos movimentos de fatores, em primeiro lugar; moedas diferentes; e (talvez o mais importante) governos autônomos, levando a um padrão de choques os quais impactam diferentes países de diversas maneiras." [...] " O fato de que governos nacionais agem de forma independente leva à necessidade de analisar os efeitos de choques em países específicos, que tomam a forma de intensificação ou liberalização de restrições sobre comércio ou movimento de capital, transferências unilaterais tais como pagamentos de reparação, doações, ou empréstimos, e disparidades nas políticas monetária e fiscal." (The New Palgrave, 1991, p. 922)

Muitas pesquisas em RI têm sido conduzidas no sentido de responder à pergunta *Quem governa ?* (Dahl, 1974). Dentre elas, algumas procuram explicar os efeitos de *governos divididos* na formulação da política externa (Mayhew, 1991; O'Halloran, 1994; Lohmann e O'Halloran, 1994; Milner e Rosendorff, 1997; Coleman, 1996 e 1997; Hiscox, 1999; Karol, 2000). Outras procuram entender os efeitos do *tipo de regime* nessa política (Mansfield e Snyder, 1995a,b; Russett, Oneal, e Davis, 1998; Bueno de Mesquita et al. 1999; Gaubatz, 1996). Uma perspectiva mais ampla das RI toma variáveis como *tamanho do país* e *posição no sistema internacional*, para explicar a emersão das políticas externas (Waltz, 1979; Morgenthau, 1978; Krasner, 1976; Lake, 1993; Katzenstein, 1985). Estudos mais recentes partem de uma perspectiva que foca no *estilo* ou *tipo de unidade de liderança do país*, pressupondo que essas unidades tomariam as decisões, resguardadas dos fatores domésticos e dos internacionais sistêmicos (Hermann, 1977, 1980a, 1980b, 1984, 1989; Tetlock, 1979, 1981, 1983; Winter, 1987, 1993; Garrison, 2003; Schafer, 2003).

O debate sobre essas diferentes explicações da formulação de política externa permanece intenso, e a agenda de pesquisa dessa área precisa manter essa discussão por meio de outras pesquisas que tragam contribuições importantes para o debate.

Tencionando contribuir com o mencionado debate sobre formulação de política externa, delimito o meu campo de análise e procuro identificar as grandes explicações sobre *formulação de políticas de comércio exterior* (FPCE), existentes na agenda de pesquisa[2] contemporânea. Para tanto, este trabalho tem como objeto de estudo um conjunto de 31 artigos (Unidades de Análise – ver **ANEXO 1**) tomados como casos, cujas autorias são de reconhecidos pesquisadores da referida temática (FPCE),

[2] Refiro-me ao conjunto de questões conflitantes ou divergentes, relativas a uma determinada temática de pesquisa.

publicados em revistas científicas com alto fator de impacto, disponíveis no portal eletrônico PERIÓDICOS da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[3].

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agenda de pesquisa contemporânea na área de formulação de política externa abriga debates sobre como esta é construída, o papel das preferências dos líderes nas decisões de política externa, além de outras questões relacionadas (Taner, 2002). Para cada uma delas, existem diferentes respostas que podem ser categorizadas em três grandes paradigmas[4] (idem, ibidem): **1)** o comportamento de um governo é limitado ou facilitado por fatores sistêmicos; **2)** a ação de política externa de um governo é modelada pela sua estrutura doméstica; **3)** a liderança é fator importante na formulação da política externa, que será manejada pela orientação do líder, resguardado tanto das limitações sistêmicas quanto das estruturas domésticas presentes.

Existem controvérsias sobre a natureza do processo de decisão e sobre os paradigmas apropriados ao seu estudo (Dougherty e Pfaltzgraff, 2001), mas há muito se tem observado o predomínio do paradigma dos fatores sistêmicos na explicação do relacionamento entre a formulação da política externa e o comportamento de política externa de um país. Todavia, alguns autores defendem que este quadro tem mudado, de

[3] Para detalhamento do mecanismo de seleção dos casos (artigos), ver o Protocolo de Pesquisa (**ANEXO 3**).

[4] "Um paradigma é uma constelação de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade científica que apresenta uma determinada concepção da realidade, estruturada a partir de um determinado tipo de pensamento" (Kuhn, 1975: 271). São compostos de ontologia, epistemologia e metodologia. A ontologia é o conjunto de hipóteses centrais do paradigma; a epistemologia é a maneira-padrão de aplicação das leis fundamentais em diferentes situações; e a metodologia corresponde à instrumentação e técnicas instrumentais necessárias à aplicação das leis do paradigma ao mundo real.

modo que os fatores domésticos e as estruturas de formulação da decisão teriam passado a ocupar um papel de importância primária nas análises sobre política externa (Taner, 2002).

Identificar as explicações da formulação de política de comércio exterior (FPCE) é fundamental para a compreensão do rumo que a agenda de pesquisa nessa área tem tomado. A análise que este trabalho se propõe a fazer pode confirmar (ou não) se a presença dos dois últimos fatores (domésticos e de liderança) é realmente marcante na agenda de pesquisa, ou mesmo identificar o surgimento de outros que tentem explicar este processo. Outro ponto importante é que uma boa parte da teoria existente limita-se a explicar o comportamento de política externa de uma forma generalizada, e em situações de crise (Dougherty e Pfaltzgraff, 2001). Os resultados objetivados nesta pesquisa permitirão averiguar a sua conformidade para com as proposições teóricas.

Para isso, um olhar analítico foi lançado sobre as explicações propostas por 31 (trinta e um) casos analisados (sendo o primeiro, um caso-piloto), com o propósito de determinar padrões a partir dos seguintes elementos, os quais eu denomino de *Componentes das Explicações-Padrão*: **i)** mecanismos causais[5] propostos pelas explicações; **ii)** propósito / problematização, argumento(s), variáveis independentes, e bibliografias e autores centrais; **iii)** paradigmas nos quais as explicações se sustentam; **iv)** resposta que a explicação dá ao funcionamento do *sistema social*[6] envolvido: se a explicação foca no sistema como um todo (ligação macro-macro), ou no funcionamento interno do sistema (ligação macro-micro-micro-macro); **v)** nível de unidade de ação[7]

[5] Equivalem às explicações em sua forma mais granulada. Os mecanismos causais conectam causas a efeitos, fatos a eventos, ou mesmo conectam eventos provendo uma resposta sobre como eles aconteceram da forma que aconteceram (Elster, 1993).
[6] O referido *sistema social* corresponde ao processo de formulação da política de comércio exterior (FPCE).
[7] Ver Capítulo 2, item 2.3 – Níveis de Unidade de Ação ou Análise.

que a explicação adota para o processo em estudo (indivíduos, grupos subnacionais, estados-nação, grupos transnacionais e organizações sem ligação com o estado, grupos internacionais e organizações com estados ou seus representantes como membros, e o sistema internacional); e **vi)** críticas ou limites aos tipos de explicação empreendida.

O objetivo geral desta pesquisa de casos comparativa e exploratória é *identificar padrões de explicação da formulação das políticas de comércio exterior, na agenda de pesquisa contemporânea*. Os objetivos específicos são:

- Determinar padrões nos mecanismos causais propostos pelos casos analisados;
- Identificar padrões no propósito / problematização, no(s) argumento(s), nas variáveis independentes, e nas bibliografias e autores centrais dos casos estudados;
- A partir do esquema de análise da Conexão Micro-Macro proposto por Coleman (1990), identificar padrões no tipo de ligação que as explicações buscadas oferecem ao funcionamento do sistema social envolvido;
- Identificar padrões-transcaso de paradigmas nos quais as explicações estão escoradas;
- Identificar padrões no(s) Nível(is) de Unidade de Ação que as explicações buscadas utilizam;
- A partir dos casos analisados, identificar padrões nas críticas recebidas por cada explicação (isso permitirá obter uma visão dos pontos críticos ou do alcance das explicações propostas).

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Há uma escassez de estudos no Brasil que analisem explicações rivais da FPCE, sob a perspectiva que este trabalho se propõe a fazer. A presente pesquisa tenciona proporcionar uma *sistematização de conhecimento* a respeito da agenda de pesquisa no referido assunto. O conhecimento das explicações na área iluminará questões relevantes, sobre tudo, a respeito de como elas lidam com o problema da ligação dos níveis de análise[8]. É também em função disso que será feita a referida análise sistemática sobre o objeto de estudo (anteriormente comentado).

No caso brasileiro há uma necessidade de consolidação dos estudos sobre formulação de políticas comerciais, que se encontram ainda em fase pouco avançada, do ponto de vista de sistematização dos conhecimentos, relativamente ao estágio alcançado pela academia americana. Apesar disso, já existem importantes estudos que explicam, de forma competente, certas dimensões no que diz respeito à FPCE brasileira: Veiga (1999) realiza um estudo de caso sobre a negociação do Regime Automotivo brasileiro, aplicando o modelo dos Jogos de Dois Níveis de Robert Putnam; Soares de Lima e Santos (2001) estudam a influência do Congresso brasileiro na política de comércio exterior; Vigevani, Mariano e Mendes (2002), e Vigevani e Mariano (2005) analisam o caso brasileiro em relação ao MERCOSUL e a ALCA. Outros importantes autores e trabalhos também constam da melhor bibliografia nacional.

Estudos futuros poderão averiguar até que ponto os resultados encontrados nesta pesquisa (padrões de explicação da FPCE) podem ser generalizados ou aplicados a casos especiais (incluindo o brasileiro). A partir de estudos de sistematização do

[8] Apresentado no Capítulo 2.

conhecimento, como o que esta pesquisa se propôs a fazer, é possível comparar níveis de aplicabilidade de instrumentais analíticos a casos específicos, e então compreender a unicidade de tais casos. Como argumenta Oliveira (2000, p.13) "A politização dos assuntos internacionais é uma tendência natural para os países que, como o Brasil, estiveram submetidos a um modelo econômico de substituição de importações e regime político fechado, mas que agora se abrem para a economia mundial. Neste sentido, adequar o instrumental analítico não é apenas uma questão de gosto, mas sim um imperativo científico para os estudiosos das relações internacionais do país".

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

As explicações padrão buscadas neste estudo utilizam abordagens analíticas, que estão fortemente relacionadas a um antigo debate sobre o *Problema da Ligação dos Níveis de Análise* nas Ciências Sociais. Esse problema gira em torno de como fazer a ligação entre o nível de *agência* (nível micro) e *estrutura* (nível macro).

Dada a importância desse debate, eu o apresento no Capítulo 2, e exponho em maior profundidade os conceitos fundamentais envolvidos. Utilizarei o artigo seminal de Mahoney e Snyder (1999), no qual é tomado como caso de estudo, o campo das políticas públicas e da política comparada, para apresentar os conceitos de agência e estrutura, e abordagens que buscam integrar ambos.

Em seguida, ainda no Capítulo 2, apresento o modelo de Coleman (1990) sobre a Conexão Micro-Macro e a Teoria da Ação nas ciências sociais, que explica o Esquema dos Sistemas de Multi-níveis de Proposições. O modelo de Coleman é utilizado na

seção de análise, para identificar como as explicações buscadas neste estudo ligam os níveis de análise (micro e macro); em seguida, eu determino os Níveis de Unidade de Ação ou Análise que utilizo na seção de análise dos dados. Encerrando o Referencial Teórico desta pesquisa, apresento no Capítulo 3, os três paradigmas centrais da formulação de política externa, utilizados análise dos dados: o Paradigma Estrutural-Sistêmico, o Paradigma da Política Doméstica, e o da Liderança.

No Capítulo 4, segue-se a análise propriamente dita dos 31 casos estudados, respondendo-se às perguntas do Protocolo de Pesquisa (ver **ANEXO 3**) e identificando-se os Componentes das Explicações-Padrão: os mecanismos causais padrão dentre os casos analisados, padrões de rivalidade nos argumentos propostos pelos casos, as problematizações, variáveis independentes, conexões micro-macro, paradigmas de apoio, níveis de unidade de ação, e críticas e limites padrão dos casos.

Estes padrões iniciais foram agrupados[9] em seguida, levando ao encontro de quatro grandes Padrões de Explicação da Formulação de Políticas de Comércio Exterior, apresentados no Capítulo 5: **Desenho Institucional**, **Grupos de Interesses Especiais** (*Lobbies*), **Linhas Fatoriais**, e **Linhas Setoriais**. Tendo atingido o objetivo geral da pesquisa, eu concluo o estudo com reflexões sobre as quatro explicações encontradas e explicações sugeridas pelo Referencial Teórico, além de algumas considerações.

[9] Para procedimento metodológico, ver **ANEXO 3**.

2. O PROBLEMA DA LIGAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE

As explicações sobre a formulação de políticas de comércio exterior trazem, em sua esteira, o *Problema da Ligação dos Níveis de Análise* das Ciências Sociais. Esse problema gira em torno de como ligar a *agência* (nível micro) à *estrutura* (nível macro) em uma única explicação. A seguir, trago os conceitos de agência e estrutura nas Ciências Sociais, a partir do estudo de Mahoney e Snyder (1999). Nesse trabalho os autores se preocuparam em diferenciar os conceitos de agência e estrutura, as abordagens ligadas a cada um deles, e a propor três abordagens que objetivam integrar agência e estrutura em uma única explicação.

Para examinar como as explicações da formulação de política de comércio exterior procuram fazer essa ligação entre níveis de análise, utilizo o modelo da Conexão Micro-Macro e a Teoria da Ação (Coleman, 1990). Esse modelo é apresentado em seguida às questões ligadas à agência e estrutura. E ao fim deste capítulo, são trazidos os Níveis de Unidade de Ação a serem identificados em cada explicação buscada. Esses níveis de unidade de ação variam de *indivíduos* (principal representante da agência) a *Sistema Internacional* (principal representante da estrutura).

2.1 AGÊNCIA E ESTRUTURA NA CIÊNCIA POLÍTICA COMPARADA: O POSICIONAMENTO DE MAHONEY E SNYDER

Nas Ciências Sociais existe um debate constante sobre dois tipos de abordagem explicativa dos fenômenos sociais: a abordagem *voluntarista* e a *estruturalista*. Esta rivalidade é bem retratada no trabalho seminal de Mahoney e Snyder (1999), que usam

o caso da mudança de regime político nos Estados-nação. Alguns pesquisadores explicam que, numa fase inicial desses estudos, houve uma predominância das chamadas *abordagens estruturais*. Nesta fase, as análises e explicações dos fenômenos em estudo foram assentadas, principalmente, sobre fatores tais como classe social, setor econômico, e características da economia política do sistema mundial, para responder pelos regimes políticos.

Numa fase subseqüente, as abordagens estruturais cederam lugar às denominadas *abordagens voluntaristas*, que puseram ênfase nas escolhas e estratégias de atores-chave envolvidos no processo de transição do regime político. Uma terceira e sucessiva fase dos estudos em mudança de regime, segundo os autores, traz como propósito central, a síntese e integração de ambas as abordagens numa nova: a *abordagem integrativa*. Ela teria como objetivo, analisar os fenômenos sociais, ligando as referidas estruturas à moldagem da escolha contingente do ator-chave, envolvido no fenômeno social analisado.

Contudo, essa integração das abordagens enfrentaria dois problemas, segundo Mahoney e Snyder (1999): 1º) particularmente ao caso da mudança de regime político, pouco ainda foi dito sobre como deveriam ser as análises empíricas, que empregam a abordagem integrativa; também existe uma ausência de linhas-guia para a construção de teorias que utilizam tal abordagem; 2º) a abordagem integrativa enfrenta inevitavelmente o chamado "problema da agência-estrutura": como resolver o paradoxo segundo o qual, a ação humana (agência) seria a única em "movimento" por trás das ações, eventos, e impactos do mundo social, ao mesmo tempo em que a mesma ação humana poderia ser compreendida apenas em circunstâncias históricas concretas (estrutura), que condicionam as possibilidades para ação e influenciam seu curso ? Num

esforço para sobrepujar estes dois problemas e integrar as abordagens voluntarista e estruturalista, os autores desagregaram as duas abordagens, identificando suas concepções subjacentes e divergentes sobre ação humana e estrutura social, e sobre seus componentes metodológicos e teóricos; em seguida, eles identificaram estratégias para superar as dificuldades reveladas no primeiro passo.

A desagregação das abordagens começa pela identificação da base meta-teórica e pela delimitação dos conceitos de **agência** e **estrutura**. As duas abordagens diferem na extensão a qual a ação humana é compreendida como uma conseqüência das relações sociais. A abordagem estrutural tem uma concepção *super-socializada* de agência, enquanto a voluntarista tem uma concepção *sub-socializada*. Em se tratando de estrutura, a abordagem voluntarista a conceitua como sendo um conjunto de limitações externas com as quais os atores podem ou não lidar quando buscam alcançar seus objetivos. As abordagens estruturais, por sua vez, concebem estruturas como relações gerais onipresentes que, de fato, definem as identidades e interesses dos atores.

Na abordagem voluntarista, o comportamento humano seria sub determinado pelas estruturas sociais, e as identidades e interesses dos atores não poderiam ser explicados por papéis sociais e econômicos, pois eles seriam compreendidos como uma força externa e desengajada das relações sociais "objetivas". Essa concepção de agência iluminaria o processo através do qual as interações simultâneas entre atores, dotados de propósito (interesses), moldam a mudança de regime. Além disso, ela retira a ênfase sobre a possibilidade de que essas interações possam ser afetadas por relações sociais pré-existentes, as quais moldam os interesses e capacidades dos atores. Em compensação, a abordagem voluntarista super-enfatiza processos imediatos e escolhas de curto prazo, enquanto ignora a extensão na qual o "possível" é condicionado pelas

estruturas sociais. Na abordagem estruturalista, em contraste, as identidades e interesses dos atores são definidos como resultados dessas posições econômicas e sociais "objetivas".

A abordagem voluntarista assume que os atores pré-existem às estruturas, na medida em que eles têm interesses e identidades anteriores ao encontro das limitações estruturais. Nessa abordagem, os fatores estruturais são tratados como barreiras externas aos atores que *podem ou não* se posicionar entre eles e o alcance de seus objetivos e interesses autônomos. A abordagem estrutural, em contraste, concebe as estruturas como forças geradoras que definem os interesses dos atores e determinam diretamente seus comportamentos. As estruturas não seriam relações contingentes cujos atores pré-existentes podem ou não encontrar, mas sim relações *necessárias* internalizadas pelos atores e das quais seus interesses, identidades e objetivos derivam.

No entanto, também existem afinidades entre as abordagens voluntarista e estruturalista: se as estruturas sociais são vistas como gerando as propriedades essenciais dos atores, então a agência é necessariamente concebida de uma forma super-socializada. Similarmente, se as estruturas são vistas como limitações contingentes externas aos atores, então a agência é necessariamente compreendida de uma forma sub-socializada.

Apresentadas as principais características da abordagem voluntarista e estruturalista, os autores propõem quatro critérios sob os quais as abordagens se diferenciam: 1º) a **variável explicativa primária**; 2º) o **foco temporal**; 3º) o **uso da comparação**; e 4º) o **nível de análise**.

Pelo primeiro critério, as avaliações subjetivas dos atores-chave que levam a cabo as transições do regime servem como variáveis explicativas na abordagem voluntarista.

Em contraste, as abordagens estruturalistas repousam sobre condições objetivas como sendo a variável explicativa primária. Essa priorização de condições objetivas advém da suposição de que atores são definidos pelas relações sociais, e então suas avaliações subjetivas são conseqüências de ser membro de coletividades sociais.

Pelo critério do foco temporal, as duas abordagens podem ser diferenciadas com relação a quão longe elas voltam na história para estender a análise, e identificar causas da mudança dos regimes. A abordagem estrutural enfatiza causas de longo prazo, temporalmente remotas, porque ela pressupõe que a agência humana é gerada por relações sociais já pré-existentes. A abordagem voluntarista, por sua vez, foca em causas de curto prazo, temporalmente próximas, porque ela pressupõe que as relações sociais pré-existentes não podem explicar o comportamento dos atores, tornando então inadequado o foco sobre estruturas sociais historicamente remotas. Uma vez que os agentes são compreendidos como existindo antes das estruturas, uma perspectiva temporal que capture as interações estruturais durante apenas o momento de transição de regime seria mais apropriada.

No critério do uso da comparação, tem-se o uso de dois métodos: o método *comparativo ideográfico* e o *comparativo nomotético*. A construção da teoria nas ciências sociais envolve uma tensão entre ambos os métodos: deve-se buscar generalizações causais verdadeiras através de muitos casos, ou seria melhor capturar as características distintivas de cada caso ? O método comparativo ideográfico é sensível à unicidade dos casos, e é com ele que a abordagem voluntarista tem mais afinidade. Em contraste, a abordagem estruturalista utiliza mais o método comparativo nomotético, que desenvolve generalizações as quais respondem por muitas, ou mesmo todas as instâncias de um fenômeno (Collier, 1993 apud Mahoney e Snyder, 1999).

Pelo critério do nível de análise, a abordagem estrutural enfatiza variáveis de nível macro-estrutural e de nível estrutural doméstico, estas últimas subordinadas às primeiras e tratadas como causas intervenientes. Em contraste, a abordagem voluntarista enfatiza variáveis de nível micro (grupo social e liderança). Nesta perspectiva, apenas fatores de grupos sociais e liderança de nível micro parecem necessários para explicar a mudança de regime.

A partir da distinção entre as abordagens voluntarista e estruturalista, Mahoney e Snyder focaram seus esforços na integração de ambas as abordagens, empregando blocos de construção metodológica e teórica das duas. O esforço dos autores resulta em três estratégias integrativas: i) a Estratégia de Funil, ii) a Estratégia "Path-Dependent"[10], e iii) a Estratégia Eclética. Segundo os autores, essa integração é definida pelo uso das avaliações subjetivas dos atores e pelas condições objetivas, como variáveis causais primárias; a integração deve empregar um foco sobre fatores temporalmente próximos e sobre fatores remotos; além disso, deve também empregar conceitos metodológicos com casos específicos e causas gerais da mudança de regime; e finalmente a integração deve conferir uma ênfase sobre explicações de multi-níveis que envolvam níveis micro e macro de análise.

A estratégia de funil integra agência e estrutura combinando variáveis de múltiplos níveis de análise, que é iniciada do nível macro-estrutural em direção ao nível de liderança (o mais micro). A mudança de níveis é unidirecional, e se dá sempre que o analista percebe a exaustão de explicações pelo nível em que se encontra, e passa a buscar causalidades no nível subseqüente. A estratégia repousa sobre um modelo de

[10] Para Hall e Taylor (1996), *Path Dependence* pode ser tratada como uma concepção particular do desenvolvimento histórico, na qual uma causalidade social depende da trajetória percorrida. Nessa concepção, as forças sociais ativas são modificadas pelas propriedades de cada contexto local onde elas atuam, propriedades estas herdadas do passado.

causalidade no qual as variáveis de diferentes níveis de análise são tratadas como vetores independentes, com forças e direções distintas. As direções dessas variáveis correspondem às suas tendências em favorecer certos tipos de impactos de regime sobre outros. As forças dessas variáveis correspondem às intensidades relativas com as quais elas favorecem os impactos para os quais estão direcionadas. Essa concepção de explicação como uma resolução de vetores é o ponto forte da estratégia de funil: converter tipos diferentes de variáveis em vetores transforma o difícil problema de ligar níveis de análise (problema da agência-estrutura) em uma questão simples de acrescentar pesos explicativos aos vetores.

A estratégia possui dois pontos negativos: i) ela repousa sobre uma base conceitual voluntarista: os fatores estruturais e agenciais podem ser convertidos a vetores discretos e independentes apenas se os atores e estruturas são concebidos como mutuamente isolados. Ora, isso cria um viés que privilegia a agência, na explicação da mudança de regime; ii) ela é insensível à causalidade interativa entre os níveis de análise: uma vez que o analista não pode se mover de volta a um nível já analisado, a causalidade se torna uma "via de mão única", inibindo a consideração sobre como fatores de nível micro podem influenciar a força e direção de fatores de nível macro.

A estratégia path-dependent, ou "dependente de trajetória", utiliza seqüências históricas para estabelecer uma ligação causal entre transformações do regime e eventos temporalmente remotos. Estes eventos correspondem a momentos fundamentais ou conjunturas críticas nos quais estruturas, que tinham efeitos causais persistentes, foram criadas a partir da ação política, e acabaram por moldar trajetórias subseqüentes da mudança política. A estratégia também foca sobre processos temporalmente intermediários, que carregam adiante os legados estruturais das conjunturas históricas e

que, em última instância, conectam conjunturas críticas passadas à mudança de regime subseqüente. Ela parte da suposição de que ligações históricas e conseqüentemente a mudança de regime não podem ser explicadas sem atenção a efeitos de longo prazo de eventos passados. A estratégia dependente de trajetória repousa sobre um modelo evolucionário de causalidade, considerando as instituições criadas durante conjunturas críticas como conservando "estoques genéticos", que delimitam uma margem de trajetórias possíveis de mudança política.

Uma limitação da estratégia reside no fato de que seu comprometimento em capturar efeitos de longo prazo de eventos passados acaba por criar uma tendência forte a privilegiar a estrutura em relação à agência. Esse viés advém da dificuldade de combinar uma apreciação por continuidades históricas e conservar as instituições com uma sensibilidade ao dinamismo da agência humana. Outra limitação é que a estratégia pode tender ao determinismo na explicação das origens das conjunturas críticas. Se as instituições são concebidas como limitações insensíveis, então as causas endógenas (centradas no agente) do relaxamento dessas limitações são excluídas.

Por sua vez, as estratégias ecléticas conseguem, de uma forma bem sucedida, combinar as abordagens voluntarista e estrutural, ainda que carente de linhas-guia claras para "pesar" diferentes tipos de variáveis e especificar o que importa, e quando. Existem razões legítimas para escolher uma estratégia integrativa eclética, que é menos elegante do que as estratégias de funil e dependente de trajetória, ainda que evite a rigidez e perigos imprevistos delas.

A dificuldade das estratégias ecléticas em alcançar a integração sistemática advém da sua carência de mecanismos integrativos para combinar variáveis causais múltiplas. Elas utilizam modelos correlacionais de causalidade. A falha das estratégias ecléticas

em especificar um "peso" causal de variáveis de agência e estrutura é refletida em sua tendência a privilegiar a agência e a estrutura de maneira indiscriminada.

2.2 A CONEXÃO MICRO-MACRO E A TEORIA DA AÇÃO: O MODELO DE JAMES COLEMAN

Outro problema central nas ciências sociais, mas também ligado ao problema da agência-estrutura, tem sido o descompasso entre teoria e observação. Enquanto a teoria social tem focado no sistema mundial como um todo, buscando explicações endógenas, segundo as quais seria o ambiente que determinaria o comportamento do ator social, a observação tem recaído mais sobre as partes do sistema, produzindo uma explicação exógena que atribui às partes do sistema, uma maior influência sobre o comportamento do ator.

Em um de seus estudos, Coleman (1990) dá ênfase a este segundo tipo de explicação do comportamento de sistemas sociais. Segundo o autor, esta explicação envolve o exame de processos internos ao sistema, incluindo suas partes componentes ou unidades, em um nível de análise abaixo ao do *sistema*. Essas partes ou unidades variam dos indivíduos (que são membros do sistema social), até instituições dentro do sistema ou subgrupos deste sistema. Este segundo tipo de explicação é rotulado de análise interna do comportamento do sistema.

Cinco pontos favorecem a análise interna do comportamento do sistema: 1º) freqüentemente os dados utilizados para explicar o comportamento do sistema como um todo são coletados em níveis abaixo (micro) daquele do sistema (macro); 2º) se as observações do comportamento do sistema são feitas em níveis abaixo daquele do

sistema, então as intervenções também o devem ser; 3º) se o comportamento do sistema é uma resultante das ações de suas partes componentes, então conhecer as ações destas partes dá mais previsibilidade para as ciências sociais[11]; 4º) uma análise interna baseada nas ações e orientações das unidades em um nível mais baixo provê um entendimento do comportamento do sistema (ligação micro-macro), mas uma explicação puramente de nível sistêmico (ligação macro-macro) não o faz, e portanto aquela pode ser considerada como mais fundamental, constituindo mais proximamente uma teoria do comportamento do sistema; 5º) na análise interna do comportamento do sistema, os indivíduos como pessoas, são o ponto de partida da teoria. A liberdade dos indivíduos para agirem como eles desejam, e as limitações que a interdependência social impõe sobre a liberdade dos indivíduos são consideradas na análise interna.

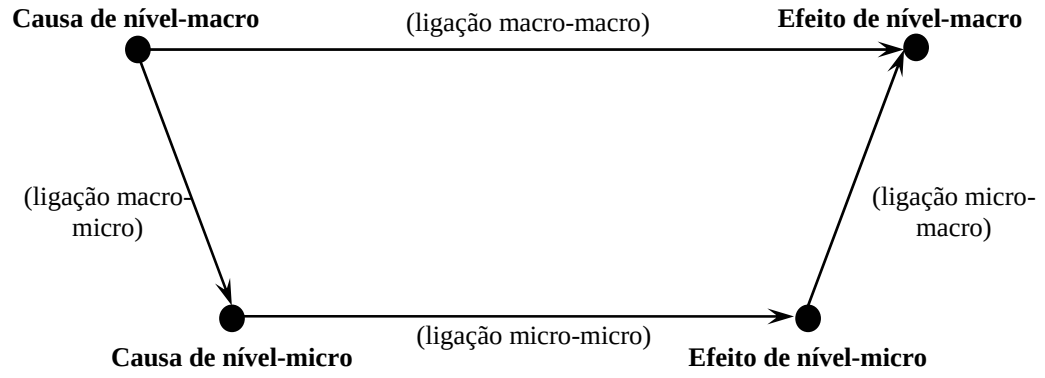

Figura 2.1: Diagrama dos sistemas de multi-níveis de proposições. Fonte: Coleman (1990)

Mas a análise interna não tem apenas pontos positivos. Para o autor o maior problema dela é mover-se do nível micro (funcionamento interno do sistema) para explicar o efeito em nível macro (comportamento do sistema) - chamado *problema*

[11] A ciência social também se tornaria mais suscetível ao que Popper (2001) denominou de **falseabilidade**, e portanto se tornaria cientificamente mais atraente.

micro-para-macro (ver Fig. 2.1). Isto aconteceria porque há grandes dificuldades em agregar a racionalidade individual, durante a passagem de um nível para outro.

2.3 NÍVEIS DE UNIDADE DE AÇÃO OU ANÁLISE

No campo da ciência política, assim como em outros das ciências sociais, as explicações em nível micro e macro têm seus ardentes defensores, e em virtude disso, o analista se depara com o problema de decidir por onde começar sua análise, onde focar atenção, e onde alavancar o assunto em questão. Sob quais níveis possíveis de unidade de análise o analista deve focar sua atenção ? E quais seriam as unidades de estudo, ou atores, mais apropriados ?

Neste estudo, são utilizadas seis grandes categorias de níveis de unidade de ação, que Dougherty e Pfaltzgraff (2001) identificam como sendo largamente adotadas nas pesquisas das Relações Internacionais: 1º) **Indivíduos**; 2º) **Grupos Subnacionais** – partidos políticos, a mídia, e grupos de interesse especial que buscam influenciar a política externa por *lobby* ou manipulando a opinião pública; 3º) **Estados-nação**; 4º) **Grupos Transnacionais e Organizações não ligadas ao estado** – todas as entidades políticas, religiosas, comercial-econômicas, que operam transnacionalmente (através de uma ou mais fronteiras internacionais) mas não têm governos ou seus representantes formais como membros; 5º) **Grupos Internacionais e Organizações com estados ou seus representantes como membros** – incluem tanto grupos de membros limitados, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), a União Européia, o Mercosul, a Liga Árabe, as Nações Unidas, e suas agências especializadas; e 6º) **Sistema Internacional** – a ênfase é no todo, mais do que nas partes componentes (foco

holístico) e os padrões comportamentais das partes são presumidos como sendo moldados pelas estruturas que constituem o sistema. Neste esquema macroscópico global, Estados-nação específicos e outros atores internacionais não estão ausentes, mas já são apresentados de forma mais obscura do que nítida. Geralmente, aqueles que defendem a abordagem de nível de sistema internacional estão convencidos de que o sistema internacional exerce um efeito mais profundo nas partes componentes do que o contrário. A abordagem holística (ou sistêmica) assume não apenas que o todo é maior que a soma das partes, mas também que a estrutura do sistema molda a agência (no sentido de ação) da unidade.

Os níveis de unidade de ação têm enfatizado essencialmente três idéias (Dougherty e Pfaltzgraff, 2001): a) *capacidade interativa* - os tipos e intensidades de interação das quais qualquer uma unidade é capaz em relação a outros no sistema, b) *estrutura* - como as unidades são ordenadas com relação às outras e como elas são diferenciadas umas das outras, e c) *processo* - a extensão na qual as unidades interagem umas com as outras no padrão atual.

Agora que os conceitos fundamentais de agência e estrutura, nível micro e macro, e níveis de unidade de ação foram expostos, segue-se uma apresentação dos grandes paradigmas que permeiam no campo de estudo da política externa, no qual se enquadram as pesquisas sobre formulação de políticas de comércio exterior.

3. PARADIGMAS DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA

A literatura no campo de formulação da política externa é vasta, e três grandes paradigmas sustentam as explicações deste processo: 1) fatores sistêmicos limitam ou facilitam o comportamento de um governo; 2) a estrutura doméstica determina como um governo agirá em matérias de política externa; 3) assuntos de liderança na formulação de política externa, bem como a orientação do líder, sugerem como essa liderança lidará com as políticas externas de seu estado, protegida das limitações sistêmicas ou das estruturas domésticas presentes.

3.1 O PARADIGMA ESTRUTURAL-SISTÊMICO

A primeira corrente (ou paradigma) é conhecida como a perspectiva estrutural-sistêmica, e uma de suas principais representantes é a tradição *realista* (Taner, 2002). Esta sub-corrente assume que todos os governos, independentemente do tipo, tamanho etc, possuem interesses nacionais num ambiente internacional que representa um *estado de anarquia*, onde não existiria uma autoridade central soberana (idem, ibidem). A ausência desta autoridade e suas conseqüências seriam as causas subjacentes à guerra. Hans Morgenthau é um dos principais representantes dela, juntamente com Kenneth Waltz. Esse nível de sistema seria o nível de análise mais importante para os realistas. Para eles, seria o sistema internacional determinando o comportamento dos estados. Segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2001), a teoria realista pode ser dividida em Teoria

Realista Clássica, Teoria Realista Estrutural-Neorealista, e a mais recente, Teoria Realista Neoclássica.

A teoria realista clássica foca essencialmente sobre dois pontos: o nível de análise de sistema internacional, e o Estado (ou ator unitário). A teoria estrutural-neorealista toma como foco de análise o sistema internacional, procurando integrá-lo à natureza da política internacional. Por sua vez, a teoria neoclássica enfatiza mais o Estado ou unidade de ação como nível de análise.

As suposições-chave da teoria realista clássica são: 1) o sistema internacional é baseado em Estados como atores principais; 2) a política internacional é essencialmente uma luta por poder conflitante, num cenário anárquico, no qual os Estados-nação inevitavelmente apóiam-se sobre suas próprias capacidades para assegurar sua sobrevivência; 3) os Estados existem em uma condição de soberania legal, na qual existem gradações de capacidade variando o número de Estados como atores; 4) os Estados são atores unitários e as políticas domésticas podem ser separadas da política externa; 5) os Estados são atores racionais caracterizados por um processo de formulação de decisão que levam a escolhas baseadas em interesses nacionais; e 6) o poder é o conceito mais importante na explicação e previsão do comportamento do Estado (idem, ibidem).

Embora existam pontos de atrito entre as teorias realistas, há um consenso geral de que duas questões são fundamentais: a) é necessário entender o que responde pelo comportamento do Estado de uma forma geral, e em particular, pela sobrevivência dos mesmos; e b) é preciso identificar o que produz a dinâmica do sistema internacional, e o que responde por ela. Além disso, o pensamento realista é escorado no sistema

internacional, que é uma característica definidora de *anarquia*: a ausência de autoridade legal.

A essência da soberania seria a igualdade legal dos Estados. Uma vez que os Estados existissem em uma condição de soberania, não existiria uma autoridade legal mais alta do que o Estado, mas eles não são iguais em capacidades. Enquanto alguns têm vastos meios ao seu dispor, outros têm poderes mais escassos (idem, ibidem). Poder é um conceito chave na teoria realista. Embora exista uma extensa quantidade de conceitos, Waltz (1979) sugere a noção mais antiga e simples, segundo a qual um agente é poderoso na extensão em que ele afeta outros mais do que é afetado por outros.

A teoria estrutural-neorealista foca no sistema internacional como uma estrutura que molda os relacionamentos políticos entre seus atores. Para o realismo estrutural, a política internacional é mais dos que a simples soma das políticas externas dos Estados e a balança externa de outros atores no sistema. De acordo com Waltz o termo *estrutura* conota a forma na qual as partes estão organizadas, e a define tanto através do princípio hierárquico ou anárquico, através do qual ela está organizada, como pela especificação das funções da unidade. A estrutura também pode ser definida pela distribuição de capacidades entre as unidades. Os Estados, por sua vez, são definidos por Waltz como atores unitários que, pelo menos, buscam sua própria preservação e, no máximo, empenham-se em obter a dominação universal.

Outra definição para teorias estrutural-sistêmicas é encontrada em Fearon (1998). Segundo o autor, o que conta como uma explicação estrutural-sistêmica depende de um contraste implícito à explicação sobre a política doméstica relacionada a uma política externa, e vice-versa. Uma teoria de Relações Internacionais sistêmica é aquela que visa os estados como atores unitários e propositais, que consideram o que outros estados

desejam ou podem fazer ao escolherem a política externa (S1); ou visa os estados como atores unitários e propositais, e acrescenta condições nas quais as variáveis de explicação podem operar ou indica como estas variáveis, de fato, operam (S2).

A crítica feita ao paradigma estrutural sistêmico é que ele subestima a complexidade doméstica do processo de formulação da decisão, e por isso seria incompleto e inacurado. A diferença de comportamentos de política externa entre estados em posições sistêmicas similares sugere que a formulação de política externa de um país sofreria influência de fatores outros que não só os externos (sistêmicos).

3.2 O PARADIGMA DA POLÍTICA DOMÉSTICA

Outra diferente tradição de explicação da formulação de política externa conhecida como *liberal*, inclui variáveis domésticas em suas explicações. Contudo esta escola possui uma extensão, conhecida como institucionalista neo-liberal, que guarda uma similaridade em relação à tradição realista: ela também considera o estado como um ator unificado, mas que tenta unificar os interesses nacionais (Taner, 2002).

Essas explicações do paradigma da política doméstica sustentam que as matérias de estrutura doméstica têm mantido a presença das oposições domésticas e das estruturas de regime político muito mais influente, e moldando as decisões de política externa (idem, ibidem). A influência da oposição no processo de formulação da política externa pode amplificar ou diminuir o comportamento no qual o governo está pré-disposto a se engajar. Segundo esta perspectiva, o efeito da oposição doméstica, ou estrutura do regime, pode influenciar a formulação da política externa de duas formas: 1ª) a presença de uma oposição doméstica pode predispor os líderes políticos a

assumirem maiores riscos e super-estender o poder do estado, objetivando desviar a atenção do público para longe de distúrbios domésticos e assim, reter poder; 2ª) a presença de uma oposição viável pode prevenir o governo de assumir riscos desnecessários e acabar em guerra. Também é possível que a influência da oposição doméstica seja erradicada de qualquer formulação de política externa, tendo nenhuma influência na formulação da decisão.

Robert Putnam (1988) também faz uma importante contribuição dentro deste paradigma, em seu clássico *Diplomacy and Domestic Politics*. Ele sustenta que, numa negociação internacional, o negociador chefe deve interagir e resolver problemas em dois níveis: i) nas relações com os parceiros internacionais, e ii) na ratificação de qualquer relacionamento dentro das instituições domésticas relevantes. Isso caracterizaria um jogo de dois níveis, no qual o negociador chefe não teria uma prioridade entre ambos.

Em geral, uma grande parte das pesquisas recentes no campo das Relações Internacionais sustenta a proposição de que a política doméstica é tipicamente uma parte crucial da explicação das políticas externas dos estados (Fearon, 1998). Essa literatura vai de encontro à teoria neorealista de Waltz (1979) - *Theory of International Politics* - que não considera a política doméstica como sendo necessária para explicar as decisões de política externa significantes, ou seus impactos internacionais. Um contraponto ao que os teóricos da política doméstica sustentam.

Em seu trabalho, Fearon (1998) procura aprofundar-se na questão do que é uma explicação sobre a política doméstica relacionada a uma política externa, e de quais elementos devem estar presentes para que se possa fazer este vínculo entre as duas políticas. Conseqüentemente, o autor busca entender (1) a importância que a política

doméstica tem nos fatores sistêmicos, dentro da explicação das políticas externas dos estados, e (2) como a política doméstica molda a política externa.

Fearon argumenta que uma explicação sobre a política doméstica relacionada a uma política externa depende de um contraste implícito às explicações que não são de política doméstica, ou seja, às explicações estrutural-sistêmicas (ver **Quadro 3.1**).

Teoria Sistêmica S1 – os estados figuram como unitários e racionais.
Teoria Sistêmica S2 – os estados figuram como atores unitários e racionais, e além disso não contam com atributos de nível de unidade dos estados para explicar a variação nas políticas externas.

Quadro 3.1: as formas das teorias de Relações Internacionais (RI) sistêmicas. Fearon (1998)

Teoria de Política Doméstica D1 – um ou mais estados figuram como não-unitários, com interações domésticas produzindo escolhas de política externa sub-ótimas.
Teoria de Política Doméstica D2 – é a mesma que D1, mas também incluem argumentos que explicam as diferenças nas políticas externas dos estados, referindo-se aos atributos de nível de unidade dos estados.

Quadro 3.2: as formas de teorias de RI de política-doméstica. Fearon (1998)

A partir das duas definições de teorias sistêmicas, Fearon (1998) distingue também dois tipos de explicação sobre a política doméstica relacionada a uma política externa: uma explicação de política doméstica representa um estado como não unitário, e explica como a interação dos atores constituídos dentro deste estado gera uma política externa sub-ótima (D1); tal explicação também inclui argumentos segundo os quais características particulares de estados (outras além do poder) são relevantes para explicar suas escolhas de política externa, ou segundo os quais as interações de política

doméstica dão crescimento a diversas práticas de política externa do estado (D2). Ver **Quadro 3.2**.

A importância que a política doméstica relacionada aos fatores internacionais ou sistêmicos terá na determinação das políticas externas depende da versão de teoria sistêmica que se toma como linha de raciocínio. Se for adota a teoria S2, as políticas domésticas aparentarão serem muito mais importantes, porque esta concepção atribui ao campo da política doméstica todas as explicações que usam outras variáveis independentes, que não o poder relativo. Se for adotada a teoria S1, a importância da política doméstica relacionada aos fatores sistêmicos na determinação das políticas externas fica limitada a casos nos quais um estado possui uma política externa relativamente sub-ótima, devido a razões ligadas às interações da política doméstica.

Fearon traz exemplos para esclarecer os dois grandes tipos de explicação. Num primeiro cenário, Estados, como atores unitários, podem escolher políticas de comércio visando maximizar seu Produto Interno Bruto (PIB). Esta seria uma explicação escorada numa teoria de Relações Internacionais sistêmica, no sentido de S1, e possivelmente no de S2. Mas se, por exemplo, uma política de proteção comercial é explicada como o resultado de indústrias em competição com as importações, construindo proteção através de contribuições para campanhas eleitorais de políticos, então esta seria uma explicação clássica de política doméstica relacionada à política externa, no sentido de D1. Assim, a política doméstica assume importância na explicação da política externa quando (1) leva os estados a possuírem políticas externas sub-ótimas, e (2) quando diferenças nos objetivos de atores sub-nacionais, não relacionadas a poder, são causalmente relevantes na explicação das diferentes escolhas de política externa.

A interpretação de capacidades econômicas e militares pelos líderes, e como elas moldam os problemas também é de grande importância em qualquer análise de política

externa. Taner (2002) sugere que os fatores domésticos têm uma considerável influência na formulação da política externa, embora as variáveis sistêmicas também sejam importantes para suprir o pesquisador com informações mínimas sobre o comportamento de política externa de um país determinado.

Nos atuais estudos sobre a análise de política externa (APE), a questão da identidade do estado e seus efeitos na política externa também ocupam um espaço importante (Kaarbo, 2003). O trabalho de Katzenstein (1996), sobre o papel das normas e identidade na política de segurança nacional, teria sido um dos primeiros a ligar seriamente identidade e política externa.

A exploração de como a opinião pública mundial e como os indivíduos influenciam a APE também deveria ser levada em consideração, tendo em vista que essa perspectiva ofereceria um forte potencial para desenvolvimentos futuros (Foyle, 2003). Com a crescente globalização, a APE será crítica em tipificar as interações entre os níveis de análise internacional, doméstico e individual, e seus efeitos na política.

Uma outra perspectiva que tem adquirido muito espaço no campo da análise de política externa, é bem discutida por Ray (1998). A principal proposição de seu trabalho é que os estados democráticos são pacíficos em seus relacionamentos, uns com os outros. Para o autor, a história da paz democrática teria início com Woodrow Wilson, após a Primeira Guerra Mundial, mas com a eclosão da Segunda Guerra, os paradigmas realistas e neorealistas emergiram como dominantes. Contudo, recentemente a agenda de pesquisa nesta área estaria tomando novo rumo, alimentada pelas noções teóricas da paz democrática e do neoliberalismo, o que poderia trazer um grande desafio ao paradigma neorealista.

Babst (1972), Small e Singer (1976) e Rummel (1975-81) ressaltam que nunca dois estados democráticos tiveram que lutar numa guerra entre eles. Essa ausência de guerras entre estados democráticos, segundo Ray (1998), pode ser a parte mais importante das evidências, e psicologicamente, a mais persuasiva que apóia a proposição da *paz democrática* e que responde por sua atual proeminência. No entanto este argumento tem levantado três problemas conceituais básicos: **a)** o primeiro é a definição do conceito de guerra entre estados (algumas guerras importantes acabaram não sendo adaptadas ao conceito, e isso gerou controvérsias); **b)** o segundo problema, que concentra a maior parte das controvérsias, é a definição de democracia: a democracia tem recebido um conceito procedimental, segundo o qual existiriam escalas de níveis de democracia, medidas por amplos sufrágios, eleições competitivas, liberdade de imprensa, direitos civis etc. Dessa forma, não se estabelece uma dicotomia entre democracia e não democracia; e **c)** o terceiro problema é uma conseqüência do segundo: se existem apenas escalas de democracia, torna-se dúbio identificar a partir de que nível se pode considerar um estado como democrático, e desta forma, o argumento de que estados "democráticos" não lutam entre si tem suas bases questionadas.

Para Ray (1998), o ataque mais visível à credibilidade da paz democrática foi o de Mansfield e Snyder (1995a,b). Eles argumentaram que a democratização (transição do regime autocrático para o democrático) tornaria os estados significativamente mais propensos à guerra. Ainda assim, o principal contra-argumento da proposição da paz democrática é o de que a ausência de guerra entre “estados democráticos” é meramente uma singularidade empírica para a qual nenhuma explicação teórica racional ou convincente existe.

Complementar ao impacto do tipo de regime, evidências existem de que o comércio internacional entre estados democráticos pode ter um impacto pacificador (Oneal e Ray, 1997). Para Russet (1997), as organizações internacionais também causam este tipo de impacto.

A conclusão de Ray (1998) é que a evidência empírica, que apóia a proposição da paz democrática, é substancial. Segundo o autor, as bases teóricas dessa proposição são altamente desenvolvidas e podem, em alguma extensão, serem complementares e competitivas. Apesar de nenhuma evidência científica ser definitiva, até o momento as bases teóricas bem desenvolvidas da paz democrática têm reforçado uma comprida lista de análises empíricas em apoio de tal proposição. Ou seja, o argumento de que a democracia leva à paz seria o mais defensável.

3.3 O PARADIGMA DA LIDERANÇA

O conhecimento de como as decisões são formuladas permanece uma fonte poderosa de idéias sobre o *modus operandi* de organizações complexas, como os governos. O terceiro paradigma da formulação de política externa, aqui apresentado, avalia a formulação dessa política a partir do efeito das unidades de decisão dos governos. O argumento central desse paradigma é que a política externa é impactada de forma diversa, a depender de diferentes tipos de unidades de decisão (Hermann, 1989; Taner, 2002). Nesse caso, os fatores domésticos e internacionais só conseguem influenciar o comportamento de política externa através da *estrutura política de um governo, que identifica, decide, e implementa a política externa*.[grifo nosso]

A configuração e dinâmica dessas unidades de decisão últimas ajudam a moldar a substância do comportamento de política externa. Nessa perspectiva, os indivíduos que coletam e analisam informações fornecidas aos formuladores de política moldam e restringem opções subseqüentes, determinando o que é passado adiante e como isso é interpretado.

Hermann (1989) propõe a existência de três tipos típicos de unidade de decisão: 1) *o líder predominante*, 2) *o grupo único*, e 3) *a coalizão de grupos múltiplos*. Cada unidade de ação possui implicações específicas na formulação da política externa: se o líder predominante é aberto ou não às variáveis do ambiente interno ou externo trará diferentes decisões de política externa; se a unidade de decisão é um grupo único, então o entendimento de dinâmicas de grupo passa a ser um componente importante na análise da política externa; quando a unidade de decisão é uma coalizão de unidades múltiplas, então é importante saber se existem regras de decisões bem estabelecidas, ou conhecer se as decisões são dadas principalmente em um ambiente dominado por competição interna extrema, podendo levar ao travamento na formulação da política externa.

Schafer (2003) também traz contribuições importantes ao paradigma da liderança, ao identificar três arenas empíricas importantes para a análise da política externa (APE): i) determinação textual baseada em computador, ii) psicologia do nível de estado, e iii) métodos experimentais.

Na primeira arena, a idéia seria determinar rigorosamente do que os líderes e círculos de liderança governamentais são capazes, em termos de comportamento de política externa. Pesquisadores como Margaret Hermann (1977, 1980a, 1980b, 1984), David Winter (1987, 1993); Winter e Stewart (1977), Philip Tetlock (1979, 1981,

1983), e Walter Weintraub (1986) assumiram que, o que os líderes dizem e como eles dizem pode indicar certas dimensões de suas personalidades. Na segunda arena, a tarefa de desenvolver modelos dos efeitos das variáveis de características dos líderes no processo de formulação da política externa seria factível por meio de duas áreas, segundo Schafer (2003): 1ª) a interação entre líderes e conselheiros, e 2ª) a exploração de variáveis sociais tais como disposição nacional, concepções do papel nacional, ideologia, cultura estratégica e acessibilidade de normas particulares. Para a terceira arena, os experimentos são considerados um dos melhores métodos para isolar efeitos causais, ainda que a artificialidade de um experimento deixe vários acadêmicos desconfiados dos resultados encontrados.

A pesquisa sobre formulação de política externa também tem focado no processo político e no *contexto organizacional* das decisões políticas, para explicar o comportamento de política externa. Garrison (2003) estuda os grupos de decisão, como uma forma de ligar os níveis de análise individual e organizacional. Explica o autor que nos casos de política externa complexa envolvendo incerteza, controvérsia política e valores conflitantes, os membros dos grupos de decisão se tornam centrais no processo de julgamento, definindo a natureza do problema e apresentando opções apropriadas para a discussão. Uma importante argumentação dessa perspectiva é que a formulação da decisão de grupo seria relevante para entender o que presidentes, primeiros ministros e outros atores de política externa fazem na arena de política externa. Para estabelecer a ligação entre os níveis individual e organizacional, o autor toma como ponto inicial de seu trabalho, a análise dos clássicos *Essência da Decisão* (Allison, 1971) e *Victims of Groupthink* (Janis, 1982).

Janis (1982) conclui que as decisões de grupo podem limitar as opções e levar a escolhas políticas sub-ótimas. Em seus estudos de caso, o autor identificou que os formuladores da política falhariam em atingir seus objetivos porque os sintomas de *groupthink* pressionariam os membros do grupo a um comportamento de busca-do-consenso, de forma que a tolerância em relação a pontos de vista divergentes seria reduzida. Então a conformidade resultante obstruiria a habilidade do grupo para fazer julgamentos sólidos (Janis, 1972, 1982, 1989; Vertzberger, 1990; 't Hart, 1994). Uma crítica feita a este modelo é que tem sido difícil observar diretamente o comportamento de busca de acordos, no contexto da política externa, criando problemas com validações empíricas do fenômeno *groupthink*. Outra crítica é que as hipóteses do *groupthink* não teriam sido testadas rigorosamente por Janis.

O modelo de política burocrática de Alisson (1971) também traz padrões de interação possível num cenário de grupo. Neste cenário, indivíduos com objetivos, crenças e motivos diversos competem por influência na medida em que trabalham para superar sua oposição. Embora o compromisso das decisões seja o impacto assumido, ele nem sempre ocorre. Vertzberger (1990) argumenta que a competição extrema com altos níveis de conflito pode levar a uma paralisação na qual é impossível atingir qualquer tipo de decisão.

Alguns críticos apontam que as suposições desse modelo seriam ambíguas e arbitrárias, que as proposições baseadas nessas suposições não seriam rigorosamente derivadas, e que as relações entre as variáveis permaneceriam obscuras. Welch (1998) afirma que este modelo de política burocrática é culpado por um desenvolvimento conceitual inadequado, por variáveis sub-especificadas, e por afirmações metodológicas e empíricas improváveis. Para Garrison (2003), tanto Allison quanto Janis falharam em

prover um paradigma numa escala que agradaria a maioria dos positivistas, pois os dois não teriam feito escolhas seguras sobre quais variáveis cada teoria deveria incluir ou excluir. Um desafio persistente sobre essa literatura, segundo Garrison, é o de entender como interagem dentro e através dos níveis de análise, as influências de diferentes indivíduos, e como os padrões de comportamento resultante influenciam a escolha política.

A perspectiva de dinâmica de grupo assume que as decisões resultam de processos colaborativos nos quais as preferências individuais são, de uma forma ou de outra, agregadas. Hilsman (1987) propõe uma análise de círculos concêntricos de influência ao redor do presidente, na qual demonstra os *inputs* mais potenciais ao processo de decisão e a necessidade para a flexibilidade quando se identificam jogadores influentes no processo, que podem ser atores governamentais, como membros do Congresso, "lobbistas", a mídia, e o público.

Alguns estudos partem do pressuposto de que o estilo e as necessidades do líder moldam a organização do sistema de aconselhamento. Essas pesquisas se valem desse pressuposto para identificar os grupos de formulação da decisão num governo. Os grupos seriam delimitados a partir de uma análise do tipo de situação em questão: em situações de alto nível de interesse presidencial, ou durante crises de política externa, o círculo de formulação da decisão se fecha. Nessas condições, as características do líder e dos principais conselheiros tornam-se particularmente importantes (Gaenslen, 1992). Questões rotineiras de menor importância para o líder são manipuladas em um nível mais abaixo (na burocracia) e podem seguir um padrão de política burocrática. E por fim, quando as decisões são formuladas em grupos menos hierarquizados, ou quando um executivo confia consideravelmente em especialistas externos ou precisa construir

uma coalizão de governo mais ampla, o corpo de decisão varia em termos de quem é incluído.

Como afirma Garrison (2003), a questão crítica dessas perspectivas não recai sobre a nacionalidade, mas sobre o nível de divisão de poder no grupo que formula a política. Ele afirma também que a agenda da formulação de decisão em grupo deve focar em situações políticas fora dos Estados Unidos, em lugares onde o poder é organizado mais horizontalmente. Sua conclusão é que seria possível identificar "padrões previsíveis" na dinâmica de grupo, e mostrar como eles podem influenciar as escolhas políticas. Três fatores seriam importantes para isso: 1º) as formas nas quais os membros de um grupo interagem; 2º) o nível de abertura no grupo (acesso e hierarquia); e 3º) o papel que o líder central do grupo exerce.

Concluída a apresentação do Referencial Teórico deste estudo, dou início, no capítulo seguinte, à análise dos dados propriamente dita, identificando os *Componentes das Explicações-Padrão* que compõem as grandes explicações de FPCE, objetivadas aqui.

4. COMPONENTES DAS EXPLICAÇÕES-PADRÃO

4.1 MECANISMOS CAUSAIS PROPOSTOS

4.1.1 COALIZÕES POLÍTICAS E ESCOLHAS DE PLATAFORMAS DE POLÍTICAS

Entre os casos estudados, Rosecrance e Thompson (2003); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005) e Clark (2001) convergem no que diz respeito à relação entre a formação das coalizões políticas e a produção de políticas de comércio exterior.

Esses autores argumentam que, nas democracias competitivas e em contextos nos quais a sobrevivência política dos líderes políticos está relacionada à sua capacidade de provisionar benefícios públicos para grandes grupos, elevados esforços são necessários para garantir a formação de uma grande coalizão vencedora. Em virtude da fragilidade da relação de lealdade que se estabelece com os candidatos, é muito típico que esses governos precisem recorrer a políticas protecionistas ou ao uso da força militar para a proteção dos regimes políticos.

Por outro lado, quando há uma demanda por coalizões compostas por uma menor quantidade de atores políticos - *selectorate* (como em governos autocratas) -, os líderes políticos buscam implementar políticas de comércio exterior que produzam benefícios concentrados para os grupos da coalizão de apoio, por meio da concessão de bens privados.

Esses tipos de políticas emergem principalmente quando os líderes políticos se defrontam com situações de crise doméstica ou flutuações econômicas. Nessas

condições, eles podem recorrer a escolhas de políticas comerciais tipicamente protecionistas, gerando um forte laço de lealdade para com o incumbente que busca se eleger ou se reeleger. Dessa forma, a mudança de liderança terá um forte impacto sobre as políticas comerciais. Nesse contexto, os bens privados constituem-se numa ferramenta muito mais poderosa do que o uso da força militar para a sobrevivência do regime político.

Assim sendo, o tamanho da coalizão vencedora determina o tipo de política comercial que os líderes produzirão. Supondo-se que o livre comércio é maximizador do bem-estar e que as barreiras e distorções ao comércio capacitam determinados grupos produtores a obterem ganhos econômicos, os sistemas de grande coalizão de apoio devem possuir políticas de livre comércio, enquanto que sistemas de pequena coalizão devem proteger grupos de produtores que apóiam o candidato.

Quanto mais democrática for a proposta de um candidato, mais ela tenderá a promover políticas de livre comércio, já que elas são ricas em componentes de bem público. Por outro lado, em sistemas com pequenas coalizões, são os bens privados que dão sustentação ao incumbente, logo possivelmente haverá grandes barreiras ao livre comércio.

À medida que os sistemas políticos migram de autocracias para democracias, com o aumento da competitividade entre os atores políticos, pode haver a derrubada da antiga coalizão de apoio ao protecionismo. Quando o *selectorate* cresce, os líderes podem encontrar novos aliados, que compartilham dos seus interesses políticos, para modificar as políticas de comércio exterior.

Essa competição política induzirá os líderes a adotarem políticas comerciais menos restritivas. Os grupos de interesse protecionistas podem permanecer poderosos

ao longo do processo de democratização, mas serão cada vez menos influentes, graças às novas fontes de apoio nas quais os líderes poderão se sustentar. Russett e Oneal (2001), Bueno de Mesquita, Morrow, Siverson, e Smith (1999) produziram os estudos centrais utilizados pelos casos analisados para a construção desse mecanismo.

4.1.2 CONTRIBUIÇÕES DE CAMPANHA, BENEFÍCIOS ELEITORAIS SELETIVOS E PRODUÇÃO DE POLÍTICAS COMERCIAIS

Jacobs e Page (2005), Ederington (2002), Grossman e Helpman (1994, 1995) e Fordham e McKeown (2003) produzem explicações sobre a influência de fatores políticos, como a composição dos Legislativos, na produção de políticas. De acordo com esses autores, benefícios e custos eleitorais de candidatos que escolhem plataformas de políticas divergentes das que compõem o *status quo*, podem ser afetados por ferramentas utilizadas por grupos domésticos (Grupos de Interesses Especiais): contribuições de campanha, ameaças de retirada de capital ou até mesmo a retirada, demissão em massa, moldagem do impacto dos votos, entre outras.

Segundo eles, a disponibilidade de mão-de-obra e as corporações de negócios são os elementos mais capazes de pressionar os formuladores das políticas de comércio. A maneira como esses atores percebem o impacto das políticas de comércio exterior sobre as rendas individuais influencia a opção por plataformas políticas que oscilam entre protecionismo e abertura.

Por outro lado, um candidato ao governo que pretenda puramente ampliar seus votos na disputa eleitoral teria grande probabilidade de escolher tarifas alinhadas com as preferências do eleitorado. Ou seja, tenderia a escolher políticas que “refletem a posição

da utilidade do eleitor mediano". Tais políticas tendem a ser conflitantes com as políticas protecionistas, caracterizadas pela concentração de benefícios para determinados setores econômicos.

Em síntese, as políticas comerciais refletem em alguma medida o conflito de preferências entre as demandas por bem-estar coletivo do eleitorado e dos grupos especiais de interesse. Cada um desses grupos confronta o incumbente com uma agenda de contribuições, que por sua vez, identificará cada vetor político que pode ser escolhido, em um nível de contribuição de campanha. O incumbente então seleciona políticas - i.e, decide sobre um nível de taxas e subsídios sobre bens de importação e exportação e, por fim, arrecada de cada *lobby* a contribuição associada com sua escolha política. Calculando a "agenda ótima", os *lobbies* reconhecem que os políticos configurarão aquela política que maximiza o seu próprio bem-estar.

A extensão da competição entre grupos de interesse rivais determina a escolha entre regimes políticos alternativos. Quando a competição entre esses grupos é intensa (pelo fato de seus interesses estarem em oposição direta), a utilização de uma ferramenta de transferência de renda eficiente pode concretizar uma ameaça implícita do governo: a de juntar forças com *lobbies* de oposição. Grupos de interesses individuais têm pouco poder político sob essas circunstâncias e, assim, preferem "atar as mãos" do governo.

Contudo, quando os interesses dos *lobbies* guardam semelhanças entre si, os grupos não competem por favores, mas em vez disso buscam extrair ganhos, às custas das massas sub-representadas. Então, cada *lobby* prefere conceder aos políticos acesso aos meios mais eficientes possíveis para transferir renda. Caso o incumbente opte por maximizar a utilidade do eleitor mediano, em função da competição eleitoral, ele

tenderá a “aproximar suas preferências desse eleitor”, tentando assim responder às preferências do público.

A ocorrência de eleições justas e competitivas concede ao público o controle sobre os líderes governamentais, especialmente nas democracias políticas. Nessas circunstâncias, a atitude dos eleitores em relação aos incumbentes tende a depender consideravelmente de suas percepções acerca da performance econômica, o que acaba induzindo os governantes democráticos a serem mais cooperativos internacionalmente do que os autocratas.

Como os líderes obtêm ganhos crescentes com os acordos comerciais, eles são incentivados a se “engajarem numa maior cooperação com outros países sobre questões comerciais”. Dessa forma, aumenta consideravelmente a probabilidade de um país concluir um acordo comercial internacional, à medida que suas instituições domésticas se tornam mais democráticas. Esses acordos comerciais provêem informação aos eleitores sobre as atividades de seus líderes e, assim, estes são ajudados a se manterem nos seus cargos.

Além dessa questão, os eleitores também enfrentam problemas informacionais: eles não conseguem distinguir perfeitamente entre choques econômicos adversos (sobre os quais os líderes não têm controle) e adversidades econômicas resultantes das políticas extrativas dos líderes. Em uma democracia, os representantes podem ser retirados de seus cargos ainda que não tenham qualquer culpa sobre as oscilações econômicas. Para demonstrar que a performance econômica pobre não é resultado de políticas extrativas, os líderes, então, entram em um acordo comercial com outros países, sinalizando aos eleitores quais são suas escolhas políticas.

Os acordos podem, no entanto, gerar "custos de audiência" doméstica. Quando o líder de um dos países participantes do acordo resolve desertar e, ao mesmo tempo, os eleitores tornam-se conscientes de que as oscilações econômicas são tributárias às políticas protecionistas do líder desertor do acordo, é possível que o líder sofra prejuízos eleitorais.

Em suma, a cooperação econômica internacional aumenta as chances de governos democráticos se reelegerem, provendo um forte apelo para que assinem tais acordos. Já líderes autocráticos têm menos razões para temerem seus eleitores e, portanto, enfrentam menor pressão para fecharem acordos comerciais na arena internacional.

É possível também que os eleitores usem a afiliação partidária e posição ideológica de um candidato como forma de "prever" se é provável que esse indivíduo adote posições futuras de apoio aos seus interesses. Na proporção em que os eleitores dão atenção a esses fatores, seus interesses podem fazer com que um membro com uma afiliação partidária e ideologia particulares seja selecionado em primeiro lugar.

Logo, o efeito de seleção dos eleitores geográficos e não-geográficos pode realmente ampliar os efeitos da ideologia e do partido. Outra possibilidade é que o bem-estar do eleitor mediano já esteja refletido no objetivo do incumbente, ou seja, que ele leve em conta a probabilidade de que as prospecções pela eleição dependam do bem-estar do eleitorado geral. Dessa forma, o *trade off* eleitoral envolvendo *lobby versus* eleitor mediano deve ser observado pelo incumbente. Keohane (1984); Milner (1997); Grossman e Helpman (1994, 1995) e Putnam (1988) são bibliografias utilizadas pelos casos estudados para construir este mecanismo causal.

4.1.3 MUDANÇA INSTITUCIONAL E PADRÕES DE POLÍTICA COMERCIAL

Karol (2000); Odell (1990) e Sherman (2002) trabalham com um mecanismo causal no qual a mudança institucional impõe efeitos específicos sobre os padrões de política comercial. Com relação à abertura comercial, são possíveis quatro combinações institucionais, segundo o mecanismo: 1ª) Executivo e Legislativo controlados por protecionistas; 2ª) Executivo protecionista e Legislativo liberal; 3ª) Executivo liberal e Legislativo protecionista; e 4ª) Executivo e Legislativo controlados por liberais.

No primeiro caso, a afiliação partidária explica totalmente as preferências dos atores políticos. Caso o *status quo* esteja entre os pontos ideais do Presidente e do Congresso, eles não chegarão a um acordo sobre uma nova política, e então o *status quo* é mantido. Se a política existente estiver localizada no ponto ideal de cada poder, o resultado será o mesmo. Logo, a divisão de governo não atrapalha a liberalização, mas contribui para a manutenção do *status quo*. No caso de haver uma situação mais extrema, ainda que desejada pelos dois Poderes, ambos concordarão em adotar medidas para moderá-la.

Já no segundo caso, os fatores institucionais têm mais peso na análise e o Presidente assume uma postura de livre comerciante mais do que qualquer composição do Congresso. O partido, por sua vez, exerce influência no Congresso no que diz respeito à abertura comercial: uma composição liberal do Congresso tende a preferir que haja mais abertura comercial do que um Congresso com uma inclinação protecionista. Da mesma forma, os Presidentes liberais tendem a preferir que haja mais abertura do que os Presidentes protecionistas.

Se a maioria das preferências converge para um Congresso adepto ao livre comércio e um presidente protecionista, tem-se a seguinte relação: uma divisão Protecionismo / Livre Comércio entre Legislativo e Executivo interfere nos níveis de delegação e, portanto, nos níveis da tarifa comercial. Contudo, a fraqueza do argumento de que a divisão de governo inibe a liberalização pode ser demonstrada pelo apoio que os presidentes do período pós-guerra deram ao comércio mais livre (Liberalismo Presidencial).

Tomando-se a hipótese do Liberalismo Presidencial e a terceira combinação (Executivo liberal e Legislativo protecionista), as posições do presidente são afetadas tanto pelos seu partido quanto pelas distorções institucionais. Presidentes do partido protecionista são mais liberais do que os legisladores protecionistas; entretanto, são menos livre-comerciantes do que os legisladores liberais, que por sua vez são menos liberais do que os presidentes liberais.

Na quarta e última combinação, a afiliação partidária importa apenas nas posições tomadas pelo Congresso, visto que as preferências do Presidente, profundamente influenciadas pelas instituições, são tão dominantes que a sua afiliação partidária torna-se irrelevante.

As duas formas de governo divido (Congresso liberal e Presidente protecionista, ou o inverso) possuem implicações diferentes: a primeira facilita a liberalização; a segunda, a dificulta. Porém, se o partido presidencial for mais protecionista do que o partido congressista adepto ao livre comércio, as preferências serão mais convergentes quando Executivo e Legislativo forem controlados por adeptos do livre comércio, ou do protecionismo. Mayhew (1991); Lohmann e O'Halloran (1994); e Milner e Rosendorff (1996) são as referências utilizadas pelos casos, na construção desse mecanismo causal.

4.1.4 INTERESSES SETORIAIS E CLIVAGENS POLÍTICO-ELEITORAIS

Odell (1990); Zeng (2002); Grossman e Helpman (1995); Davis (2004); Hays, Ehrlich, e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006) propõem outro mecanismo causal, segundo o qual a mobilidade de fatores de produção relativamente baixa pode levar a uma divisão eleitoral entre linhas setoriais (indústrias específicas). Nessa divisão, a liberalização atende determinados interesses, em prejuízo de outros (como é o caso, por exemplo, de certas indústrias nacionais que são fracas no mercado).

Para os interesses de política de comércio exterior, organizados segundo Linhas Setoriais, existem duas coalizões econômicas possíveis: a indústria de expansão das exportações competitivas *versus* a indústria de concorrência às importações.

A coalizão que é beneficiada pela liberalização comercial (exportações competitivas) tende a influenciar positivamente os votos dos legisladores pela liberalização comercial. Já a coalizão de concorrência às importações influenciará negativamente os votos dos legisladores em relação à liberalização comercial. Indivíduos empregados em indústrias de exportação têm mais probabilidade de se beneficiarem com o livre comércio do que aqueles empregados nas industriais de concorrência às importações.

Diante das possíveis contribuições de certas Linhas Setoriais, os políticos tendem a escolher um vetor de taxas e subsídios sobre os vários bens de importação e exportação. O caso, por exemplo, do debate entre os setores da agricultura e da indústria leva à construção do panorama para liberalização comercial, por meio da agregação dos vários interesses domésticos. Se esses interesses não estiverem fortemente ligados ao acordo estabelecido, a união dos setores agrícolas terá forças suficientes para manter o *status quo* das políticas protecionistas.

Por outro lado, caso o acordo leve em conta os interesses domésticos, as negociações são reforçadas, gerando um *lobby* mais intenso do setor das indústrias de exportação contra a proteção agrícola. Nesse caso, a ampliação dos atores e interesses pode prover o ímpeto para mudar o *status quo* protecionista.

Com relação à ameaça de sanção comercial a outros países, as divisões setoriais se posicionarão conforme a estrutura comercial existente. Existindo um comércio competitivo, tanto os interesses de expansão das exportações quanto os de concorrência contra as importações no país tendem a se posicionar favoravelmente à ameaça de sanção. Isso porque há uma grande chance de que esses setores produzam as mesmas coisas feitas no país alvo da ameaça.

Em alguns casos, as firmas que buscam ampliar as exportações podem até ser as mesmas que competem com as importações no mercado doméstico. Nesse caso, as preferências ou interesses são pouco divergentes, e ambos têm possibilidade de ganhar algo com a ameaça de sanção. Se a sanção se concretiza, ganha o setor que concorre com as importações. Se ela não se concretiza, em razão da cooperação do país alvo, ganha o setor que busca a expansão das exportações.

O quadro é bastante distinto no contexto do comércio complementar, em que os interesses são muito divergentes. Normalmente existem setores que dependem das importações e, portanto, não apóiam as ameaças de sanção.

4.1.5 Estrutura Social, Posições Ideológicas e Políticas Comerciais

Milner e Judkins (2004); Hiscox (2002); Rosecrance e Thompson (2003); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994, 1995); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006) desenvolvem um mecanismo causal, segundo o qual as divisões

históricas numa estrutura social e econômica de um país, bem como as ideologias que expressam essas divisões, refletem as posições que os partidos adotam sobre cada questão comercial.

De acordo com os autores, a política preferida por um partido sobre comércio é resultante da divisão de classes, porque elas incorporam a divisão de fatores de produção de um país. Então a balança política marcada pelos fatores de produção (divisão entre Mão-de-obra e Capital) pode ser de grande importância nos relacionamentos econômicos.

A mobilidade de fatores de produção relativamente alta pode levar a uma divisão eleitoral entre Linhas Fatoriais. Nessa divisão, alguns interesses são beneficiados pela liberalização, enquanto outros são prejudicados. No caso dos interesses de política de comércio exterior organizados a partir das Linhas Fatoriais, existem duas coalizões econômicas possíveis: a do capital e a da mão-de-obra.

Os fatores de produção relativamente escassos em um país perdem com o comércio e, conseqüentemente, com a liberalização; por outro lado, fatores abundantes ganham com o comércio e perdem, portanto, com o protecionismo. Essas conseqüências distributivas acontecem porque a política comercial afeta diferentemente a rentabilidade de cada fator, de acordo com a sua abundância relativa.

No caso dos sistemas partidários de países desenvolvidos, organizados ao longo de divisões históricas de classe, os partidos devem adotar as diferentes preferências por políticas de comércio exterior em relação aos fatores de produção, em consonância com as coalizões de apoio nas quais eles se sustentam. Por exemplo, se os partidos de esquerda representam a mão-de-obra, eles devem adotar posições políticas comerciais diferentes daquelas dos partidos de direita (que representam os donos de capital).

Além disso, caso a coalizão representante do capital seja beneficiada pela liberalização comercial, ela influenciará os legisladores a votarem a favor da liberalização comercial, ao passo que a coalizão representante da mão-de-obra influenciará negativamente os votos dos legisladores pela liberalização comercial.

Os incumbentes escolherão um vetor de taxas e subsídios sobre os vários bens de importação e exportação, a partir das agendas de contribuição dos donos de fatores. Tendo em vista que o livre comércio beneficia os fatores de produção abundantes e prejudica os escassos, e que a maioria das coalizões dominantes hoje é representante de fatores abundantes, esse padrão levaria a um ambiente mais pacífico, em se tratando de conflitos internos de tarifas.

Se os regimes de produção nacional determinam a natureza dos mercados de fatores da economia, então eles moldam a segmentação política sobre o comércio, determinam o quão vulneráveis os trabalhadores são às oscilações econômicas e influenciam até que ponto as firmas apoiarão ou se oporão às políticas do estado de bem-estar. Os termos domésticos de comércio tornam-se mais favoráveis aos setores que são intensivos em mão-de-obra quando o fator “bem-estar da mão-de-obra” tem um peso maior na formulação de políticas.

Num país abundante em capital, o bem intensivo “mão-de-obra” é importado e, portanto, um aumento na tendência de esquerda do governo resultará num aumento da proteção à importação. Contudo, em países abundantes em mão-de-obra, o bem intensivo em capital é importado e o intensivo em mão-de-obra é exportável. Nesse caso, um aumento na tendência de esquerda do governo de tal país, que clama por mudança na taxa do preço doméstico em favor do bem exportável intensivo em mão-de-obra, resultará num declínio da proteção à importação. Rogowski (1989); Simmons

(1994); Grossman e Helpman (1995); Putnam (1988); e Hillman (1989) são os estudos centrais utilizados pelos casos na construção desse mecanismo causal.

Mecanismo Causal Proposto	Descrição	Casos onde são utilizados
Coalizões Políticas e Escolhas de Plataformas de Políticas	O tamanho da coalizão de apoio determina o tipo de concessão do líder: bem público ou privado. O nível de democratização e o tamanho da coalizão são, portanto, fundamentais na determinação do tipo de política comercial produzida pelos líderes.	Rosecrance e Thompson (2003); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005); Clark (2001).
Contribuições de Campanha, benefícios eleitorais seletivos e produção de políticas comerciais	Grupos domésticos (Mão-de-obra e Corporações) impactam as características da combinação de candidatos bem sucedidos ao Congresso. O incumbente se vê envolvido num dilema: se pretender puramente maximizar seus votos, escolherá um nível de tarifas que maximizará a utilidade do eleitor mediano, porém quanto maior o nível de proteção mais o incumbente será beneficiado eleitoralmente por grupos de interesse especiais (lobby). Quanto maior o nível de democratização, mais o líder é motivado a se engajar em acordos comerciais internacionais, objetivando garantir sua permanência no cargo. Aafiliação partidária e posição ideológica do candidato também influenciam sua ascensão ao cargo.	Jacobs e Page (2005); Ederington (2002); Grossman e Helpman (1994, 1995); Fordham e McKeown (2003).
Mudança Institucional e Padrões de Política Comercial	Efeitos específicos sobre os padrões amplos de política comercial variarão em função da configuração de preferências do Executivo e Legislativo (Desenho Institucional). Quatro combinações são possíveis: 1ª) Executivo e Legislativo controlados por protecionistas; 2ª) Executivo protecionista e Legislativo liberal; 3ª) Executivo liberal e Legislativo protecionista; e 4ª) Executivo e Legislativo controlados por liberais. A hipótese do Liberalismo Presidencial é levada em consideração.	Karol (2000); Odell (1990); Sherman (2002).
Interesses Setoriais e Clivagens Político-Eleitorais	A mobilidade de fatores de produção relativamente baixa pode levar a uma divisão eleitoral entre linhas setoriais (indústrias específicas). Neste caso, existem duas coalizões econômicas possíveis: os interesses industriais de expansão das exportações competitivas (beneficiados com a liberalização) *versus* os interesses industriais de concorrência às importações (beneficiados com o protecionismo). O posicionamento das linhas setoriais quanto à possibilidade de sanção comercial a outros países variará em função da estrutura do comércio internacional.	Odell (1990); Zeng (2002); Grossman e Helpman (1995); Davis (2004); Hays, Ehrlich, e Peinhardt (2005); Ladewig (2006).
Estrutura Social, Posições Ideológicas e Políticas Comerciais	A divisão de classe é a fonte da política comercial preferida de um partido. Quando a mobilidade de fatores de produção é relativamente alta, a divisão eleitoral será entre Linhas Fatoriais: Capital *versus* Mão-de-obra. Fatores de produção no qual um país é relativamente escasso perdem com o comércio e então com a liberalização, enquanto que fatores abundantes ganham com o comércio e então perdem com o protecionismo.	Milner e Judkins (2004); Hiscox (2002); Rosecrance e Thompson (2003); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994, 1995); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005); Ladewig (2006).

Quadro 4.1: síntese dos Mecanismos Causais Propostos.

4.2 A RIVALIDADE NOS ARGUMENTOS

Entre os casos aqui estudados, Karol (2000); Milner, e Judkins (2004) e Dutt e Mitra (2005) argumentam que os partidos políticos diferem na extensão em que apóiam a liberalização comercial. Instituições políticas dentro de países democráticos influenciam o papel do partidarismo. Particularmente, o apoio à liberalização comercial depende diretamente da ideologia partidária, embora também seja influenciado indiretamente pela Globalização e pela distribuição internacional de poder. Afinal, quanto maior a Globalização maior a preferência dos partidos pelo livre comércio.

No que tange à ideologia partidária, governos com tendência de esquerda adotam políticas comerciais mais protecionistas em países ricos em capital. Contudo, eles adotam mais políticas pró – livre comércio em economias ricas em mão-de-obra do que aqueles com tendência de direita.

Em uma perspectiva mais ampla, Karol (2000); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997) e Sherman (2002) argumentam que a estrutura do comércio internacional afeta sistematicamente o nível de divisão de governo num país (Presidentes e Congresso com preferências diferentes) que pode gerar uma discussão sobre a imposição de uma ameaça de sanção comercial. Em geral, Presidentes pós-guerra favorecem um comércio mais livre, de maneira que a delegação de poderes a eles leva à liberalização. Conseqüentemente o apoio dos membros do Congresso aos presidentes pós-guerra será uma função dos interesses daqueles na liberalização comercial. Nos Estados Unidos, a divisão de governo tem levado a tarifas mais baixas no período pós-guerra. A mudança dos membros do Congresso entre o término de negociações internacionais e o processo de ratificação ameaça a aceitação dos acordos.

Adotando a linha de estudos sobre o nível de democratização, Ederington (2002) e Milner e Kubota (2005) argumentam que a democratização dos sistemas políticos dos Estados aumenta a probabilidade de cooperação entre eles, reduzindo a capacidade de usar barreiras comerciais como uma estratégia para a construção do apóio político e, ao mesmo tempo, ampliando a probabilidade de acordos comerciais serem concluídos.

Mansfield, Milner e Rosendorff (2002) e Copeland (2000) utilizam o caso das negociações sobre poluição para argumentar que os benefícios advindos de uma relação entre a política comercial e a doméstica podem ser menores do que é comumente pensado: no caso da poluição puramente local, a liberalização comercial sem limitações sobre a política ambiental induz a um jogo não cooperativo entre países na política de poluição. Quando a poluição é global, pode-se esperar que os países discordem sobre as ligações entre os acordos comerciais e ambientais.

Hiscox (2002) e McGillivray e Smith (2004) trazem o argumento de que a variação nos padrões de coalizão de apoio ao incumbente pode ser amplamente explicada por mudanças macroeconômicas nos níveis de mobilidade de fator inter-industrial. Estados com coalizão grande são mais abertos do que estados de coalizão pequena, e dessa forma, *coeteris paribus*, têm maior fluxo comercial do que os últimos.

A troca de liderança num sistema de coalizão pequena provoca uma redução no comércio; já em sistemas de coalizão grande, o impacto da troca é menor. Além disso, sistemas de coalizão grande provavelmente têm menos relações pobres com parceiros comerciais do que sistemas de coalizão pequena. Se as relações entre Estados forem pobres, então a troca de liderança num sistema de coalizão pequena tende a restaurar mais as relações do que a mudança realizada em sistemas de coalizão grande.

Em uma perspectiva mais aproximada daquela conhecida por estrutural-sistêmica, Milner e Judkins (2004); Rosecrance e Thompson (2003); Zeng (2002); Kastner e

Rector (2003) e Lobbel (1999) argumentam que as limitações impostas pelo sistema internacional (Globalização, Interdependência Comercial, Estrutura do Comércio, Movimentos Internacionais de Capitais e Mudanças na composição comercial dos Estados concorrentes) contingenciam as variáveis de nível doméstico (Política Comercial Partidária, Grupos de Interesse Doméstico e Nível de Divisão de Governo, Instituições e Parcerias, e Preferências dos Formuladores de Política) que, por sua vez, influenciam as decisões em nível de Estado.

Na busca por analisar o impacto dos conflitos militarizados na política comercial, Li e Sacko (2002) e Simmon (2005) argumentam que disputas territoriais envolvem custos de oportunidade econômicos significantes, na forma de comércio bilateral, previamente estabelecidos: 1º) Quanto mais inesperado um ataque for, mais ele reduz o comércio bilateral *ex-post*; 2º) Quanto mais inesperadamente severa uma disputa for, mais ela reduz o comércio *ex-post*; 3º) Quanto mais inesperadamente uma disputa dura, mais ela reduz o comércio bilateral *ex-post*; 4º) O envolvimento em uma disputa militarizada entre estados diminui o comércio bilateral.

O último argumento padrão é encontrado em Grossman e Helpman (1994, 1995); Fordham e McKeown (2003) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005): os grupos de interesse contribuem com os políticos na intenção de influenciarem suas escolhas políticas, moldando a votação legislativa através de seleção (recrutamento, nomeação e eleição do candidato), e do mecanismo de influência (ações dos grupos de interesse para afetar os votos de eleição dos legisladores). As taxas de proteção também refletem as relativas forças políticas dos grupos de interesse e outros parâmetros (características) que descrevem a economia política da nação. Dessa forma, a extensão na qual os políticos respondem às importações crescentes também será uma função de como muitos trabalhadores estão empregados nas indústrias comerciantes.

Argumento	Casos onde são utilizados
Os partidos políticos diferem na extensão à qual eles apóiam a liberalização comercial, pois instituições políticas dentro de países democráticos influenciam o papel do partidarismo na formulação da política.	Karol (2000); Milner e Judkins (2004) e Dutt e Mitra (2005).
A estrutura do comércio internacional e o Liberalismo Presidencial afetam sistematicamente o nível de divisão de governo (Presidentes e Congresso com preferências diferentes) num país discutindo a imposição de uma ameaça de sanção comercial.	Karol (2000); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997) e Sherman (2002).
O nível de democratização dos sistemas políticos dos Estados aumenta a probabilidade de cooperação comercial entre eles.	Ederington (2002) e Milner e Kubota (2005).
A ligação de política comercial e doméstica não gera necessariamente benefícios.	Mansfield, Milner e Rosendorff (2002) e Copeland (2000).
A variação no tipo e tamanho da coalizão de apoio ao incumbente pode ser amplamente explicada por mudanças macroeconômicas nos níveis de mobilidade de fator inter-industrial.	Hiscox (2002) e McGillivray e Smith (2004).
As limitações impostas pelo sistema internacional contingenciam as variáveis de nível doméstico que, por sua vez, influenciam as decisões em nível de Estado.	Milner e Judkins (2004); Rosecrance e Thompson (2003); Zeng (2002); Kastner e Rector (2003) e Lobbel (1999).
Disputas territoriais influenciam a política comercial, na forma de custos de oportunidade econômicos significantes.	Li e Sacko (2002) e Simmon (2005).
As taxas de proteção comercial refletem as relativas forças políticas dos grupos de interesses especiais e parâmetros descrevendo a economia política da nação.	Grossman e Helpman (1994, 1995); Fordham e McKeown (2003) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005).

Quadro 4.2: síntese dos Argumentos-padrão.

4.3 AS PROBLEMATIZAÇÕES

Os estudos de Karol (2000); Milner e Judkins (2004); McGillivray e Smith (2004); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002) e Davis (2004) analisam como as instituições políticas (Executivo e Legislativo) explicam as diferenças de posições a respeito das políticas de comércio exterior entre os distintos partidos políticos de um país, que controlam o Congresso e a Presidência. Eles também analisam como o contexto institucional político modera o efeito da troca de lideranças e das táticas de negociação agressiva nas relações comerciais entre Estados, bem como procuram identificar que instituições (Executivo ou Legislativo, domésticos ou externos) exercem mais influência nos acordos de comércio internacional. Além disso, eles investigam a relação entre divisão de governo e tarifas comerciais.

Já Milner e Judkins (2004), e Dutt e Mitra (2005) analisam como a ideologia partidária explica as diferenças de posições acerca das políticas de comércio exterior entre diferentes partidos políticos de um país (o partido ou governante no poder). Ou seja, se partidos de esquerda adotam políticas diferentes das adotadas pelos partidos de direita; se os partidos de esquerda, em países avançados onde a mão de obra tende a ser escassa, são mais protecionistas do que os de direita, que representam os donos de capital.

Hocking (2004); Zeng (2002); Grossman e Helpman (1994, 1995); Fordham e McKeown (2003) buscam compreender quais são os grupos de interesses especiais, e sob que condições, apóiam o uso de táticas de negociação comercial agressiva e são bem sucedidos na busca por benefícios privados dentro do processo político, de forma a entender o "equilíbrio" da estrutura de comércio. Também propõem capturar a interação estratégica no processo eleitoral entre os grupos de interesse econômico ativos e os políticos a respeito da legislação de comércio exterior, bem como a interação entre governos e arena internacional.

Ederington (2002); Kastner e Rector (2003) e Lobell (1999) utilizam uma perspectiva mais abrangente para analisar as condições externas (como protecionismo externo e competidores emergentes) sob as quais os Estados têm concluído acordos comerciais. Os autores exploram os efeitos dos regimes internacionais na influência política dos atores domésticos, na formação da decisão dos Estados e na cooperação econômica entre eles. Eles buscam entender se os efeitos das variáveis de nível doméstico são, por si próprios, contingentes sobre as limitações impostas pelo sistema internacional.

4.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

A análise comparada dos casos permitiu observar uma convergência no que se refere à construção e operacionalização das variáveis independentes que representam, em linhas gerais, os paradigmas tratados neste estudo. São basicamente sete os grandes tipos aqui mensurados, e se configuram da seguinte forma:

Variáveis Independentes	Casos onde são utilizadas
Divisão de Governo / Desenho Institucional (conflito de interesses do Executivo e Legislativo, como Instituições Políticas)	Karol (2000); McGillivray e Smith (2004); Odell (1990); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002); Ladewig (2006) e Clark (2001).
Ideologia Partidária (se a ideologia do partido governante é de esquerda ou de direita)	Karol (2000), Milner e Judkins (2004), Odell (1990) e Dutt e Mitra (2005).
Tipo de Regime (Democracia *versus* Autocracia)	Ederington (2002), Rosecrance e Thompson (2003), Milner e Kubota (2005) e Dutt e Mitra (2005)*.
Disputa Territorial (Conflito militar entre países)	Li e Sacko (2002) e Simmon (2005).
Influência de Interesses Especiais (*Lobbies* para defesa de interesses especiais)	Jacobs e Page (2005); Fordham e McKeown (2003); Grossman e Helpman (1995) e Hart (2004)**.
Mobilidade de Fatores de Produção (se alta, leva-se em consideração a divisão Capital *versus* Mão-de-Obra; se baixa, toma-se como foco de análise a divisão entre interesses de Indústrias de Importação *versus* interesses de Indústrias de Exportação)	Jacobs e Page (2005); Hiscox (2002); Odell (1990); Copeland (2000); Dutt e Mitra (2005); Davis (2004); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006).
Configuração da Estrutura Internacional de Comércio (comércio internacional competitivo ou complementar)	Odell (1990); Zeng (2002); Grossman e Helpman (1994); Lobell (1999) e Copeland (2000).

Quadro 4.3: os tipos de variáveis independentes.

* Indicadores para Democracia e Direitos Humanos;

** Interesses de Empresas individuais;

4.5 A CONEXÃO MICRO-MACRO

Foram identificados 4 (quatro) padrões de resposta ao funcionamento do sistema social dentre os casos estudados. Todos os padrões focam no funcionamento interno do sistema (macro-micro-micro-macro). Primeiro foram identificadas as variáveis de nível Macro e de nível Micro nos casos analisados. Em seguida foram utilizados símbolos para representar cada variável, e então cada caso recebeu os símbolos conforme as variáveis utilizadas por ele. Ao fim, contou-se a freqüência com que cada combinação de variáveis (a depender do número máximo de variáveis que os casos possuem) apareceu entre os casos. A partir da tabela de freqüências, descartaram-se os agrupamentos de variáveis com freqüência 1 (um), pois eles não constituem padrão (são considerados *outliers*). Em seguida, iniciou-se a identificação dos padrões partindo da combinação de variáveis com maior cardinal para as de menor cardinal, relacionando o par nessa ordem com outros que continham uma de suas duas variáveis semelhante ao primeiro (dando preferência aos de maior cardinal), até que todos os pares restantes fossem agrupados. Em cada ligação de variáveis, a linha contínua significa relacionamento entre variáveis mais fortes do que aquelas ligações de linha pontilhada.

A Resposta ao Funcionamento do Sistema Social (**1**) é encontrada em Hiscox (2002); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005) e Ladewig (2006): a composição dos Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital) de um país influencia as políticas de comércio exterior, pois em nível micro o arranjo desses fatores influenciará o tamanho ou configuração da Coalizão de Apoio ao governo, que por sua vez terá impactos nas escolhas políticas dos líderes. Por fim, essas escolhas influenciarão a política de comércio exterior.

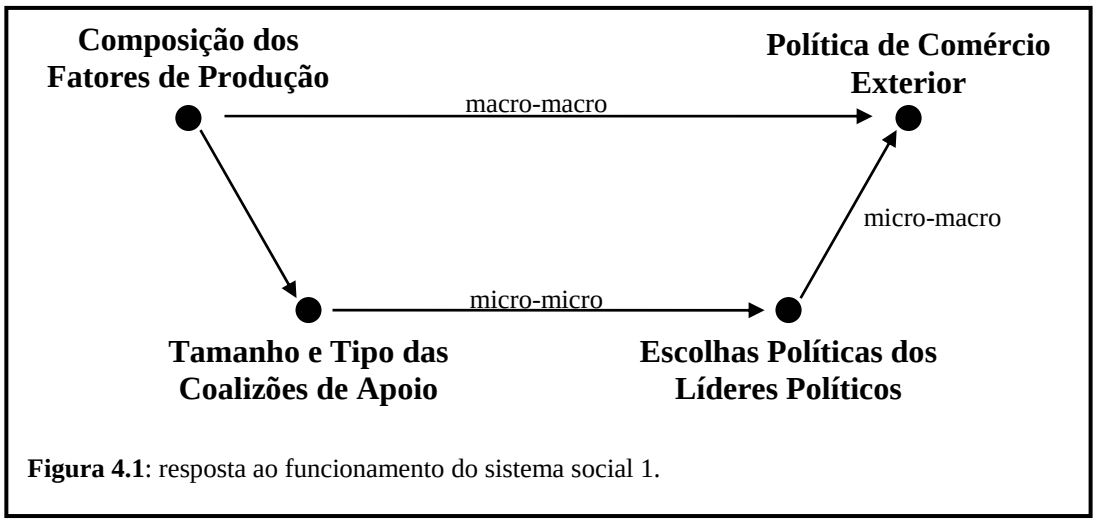

Figura 4.1: resposta ao funcionamento do sistema social 1.

A resposta integra as abordagens estruturalista e voluntarista, nos termos de Mahoney e Snyder (1999), à medida que combina variáveis de nível estrutural doméstico (Composição dos Fatores de Produção) e variáveis de nível micro (Tamanho e Tipo de Coalizões de Apoio, e Escolhas Políticas dos Líderes Políticos). Trata-se de uma análise interna do comportamento do sistema, nos termos de Coleman (1990), ou seja, a resposta envolve o exame de processos internos ao sistema, incluindo suas partes componentes, em um nível abaixo ao do sistema. Neste caso, as unidades variam dos Líderes Políticos até as Coalizões de Apoio. Como era de se esperar, a resposta enfrenta dificuldades em explicar a ligação micro-macro (como agregar a racionalidade individual durante a passagem do nível micro para o macro ?). Isso significa que os líderes podem enfrentar sérios problemas de ação coletiva para formularem uma política comercial ótima.

A Resposta ao Funcionamento do Sistema Social (**2**) é oferecida por Hiscox (2002); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005); Lobell (1999) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005). Segundo os autores, a Composição / Diversificação Industrial (predominância de interesses industriais de expansão das exportações, ou de interesses industriais de concorrência às importações) de um país influenciará as

políticas de comércio exterior, pois em nível micro o agrupamento dessas indústrias influenciará o tamanho ou tipo de coalizão de apoio ao governo, bem como as escolhas políticas dos líderes políticos. Essas escolhas também serão influenciadas pelo tamanho ou tipo de coalizão de apoio, que por sua vez influenciarão as políticas de comércio exterior.

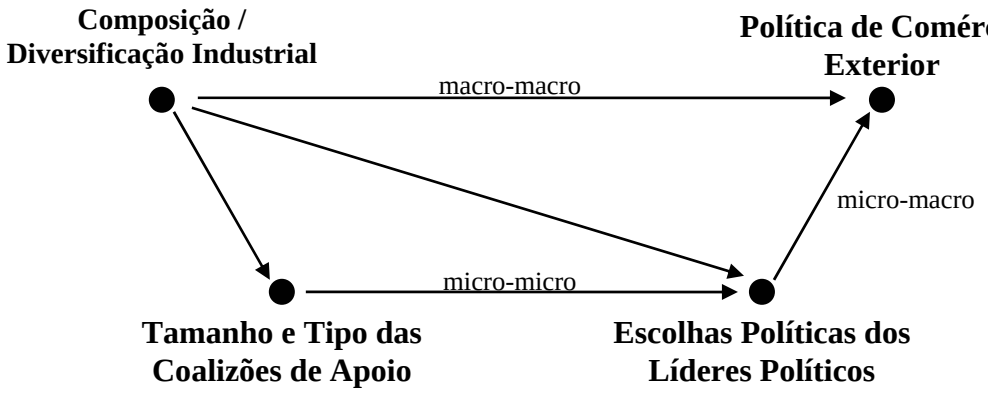

Figura 4.2: resposta ao funcionamento do sistema social 2.

Observa-se que a resposta ao funcionamento do sistema social (2) também integra as abordagens estruturalista e voluntarista de Mahoney e Snyder (idem), da mesma forma que a resposta ao funcionamento do sistema social (1). Parte-se do nível estrutural doméstico (Composição / Diversificação Industrial do país) para explicar em um nível mais abaixo, a formação de Coalizões de Apoio (causa de nível micro). Em seguida, apresenta-se o efeito de nível micro (Escolhas Políticas dos Líderes Políticos) para explicar a formação da política comercial. As semelhanças entre as respostas não param por aí. Esta segunda resposta também enfrenta o problema da ligação micro-macro, na passagem do efeito de nível micro para o efeito macro.

A Resposta ao Funcionamento do Sistema Social (**3**) é sugerida em Jacobs e Page (2005); Milner e Judkins (2004); Grossman e Helpman (1994); Fordham e McKeown (2003) e Davis (2004). Segundo os autores, grupos de Interesses Especiais *(Lobbies*) influenciarão a posição ideológica do partido do governo (esquerda ou direita), bem como as escolhas políticas dos líderes políticos. De maneira menos branda, a posição ideológica partidária do governo influenciará as escolhas políticas dos líderes políticos que, em seguida, influenciarão a formulação das políticas de comércio exterior.

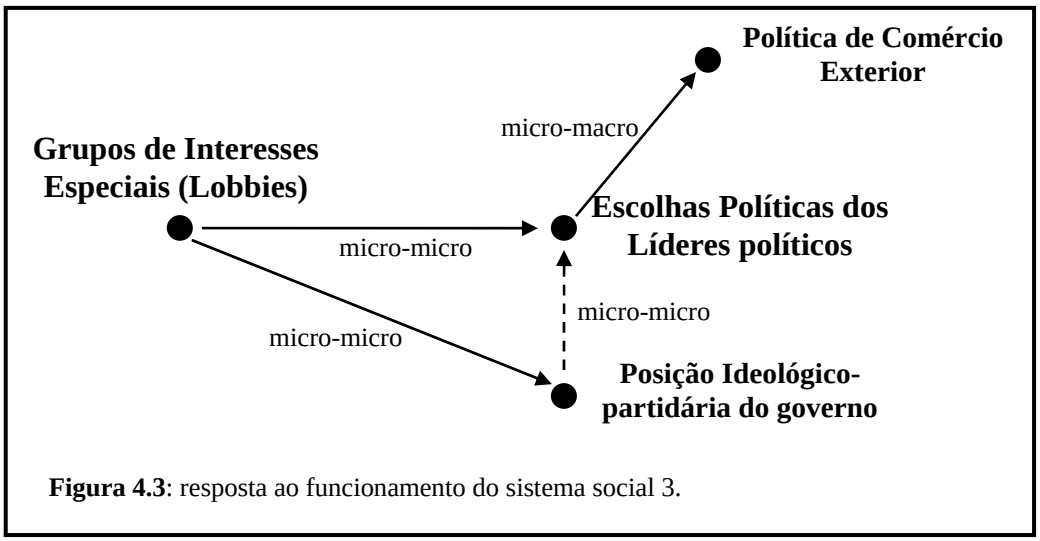

Figura 4.3: resposta ao funcionamento do sistema social 3.

Nesta resposta, observa-se uma configuração interessante de variáveis explicativas: há uma triangulação de variáveis de nível micro, buscando explicar os efeitos na variável macro-estrutural (Política de Comércio Exterior). Diferentemente das duas respostas anteriores, aqui a causa de nível micro (Grupos de Interesses Especiais) influencia duas variáveis de nível micro, sendo uma delas interveniente e institucional (Posição Ideológico-partidária do governo). Esta influenciará, em menor intensidade, as Escolhas Políticas dos Líderes. O problema micro-macro permanece, como nas outras respostas.

A Resposta ao Funcionamento do Sistema Social (**4**) é encontrada em Karol (2000); Sherman (2002); Dai (2002) e Clark (2001): em nível mais fraco que os demais, o desenho institucional (preferências do Executivo e Legislativo) e a ideologia partidária influenciam as escolhas políticas dos líderes políticos, que por sua vez influenciarão as políticas de comércio exterior.

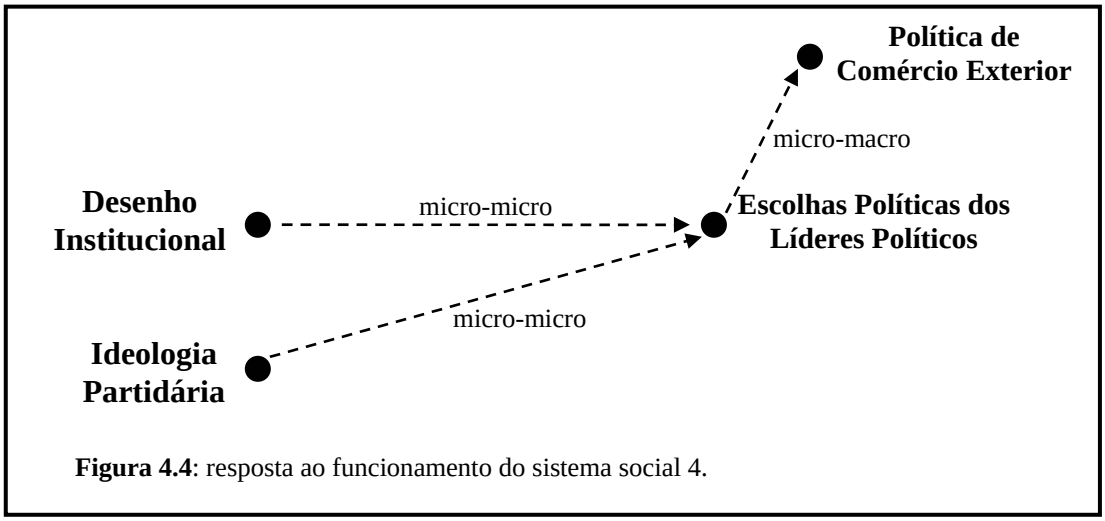

Figura 4.4: resposta ao funcionamento do sistema social 4.

Nesta resposta ao funcionamento do sistema social, duas variáveis de nível micro (ambas de caráter institucional) influenciam, em menor intensidade, uma terceira variável de nível micro. Ou seja, nesta resposta são oferecidas duas causas de nível micro. O relacionamento entre as variáveis é frágil, tanto o das causas micro para o efeito micro, quanto dele para o efeito macro-estrutural. Aqui, assim como nas outras três respostas, a análise interna do funcionamento do sistema enfrenta dificuldades na ligação micro-macro, pelos mesmos motivos apresentados nos casos anteriores.

4.6 PARADIGMAS

Os estudos de Ederington (2002); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005); Grossman e Helpman (1995); Dai (2002) e Clark (2001) sustentam-se no paradigma de que o nível de democratização influencia as escolhas políticas dos líderes políticos por meio dos custos de audiência política, da possibilidade de mudança de liderança, dos custos eleitorais advindos do *trade off* entre a liberalização comercial ou protecionismo (nível de barreiras comerciais) e da probabilidade de reeleição. Essas escolhas acontecem, ainda, por meio da interação estratégica dos líderes com Grupos de Interesses Especiais (Constituintes ou Lobbies) e dos tipos de problemas domésticos que os líderes enfrentam. As próprias preferências dos líderes também influenciam as suas escolhas por políticas comerciais.

Hiscox (2002); Odell (1990); Milner e Kubota (2005) e Ladewig (2006) trabalham dentro do paradigma segundo o qual, a Composição / Diversificação Industrial (interesses de expansão das exportações e interesses de concorrências às importações), juntamente com a Composição de Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital) determinam o padrão de Coalizões de apoio ao governo e, conseqüentemente, influenciam a política de comércio exterior (livre comércio ou protecionismo).

Os estudos de Karol (2000); Milner e Judkins (2004); Zeng (2002); Kastner e Rector (2003); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002); Dutt e Mitra (2005) e Ladewig (2006) sustentam-se no paradigma de que a Estrutura de Comércio Internacional (Comércio Complementar ou Competitivo) e a Globalização moldam a composição / diversificação industrial e a composição dos fatores de produção. Todas essas variáveis influenciam a ideologia do partido no governo e o desenho institucional

(configuração das preferências do Executivo e Legislativo). Logo, as preferências institucional-partidárias influenciam a política de comércio exterior.

4.7 NÍVEL DE UNIDADE DE AÇÃO

Foram identificados 11 (onze) padrões de Nível de Unidade de Ação dentre os casos estudados:

Nível de Unidade de Ação padrão	Casos onde são utilizadas
Líderes Políticos formuladores de decisão (Presidentes e Legisladores)	Jacobs e Page (2005); Karol (2000); Ederington (2002); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994, 1995); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002); Dutt e Mitra (2005); Dai (2002); Davis (2004); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Clark (2001).
Governos (Estados-nação)	Hocking (2004); Ederington (2002); Mansfield, Milner e Rosendorff (2002); Rosecrance e Thompson (2003); Odell (1990); Zeng (2002); Kastner e Rector (2003); Lobell (1999); Copeland (2000); Dai (2002); Davis (2004); Rosendorff (2005) e Simmon (2005).
Grupos de Interesses Especiais (*lobbies*)	Hocking (2004); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Grossman e Helpman (1994, 1995); Fordham e McKeown (2003); Davis (2004) e Ladewig (2006).
Partidos Políticos	Karol (2000); Milner e Judkins (2004); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994); Sherman (2002); Fordham e McKeown (2003) e Ladewig (2006).
Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital)	Jacobs e Page (2005); Milner e Judkins (2004); Hiscox (2002); Dutt e Mitra (2005); Grossman e Helpman (1995); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006).
Eleitores (Público)	Jacobs e Page (2005); McGillivray e Smith (2004); Milner e Kubota (2005); Grossman e Helpman (1994, 1995) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005).
Setores Industriais (interesses de expansão das exportações e interesses de concorrência às importações)	Hiscox (2002); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Zeng (2002); Dutt e Mitra (2005) e Ladewig (2006).
Poder Legislativo (Congresso)	Hiscox (2002); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002); Dai (2002) e Ladewig (2006).
Poder Executivo	Hiscox (2002); Zeng (2002); Milner e Rosendorff (1997); Dai (2002) e Ladewig (2006).
Coalizões Políticas de Apoio	Hiscox (2002); Milner e Kubota (2005); Lobell (1999) e Ladewig (2006).
Firmas Individuais	Li e Sacko (2002); Lobell (1999) e Hart (2004).

Quadro 4.4: os diferentes níveis de unidade de ação utilizados nos casos.

4.8 CRÍTICAS E LIMITES

Segundo Ederington (2002); McGillivray e Smith (2004) e Kastner e Rector (2003), nos poucos estudos que consideram a influência do tipo de regime na política externa, não há uma explicação para as origens dos custos de audiência que os líderes democráticos enfrentam por desertarem de parcerias comerciais. A maioria dos modelos de previsão do tipo de regime não inclui a política comercial, ou mesmo a extensão da abertura da economia, como um fator relevante.

A crítica feita em Karol (2000); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Kastner e Rector (2003); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002) e Ladewig (2006) é que as mudanças nas instituições de política doméstica têm sido um fator sub-apreciado. Estudos enfatizando a perspectiva tipicamente institucional perdem em precisão e generalidade, em razão de suas visões muito amplas. Diversos deles optaram pela indução e evitaram medidas quantitativas e proposições gerais precisas. O fato é que, sozinhas, as instituições não podem responder completamente pelas variações entre os mercados de capital internacionais.

Embora os modelos de política partidária existentes tenham ampliado o conhecimento dos efeitos dos partidos sobre o controle de capital, a extensão na qual esses modelos podem ser usados para testar hipóteses políticas específicas é limitada pelo tipo de dados de controle de capital que estão atualmente disponíveis. Somente as instituições também não podem responder pelas fontes últimas e demandas por mudanças políticas.

Também não haveria fundamento nas generalizações feitas por alguns autores a respeito do efeito de governos divididos na política comercial dos EUA. A maioria delas ignoraria a interação das preferências institucionais e daquelas baseadas no eleitorado

partidário. A hipótese de que a divisão de governo levaria o Congresso a delegar menos autoridade ao Executivo, implicando em maiores níveis de proteção comercial, também seria incorreta, porque tal "divisão" não seria entre linhas partidárias, mas dentro delas. As afirmações de que a divisão de governo levaria a uma formulação de política inferior, ou que a divisão não teria qualquer efeito significante, estão incorretas.

As preferências políticas derivam não só do partido mas também das fontes institucionais. As preferências institucional-partidárias são mais importantes para a formulação da política comercial do que as preferências unicamente partidárias. Além disso, os estudos dos efeitos de governos divididos sobre o comércio também falham em levar em conta a interação entre políticas domésticas e internacionais. A política comercial opera tanto no nível doméstico quanto no internacional e negligenciá-los pode levar a uma visão imperfeita do processo de formulação da política. Outro problema é que os estudos sobre divisão de governo não focam sobre o nível relativo de mobilidade de fator e sobre a força de mudança dos partidos políticos.

Hiscox (2002); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006) sustentam que a literatura acadêmica existente é silenciosa a respeito das circunstâncias sobre as quais o comércio internacional aprofundou as divisões de classe na política ou, em vez disso, em que condições essa divisão aconteceria a partir de coalizões baseadas em indústrias. Esses estudos também falhariam em considerar os vários níveis de exposição do mercado de mão-de-obra ao comércio internacional.

Além disso, as conclusões agregadas de alguns estudos de economia política sobre política comercial oferecem argumentos ou evidências contraditórias sobre o balanço recente do nível de mobilidade de fatores nos Estados Unidos. Esses estudos apresentam conclusões tão variadas, por três grandes motivos: 1º) a maioria deles está concentrada em modelar outros fenômenos e não em determinar o nível relativo de mobilidade de

fatores; 2º) nesse nível relativo de variações de mobilidade de fator é possível que em algum ponto durante os anos analisados, a balança entre os modelos dos dois tipos ideais (fatores e setores) tenha mudado; 3º) o escopo dos estudos sobre influências domésticas na política comercial varia da análise de uma única *roll call vote* no Congresso americano, até *roll call votes* de até dois séculos.

As críticas sobre grupos de interesses são trazidas por Jacobs e Page (2005); Odell (1990); Fordham McKeown (2003) e Hart (2004). Os autores sustentam que pesquisas relacionando o impacto de grupos organizados na política comercial têm produzido um corpo impreciso de resultados que apontam em divergentes direções. Os estudos sobre Grupos de Pressão não atentaram para prover uma teoria rigorosa prevendo quais setores de mercado gerariam proteção, ou para identificar as condições mais prováveis de levarem os governos a concederem medidas mais protecionistas, rejeitar a demanda por elas, ou mudar o nível delas ao longo do tempo.

Outra questão é que o cálculo dos interesses econômicos do eleitorado e do voto congressional sofreria de três problemas, na maioria dos estudos que os tomam: 1º) a discussão está freqüentemente restrita aos interesses dos eleitores dentro do distrito geográfico de um membro do Congresso, com a suposição de que esse eleitorado implica um cenário único de posições para os legisladores; 2º) esses cálculos freqüentemente definem os interesses econômicos em termos tanto do *portfólio* de fatores que os eleitores possuem, quanto dos setores industriais nos quais eles investem ou trabalham; 3º) eles freqüentemente examinam apenas um caminho único através do qual os interesses podem influenciar os votos.

Além disso, muitas firmas também estão dispostas a se apresentarem por conta própria frente ao governo, deixando de lado associações e grupos de interesse, o que enfraqueceria as suposições dos estudos de Grupos de Interesse. Existem muito poucos

estudos sobre firmas individuais na política americana, em parte porque o aparato teórico do campo de estudo dos Grupos de Interesse não se ajusta a elas (as firmas) muito bem. Outras teorias tendem a gerar questões que se distanciam do estudo dos aspectos mais distintos das atitudes e comportamentos políticos das firmas.

Segundo Ederington (2002); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994); Lobell (1999) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005), as teorias da perspectiva da estrutura internacional enfrentam anomalias empíricas e não são amplas o suficiente para carregar toda a responsabilidade explicativa. Nem as crises, nem as pressões internacionais, nem os novos líderes parecem responder muito bem pelos movimentos do livre comércio. Os fatores sistêmicos sozinhos também não podem responder completamente pelas variações entre os mercados de capital internacionais.

Praticamente todos esses estudos que focaram no relacionamento empírico do nível macro (países) não testaram os micro fundamentos da tese do liberalismo *embedded*, através do foco nas fontes domésticas de cooperação econômica. Estes estudos devem analisar dados num nível mais baixo de agregação, se almejam fazer um caso empírico convincente de ligação entre o livre comércio e o estado do bem-estar. Dessa forma, uma visão mais ampla poderia ser adquirida nas relações econômicas internacionais considerando governos que são guiados em suas relações externas pelas pressões políticas domésticas.

Além disso, as literaturas focadas no nível sistêmico e na política doméstica negligenciam o impacto da política comercial externa dos países competidores emergentes sobre a orientação comercial de uma hegemonia. A teoria da estabilidade hegemônica não pode explicar por que uma hegemonia liberal que experimenta o declínio moderado aceitará as preferências dos liberais ou nacionalistas conservadores.

A literatura existente também negligencia o efeito da composição comercial dos competidores sobre a preferência da hegemonia por uma política comercial liberal ou imperial.

A última crítica-padrão é encontrada em Kastner e Rector (2003); Milner e Rosendorff (1997) e Sherman (2002), que focam nos estudos sobre o papel de partidos políticos no comércio. Segundo os autores, esses estudos falham em tomar nota da interação entre políticas domésticas e internacionais. A política comercial opera tanto no nível doméstico quanto no internacional, e a negligência de ambos pode levar a uma visão imperfeita do processo de formulação da política.

A suposição de que preferências políticas derivam apenas do partido também estariam incorretas, pois não se podem desprezar as fontes institucionais (Executivo e Legislativo). Aliás, as preferências institucional-partidárias são mais importantes para a formulação da política comercial do que as preferências unicamente partidárias. Embora os modelos de política partidária existentes tenham ampliado o conhecimento dos efeitos dos partidos sobre o controle de capital, a extensão na qual esses modelos podem ser usados para testar hipóteses políticas específicas é limitada pelo tipo de dados de controle de capital que estão atualmente disponíveis.

Críticas e Limitações	Casos onde são utilizadas
Estudos que consideram a influência do tipo de regime na política externa não explicam as origens dos custos de audiência que os líderes democráticos enfrentam, quando desertam de parcerias comerciais.	Ederington (2002); McGillivray e Smith (2004), e Kastner e Rector (2003).
Estudos enfatizando a perspectiva institucional tipicamente sacrificam-se em precisão e generalidade, em razão de suas amplas visões. Muitos deles ignoram a interação das preferências institucionais e baseadas no eleitorado partidário.	Karol (2000); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Kastner e Rector (2003); Milner e Rosendorff (1997); Sherman (2002), e Ladewig (2006).
Vários estudos são omissos no que diz respeito às circunstâncias sobre as quais o comércio internacional aprofunda as divisões de classe na política, ou sobre que condições essa divisão aconteceria a partir de coalizões baseadas em indústrias.	Hiscox (2002); Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005) e Ladewig (2006).
Pesquisas relacionando o impacto de grupos organizados na política comercial têm produzido um corpo impreciso de resultados que apontam em divergentes direções. Em geral, o cálculo dos interesses econômicos do eleitorado e do voto congressional tem sofrido de alguns problemas. Essas pesquisas também desconsideram, em sua maioria, a possibilidade de própria representação das empresas frente aos governos, deixando de lado associações e grupos de interesse.	Jacobs e Page (2005); Odell (1990); Fordham e McKeown (2003) e Hart (2004).
As teorias da perspectiva da estrutura internacional enfrentam anomalias empíricas e não são amplas o suficiente para carregar toda a responsabilidade explicativa. Além disso, as literaturas focadas no nível sistêmico e na política doméstica também negligenciam o impacto da política comercial externa dos países competidores emergentes sobre a orientação comercial das hegemonias.	Ederington (2002); Odell (1990); Milner e Kubota (2005); Kastner e Rector (2003); Grossman e Helpman (1994); Lobell (1999) e Hays, Ehrlich e Peinhardt (2005).

Quadro 4.5: síntese das grandes críticas e limitações das explicações.

5. PADRÕES DE EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A partir dos Componentes das Explicações-Padrão identificados durante a análise chegou-se a 4 (quatro) Padrões de Explicação da FPCE: por **Desenho Institucional** (configuração das preferências do Executivo e Legislativo), por **Linhas Fatoriais** (Mão-de-obra ou Capital), por **Linhas Setoriais** (Interesses de expansão das exportações ou Interesses de concorrência às importações), e por **Grupos de Interesses Especiais** (*Lobbies*). Os Componentes que não chegaram a se constituir em conglomerados, não foram considerados padrões de explicação, e desta maneira, foram considerados *outliers*.

5.1 DESENHO INSTITUCIONAL (DI)

MECANISMOS CAUSAIS PROPOSTOS (DI)

A mudança institucional impõe efeitos específicos sobre os padrões amplos de política comercial. Com relação à abertura comercial são possíveis quatro combinações institucionais: 1ª) Executivo e Legislativo controlados por protecionistas; 2ª) Executivo protecionista e Legislativo liberal; 3ª) Executivo liberal e Legislativo protecionista; e 4ª) Executivo e Legislativo controlados por liberais.

No primeiro caso, a afiliação partidária explica totalmente as preferências dos atores políticos. Caso o *status quo* esteja entre os pontos ideais do Presidente e do Congresso, eles não chegarão a um acordo sobre uma nova política, e então o *status quo* é mantido. Se a política existente estiver localizada no ponto ideal de cada poder, o resultado será o mesmo. Logo, a divisão de governo não atrapalha a liberalização, mas

contribui para a manutenção do *status quo*. No caso de haver uma situação mais extrema, porém desejada pelos dois Poderes, ambos concordarão em adotar medidas para moderá-la.

Já no segundo caso, os fatores institucionais têm mais peso na análise e o Presidente assume uma postura de livre comerciante mais do que qualquer composição do Congresso. O partido, por sua vez, exerce influência no Congresso no que diz respeito à abertura comercial: uma composição liberal do Congresso tende a preferir que haja mais abertura comercial do que um Congresso com uma inclinação protecionista. Da mesma forma, os Presidentes liberais tendem a preferir que haja mais abertura do que os Presidentes protecionistas.

Se a maioria das preferências converge para um Congresso adepto ao livre comércio e um presidente protecionista, tem-se a seguinte relação: uma divisão Protecionismo / Livre Comércio entre Legislativo e Executivo interfere nos níveis de delegação e, portanto, nos níveis da tarifa comercial. Contudo, a fraqueza do argumento de que a divisão de governo inibe a liberalização pode ser demonstrada pelo apoio que os presidentes do período pós-guerra deram ao comércio mais livre (Liberalismo Presidencial).

Tomando-se a hipótese do Liberalismo Presidencial e a terceira combinação (Executivo liberal e Legislativo protecionista), as posições do presidente são afetadas tanto pelos seu partido quanto pelas distorções institucionais. Presidentes do partido protecionista são mais liberais do que os legisladores protecionistas; entretanto, são menos livre-comerciantes do que os legisladores liberais, que por sua vez são menos liberais do que os presidentes liberais.

Na quarta e última combinação, a afiliação partidária importa apenas nas posições tomadas pelo Congresso, visto que as preferências do Presidente, profundamente

influenciadas pelas instituições, são tão dominantes que a sua afiliação partidária torna-se irrelevante.

As duas formas de governo divido (Congresso liberal e Presidente protecionista, ou o inverso) possuem implicações diferentes: a primeira facilita a liberalização; a segunda, a dificulta. Porém, se o partido presidencial for mais protecionista do que o partido congressista adepto ao livre comércio, as preferências serão mais convergentes quando Executivo e Legislativo forem controlados por adeptos do livre comércio, ou do protecionismo. Mayhew (1991); Lohmann e O'Halloran (1994); e Milner e Rosendorff (1996) são as principais referências utilizadas na construção desse mecanismo causal.

ARGUMENTOS (DI)

O principal argumento desta explicação é que a estrutura do comércio internacional afeta sistematicamente o nível de divisão de governo num país (Presidentes e Congresso com preferências diferentes) gerando a discussão sobre a imposição de uma ameaça de sanção comercial. Em geral, Presidentes pós-guerra favorecem um comércio mais livre, de maneira que a delegação de poderes a eles leva à liberalização. Conseqüentemente o apoio dos membros do Congresso aos presidentes pós-guerra será uma função dos interesses daqueles na liberalização comercial. Nos Estados Unidos, a divisão de governo tem levado a tarifas mais baixas no período pós-guerra. A mudança dos membros do Congresso entre o término de negociações internacionais e o processo de ratificação ameaça a aceitação dos acordos.

PROBLEMATIZAÇÕES (DI)

A problematização trabalhada nesta explicação é a de analisar como as instituições políticas (Executivo e Legislativo) explicam as diferenças de posições de políticas de comércio exterior entre diferentes partidos políticos de um país controlando o Congresso e a Presidência. Analisar como o contexto institucional político modera o efeito da troca de lideranças e das táticas de negociação agressiva nas relações comerciais entre Estados, bem como quais instituições (Executivo ou Legislativo, domésticos ou externos) influenciam mais os acordos de comércio internacional. Investigar a relação entre divisão de governo e tarifas comerciais.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES (DI)

A principal variável independente utilizada na explicação do Desenho Institucional é a *Divisão de Governo* (conflito de interesses do Executivo e Legislativo, como Instituições Políticas).

A CONEXÃO MICRO-MACRO (DI)

Em se tratando da ligação micro-macro, a resposta dessa explicação ao funcionamento do sistema social é que, em nível mais fraco, o desenho institucional (configuração de preferências do Executivo e Legislativo) e a ideologia partidária influenciam as escolhas políticas dos líderes políticos, que por sua vez influenciarão as políticas de comércio exterior.

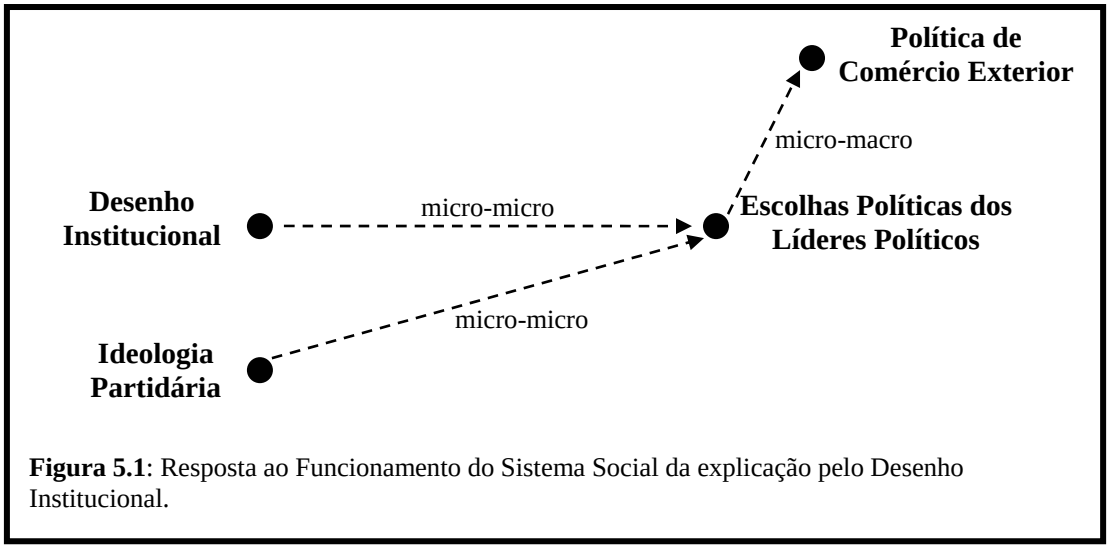

Figura 5.1: Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelo Desenho Institucional.

PARADIGMA (DI)

A explicação do Desenho Institucional está inserida no paradigma segundo o qual a Estrutura de Comércio Internacional (Comércio Complementar ou Competitivo) e a Globalização moldam a composição / diversificação industrial e a composição dos fatores de produção. Todas essas variáveis influenciarão a ideologia do partido no governo e o desenho institucional (configuração das preferências do Executivo e Legislativo). As preferências institucional-partidárias então influenciarão a política de comércio exterior.

NÍVEIS DE UNIDADE DE AÇÃO (DI)

Os níveis de unidade de ação utilizados pela explicação são: **1)** Líderes Políticos formuladores de decisão (Presidentes e Legisladores); **2)** Poder Legislativo; e **3)** Poder Executivo.

CRÍTICAS E LIMITES (DI)

Segundo as críticas feitas a esta explicação, as mudanças nas instituições de política doméstica têm sido um fator sub-apreciado. Estudos enfatizando a perspectiva tipicamente institucional perdem em precisão e generalidade, em razão de suas visões muito amplas. Diversos deles optaram pela indução e evitaram medidas quantitativas e proposições gerais precisas. O fato é que, sozinhas, as instituições não podem responder completamente pelas variações entre os mercados de capital internacionais.

Embora os modelos de política partidária existentes tenham ampliado o conhecimento dos efeitos dos partidos sobre o controle de capital, a extensão na qual esses modelos podem ser usados para testar hipóteses políticas específicas é limitada pelo tipo de dados de controle de capital que estão atualmente disponíveis. Somente as instituições também não podem responder pelas fontes últimas e demandas por mudanças políticas.

Também não haveria fundamento nas generalizações feitas por alguns autores a respeito do efeito de governos divididos na política comercial dos EUA. A maioria delas ignoraria a interação das preferências institucionais e daquelas baseadas no eleitorado partidário. A hipótese de que a divisão de governo levaria o Congresso a delegar menos autoridade ao Executivo, implicando em maiores níveis de proteção comercial, também seria incorreta, porque tal "divisão" não seria entre linhas partidárias, mas dentro delas. As afirmações de que a divisão de governo levaria a uma formulação de política inferior, ou que a divisão não teria qualquer efeito significante, estão incorretas.

As preferências políticas derivam não só do partido mas também das fontes institucionais. As preferências institucional-partidárias são mais importantes para a formulação da política comercial do que as preferências unicamente partidárias. Além disso, os estudos dos efeitos de governos divididos sobre o comércio também falham

em levar em conta a interação entre políticas domésticas e internacionais. A política comercial opera tanto no nível doméstico quanto no internacional e negligenciá-los pode levar a uma visão imperfeita do processo de formulação da política. Outro problema é que os estudos sobre divisão de governo não focam sobre o nível relativo de mobilidade de fator e sobre a força de mudança dos partidos políticos.

5.2 LINHAS FATORIAIS (MÃO-DE-OBRA OU CAPITAL) (LF)

MECANISMOS CAUSAIS PROPOSTOS (LF)

As divisões históricas numa estrutura social e econômica de um país, bem como as ideologias que expressam essas divisões, refletem as posições que os partidos adotam sobre cada questão comercial.

A política preferida por um partido sobre comércio é resultante da divisão de classes, porque elas incorporam a divisão de fatores de produção de um país. Então a balança política marcada pelos fatores de produção (divisão entre Mão-de-obra e Capital) pode ser de grande importância nos relacionamentos econômicos.

A mobilidade de fatores de produção relativamente alta pode levar a uma divisão eleitoral entre Linhas Fatoriais. Nessa divisão, alguns interesses são beneficiados pela liberalização, enquanto outros são prejudicados. Nos casos da política de comércio exterior, organizados a partir das Linhas Fatoriais, existem duas coalizões econômicas possíveis: a do capital e a da mão-de-obra.

Os fatores de produção relativamente escassos em um país perdem com o comércio e, conseqüentemente, com a liberalização; por outro lado, fatores abundantes ganham com o comércio e perdem, portanto, com o protecionismo. Essas conseqüências

distributivas acontecem porque a política comercial afeta diferentemente a rentabilidade de cada fator, de acordo com a sua abundância relativa.

No caso dos sistemas partidários de países desenvolvidos, organizados ao longo de divisões históricas de classe, os partidos devem adotar as diferentes preferências por políticas de comércio exterior em relação aos fatores de produção, em consonância com as coalizões de apoio nas quais eles se sustentam. Por exemplo, se os partidos de esquerda representam a mão-de-obra, eles devem adotar posições políticas comerciais diferentes daquelas dos partidos de direita (que representam os donos de capital).

Além disso, caso a coalizão representante do capital seja beneficiada pela liberalização comercial, ela influenciará os legisladores a votarem a favor da liberalização comercial, ao passo que a coalizão representante da mão-de-obra influenciará negativamente os votos dos legisladores pela liberalização comercial.

Os incumbentes escolherão um vetor de taxas e subsídios sobre os vários bens de importação e exportação, a partir das agendas de contribuição dos donos de fatores. Tendo em vista que o livre comércio beneficia os fatores de produção abundantes e prejudica os escassos, e que a maioria das coalizões dominantes hoje é representante de fatores abundantes, esse padrão levaria a um ambiente mais pacífico, em se tratando de conflitos internos de tarifas.

Se os regimes de produção nacional determinam a natureza dos mercados de fatores da economia, então eles moldam a segmentação política sobre o comércio, determinam o quão vulneráveis os trabalhadores são às oscilações econômicas e influenciam até que ponto as firmas apoiarão ou se oporão às políticas do estado de bem-estar. Os termos domésticos de comércio tornam-se mais favoráveis aos setores que são intensivos em mão-de-obra quando o fator “bem-estar da mão-de-obra” tem um peso maior na formulação de políticas.

Num país abundante em capital, o bem intensivo "mão-de-obra" é importado e, portanto, um aumento na tendência de esquerda do governo resultará num aumento da proteção à importação. Contudo, em países abundantes em mão-de-obra, o bem intensivo em capital é importado e o intensivo em mão-de-obra é exportável. Nesse caso, um aumento na tendência de esquerda do governo de tal país, que clama por mudança na taxa do preço doméstico em favor do bem exportável intensivo em mão-de-obra, resultará num declínio da proteção à importação. Rogowski (1989); Simmons (1994); Grossman e Helpman (1995); Putnam (1988); e Hillman (1989) são os estudos centrais utilizados pelos casos na construção desse mecanismo causal.

ARGUMENTOS (LF)

O argumento central desta explicação é que a variação nos padrões de coalizão de apoio ao incumbente pode ser amplamente explicada por mudanças macroeconômicas nos níveis de mobilidade de fator inter-industrial. Estados com coalizão grande são mais abertos do que estados de coalizão pequena, e desta forma, *coeteris paribus*, têm maior fluxo comercial do que os últimos. A troca de liderança num sistema de coalizão pequena reduz o comércio. O impacto da troca de liderança no comércio é menor em sistemas de coalizão grande. Sistemas de coalizão grande são menos prováveis de ter relações pobres com parceiros comerciais do que sistemas de coalizão pequena. Se as relações entre estados são pobres, então a troca de liderança num sistema de coalizão pequena é mais provável de restaurar as relações do que a mudança de liderança em sistemas de coalizão grande.

PROBLEMATIZAÇÕES (LF)

Nesta explicação a problematização consiste em compreender quais são as coalizões de apoio, e sob que condições, apóiam o uso de táticas de negociação comercial agressiva e são bem sucedidos na busca por benefícios privados dentro do processo político, de forma a entender o "equilíbrio" da estrutura de comércio. Também propõem capturar a interação estratégica no processo eleitoral entre os grupos de interesse econômico ativos (grandes coalizões de apoio) e os políticos a respeito da legislação de comércio exterior, bem como a interação entre governos e arena internacional.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES (LF)

A principal variável independente utilizada nesta explicação é a Mobilidade de Fatores de Produção (mobilidade alta).

CONEXÃO MICRO-MACRO (LF)

A resposta que a explicação dá ao funcionamento do sistema social é que a composição dos Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital) de um país influencia as políticas de comércio exterior. Pois em nível micro o arranjo desses Fatores influenciará o tamanho ou configuração da Coalizão de Apoio ao governo, que por sua vez influenciará as escolhas políticas dos líderes.

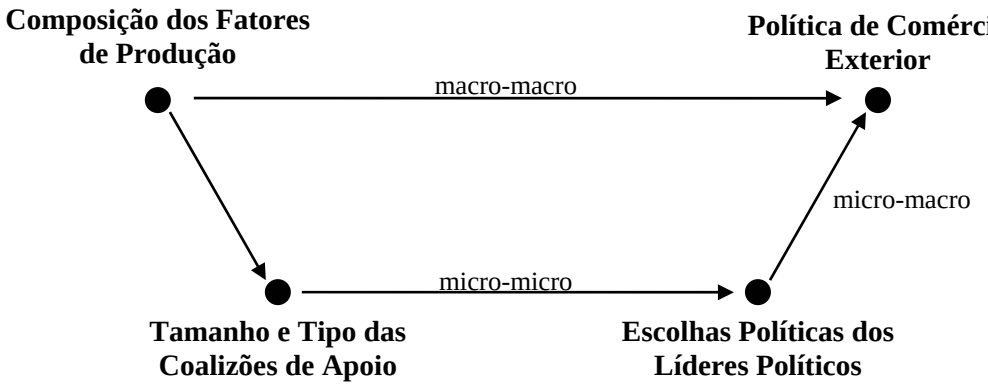

Figura 5.2: Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelas Linhas Fatoriais.

PARADIGMAS (LF)

A explicação baseada em linhas fatoriais é sustentada pelo paradigma segundo o qual a Composição / Diversificação Industrial (interesses de expansão das exportações e interesses de concorrências às importações), juntamente com a Composição de Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital) determinam o padrão de Coalizões de apoio ao governo, e conseqüentemente influenciam a política de comércio exterior (livre comércio ou protecionismo).

Esta explicação também é apoiada pelo paradigma o qual sustenta que a Estrutura de Comércio Internacional (Comércio Complementar ou Competitivo) e a Globalização moldam a composição / diversificação industrial e a composição dos fatores de produção. Todas essas variáveis influenciarão a ideologia do partido no governo e o desenho institucional (configuração das preferências do Executivo e Legislativo). As preferências institucional-partidárias então influenciarão a política de comércio exterior.

NÍVEIS DE UNIDADE DE AÇÃO (LF)

Os níveis de unidade de ação utilizados na explicação são: **1)** Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital); **2)** Coalizões de Apoio; e **3)** Líderes políticos formuladores de políticas.

CRÍTICAS E LIMITES (LF)

De acordo com as críticas tecidas a esta explicação, a literatura acadêmica existente é silenciosa a respeito das circunstâncias sobre as quais o comércio internacional aprofundou as divisões de classe na política ou, em vez disso, em que condições essa divisão aconteceria a partir de coalizões baseadas em indústrias. Esses estudos também falhariam em considerar os vários níveis de exposição do mercado de mão-de-obra ao comércio internacional.

Além disso, as conclusões agregadas de alguns estudos de economia política sobre política comercial oferecem argumentos ou evidências contraditórias sobre o balanço recente do nível de mobilidade de fatores nos Estados Unidos. Esses estudos apresentam conclusões tão variadas, por três grandes motivos: 1º) a maioria deles está concentrada em modelar outros fenômenos e não em determinar o nível relativo de mobilidade de fatores; 2º) nesse nível relativo de variações de mobilidade de fator é possível que em algum ponto durante os anos analisados, a balança entre os modelos dos dois tipos ideais (fatores e setores) tenha mudado; 3º) o escopo dos estudos sobre influências domésticas na política comercial varia da análise de uma única *roll call vote* no Congresso americano, até *roll call votes* de até dois séculos.

5.3 LINHAS SETORIAIS (INTERESSES DE EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES *VERSUS* INTERESSES DE CONCORRÊNCIA ÀS IMPORTAÇÕES) (LS)

MECANISMOS CAUSAIS PROPOSTOS (LS)

A mobilidade de fatores de produção relativamente baixa pode levar a uma divisão eleitoral entre linhas setoriais (indústrias específicas). Nessa divisão, a liberalização atende determinados interesses, em prejuízo de outros (como é o caso, por exemplo, de certas indústrias nacionais que são fracas no mercado).

Para os interesses de política de comércio exterior, organizados segundo Linhas Setoriais, existem duas coalizões econômicas possíveis: a indústria de expansão das exportações competitivas *versus* a indústria de concorrência às importações.

A coalizão que é beneficiada pela liberalização comercial (exportações competitivas) tende a influenciar positivamente os votos dos legisladores pela liberalização comercial. Já a coalizão de concorrência às importações influenciará negativamente os votos dos legisladores em relação à liberalização comercial. Indivíduos empregados em indústrias de exportação têm mais probabilidade de se beneficiarem com o livre comércio do que aqueles empregados nas industriais de concorrência às importações.

Diante das possíveis contribuições de certas Linhas Setoriais, os políticos tendem a escolher um vetor de taxas e subsídios sobre os vários bens de importação e exportação. O caso, por exemplo, do debate entre os setores da agricultura e da indústria leva à construção do panorama para liberalização comercial, por meio da agregação dos vários interesses domésticos. Se esses interesses não estiverem fortemente ligados ao

acordo estabelecido, a união dos setores agrícolas terá forças suficientes para manter o *status quo* das políticas protecionistas.

Por outro lado, caso o acordo leve em conta os interesses domésticos, as negociações são reforçadas, gerando um *lobby* mais intenso do setor das indústrias de exportação contra a proteção agrícola. Nesse caso, a ampliação dos atores e interesses pode prover o ímpeto para mudar o *status quo* protecionista.

Com relação à ameaça de sanção comercial a outros países, as divisões setoriais se posicionarão conforme a estrutura comercial existente. Existindo um comércio competitivo, tanto os interesses de expansão das exportações quanto os de concorrência contra as importações no país tendem a se posicionar favoravelmente à ameaça de sanção. Isso porque há uma grande chance de que esses setores produzam as mesmas coisas feitas no país alvo da ameaça.

Em alguns casos, as firmas que buscam ampliar as exportações podem até ser as mesmas que competem com as importações no mercado doméstico. Nesse caso, as preferências ou interesses são pouco divergentes, e ambos têm possibilidade de ganhar algo com a ameaça de sanção. Se a sanção se concretiza, ganha o setor que concorre com as importações. Se ela não se concretiza, em razão da cooperação do país alvo, ganha o setor que busca a expansão das exportações.

O quadro é bastante distinto no contexto do comércio complementar, em que os interesses são muito divergentes. Normalmente existem setores que dependem das importações e, portanto, não apóiam as ameaças de sanção.

ARGUMENTOS (LS)

O argumento desta explicação é que a variação nos padrões de coalizão de apoio ao incumbente poderia ser amplamente explicada por mudanças macroeconômicas nos níveis de mobilidade de fator inter-industrial. Estados com coalizão grande seriam mais abertos do que estados de coalizão pequena, e desta forma, *coeteris paribus*, teriam maior fluxo comercial do que os últimos. A troca de liderança num sistema de coalizão pequena reduziria o comércio. O impacto da troca de liderança no comércio seria menor em sistemas de coalizão grande. Sistemas de coalizão grande seriam menos prováveis de ter relações pobres com parceiros comerciais do que sistemas de coalizão pequena. Se as relações entre estados são pobres, então a troca de liderança num sistema de coalizão pequena seria mais provável de restaurar as relações do que a mudança de liderança em sistemas de coalizão grande.

PROBLEMATIZAÇÕES (LS)

O propósito comum nesta explicação, assim como na explicação por Linhas Fatoriais, é compreender quais são as coalizões de apoio, e sob que condições, apóiam o uso de táticas de negociação comercial agressiva e são bem sucedidos na busca por benefícios privados dentro do processo político, de forma a entender o "equilíbrio" da estrutura de comércio. Também propõem capturar a interação estratégica no processo eleitoral entre os grupos de interesse econômico ativos (grandes coalizões de apoio) e os políticos a respeito da legislação de comércio exterior, bem como a interação entre governos e arena internacional.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES (LS)

A variável independente desta explicação é Mobilidade de Fatores de Produção (mobilidade baixa).

CONEXÃO MICRO-MACRO (LS)

A resposta que a explicação dá ao funcionamento do sistema social envolvido é que a Composição / Diversificação Industrial (predominância de interesses industriais de expansão das exportações, ou de interesses industriais de concorrência às importações) de um país influenciará as políticas de comércio exterior. Pois em nível micro o agrupamento dessas indústrias influenciará o tamanho ou tipo de coalizão de apoio ao governo, bem como as escolhas políticas dos líderes políticos. Estas também serão influenciadas pelo tamanho ou tipo de coalizão de apoio. Por sua vez, influenciarão as políticas de comércio exterior.

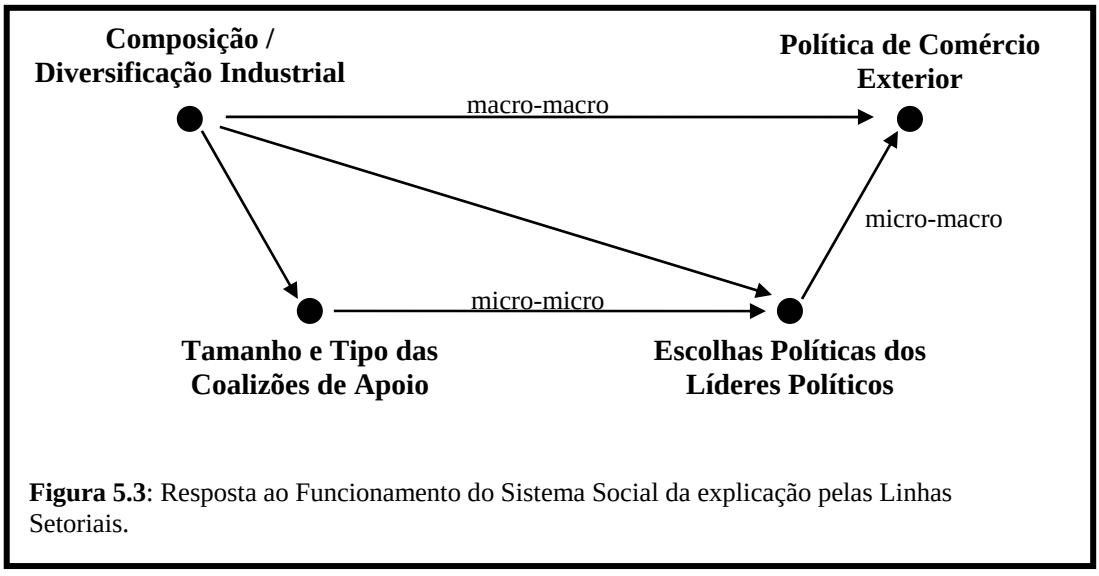

Figura 5.3: Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelas Linhas Setoriais.

PARADIGMAS (LS)

A explicação pelas Linhas Setoriais fundamenta-se no paradigma segundo o qual a Composição / Diversificação Industrial (interesses de expansão das exportações e interesses de concorrências às importações), juntamente com a Composição de Fatores de Produção (Mão-de-obra e Capital) determinarão o padrão de Coalizões de apoio ao governo, e conseqüentemente influenciarão a política de comércio exterior (livre comércio ou protecionismo).

Também se fundamenta no paradigma o qual sustenta que a Estrutura de Comércio Internacional (Comércio Complementar ou Competitivo) e a Globalização moldam a composição / diversificação industrial e a composição dos fatores de produção. Todas essas variáveis influenciarão a ideologia do partido no governo e o desenho institucional (configuração das preferências do Executivo e Legislativo). As preferências institucional-partidárias então influenciarão a política de comércio exterior.

NÍVEIS DE UNIDADE DE AÇÃO (LS)

Os níveis de unidade de ação utilizados pela explicação são: **1)** Linhas Setoriais (Indústrias de expansão de exportações ou Industrias de concorrência às importações); **2)** Coalizões de Apoio; e **3)** Líderes políticos formuladores de política.

CRÍTICAS E LIMITES (LS)

A crítica padrão feita à explicação por Linhas Setoriais é a mesma feita à explicação por Linhas Fatoriais. A literatura acadêmica existente seria silenciosa a respeito das circunstâncias sobre as quais o comércio internacional aprofundou as

divisões de classe na política ou, em vez disso, em que condições essa divisão aconteceria a partir de coalizões baseadas em indústrias. Esses estudos também falhariam em considerar os vários níveis de exposição do mercado de mão-de-obra ao comércio internacional.

Além disso, as conclusões agregadas de alguns estudos de economia política sobre política comercial oferecem argumentos ou evidências contraditórias sobre o balanço recente do nível de mobilidade de fatores nos Estados Unidos. Esses estudos apresentam conclusões tão variadas, por três grandes motivos: 1º) a maioria deles está concentrada em modelar outros fenômenos e não em determinar o nível relativo de mobilidade de fatores; 2º) nesse nível relativo de variações de mobilidade de fator é possível que em algum ponto durante os anos analisados, a balança entre os modelos dos dois tipos ideais (fatores e setores) tenha mudado; 3º) o escopo dos estudos sobre influências domésticas na política comercial varia da análise de uma única *roll call vote* no Congresso americano, até *roll call votes* de até dois séculos.

5.4 GRUPOS DE INTERESSES ESPECIAIS (LOBBIES) (GIE)

MECANISMOS CAUSAIS PROPOSTOS (GIE)

Benefícios e custos eleitorais de candidatos que escolhem plataformas de políticas divergentes das que compõem o *status quo* podem ser afetados por ferramentas utilizadas por grupos domésticos (Grupos de Interesses Especiais), entre elas contribuições de campanha, ameaças de retirada de capital ou até mesmo a retirada, demissão em massa, moldagem do impacto dos votos, entre outras.

Segundo eles, a disponibilidade de mão-de-obra e as corporações de negócios são os elementos mais capazes de pressionar os formuladores das políticas de comércio. A maneira como esses atores percebem o impacto das políticas de comércio exterior sobre as rendas individuais influencia a opção por plataformas políticas que oscilam entre protecionismo e abertura.

Por outro lado, um candidato ao governo que pretenda puramente ampliar seus votos na disputa eleitoral teria grande probabilidade de escolher tarifas alinhadas com as preferências do eleitorado. Ou seja, tenderia a escolher políticas que "refletem a posição da utilidade do eleitor mediano". Tais políticas tendem a ser conflitantes com as políticas protecionistas, caracterizadas pela concentração de benefícios para determinados setores econômicos.

Em síntese, as políticas comerciais refletem em alguma medida o conflito de preferências entre as demandas por bem-estar coletivo do eleitorado e dos grupos especiais de interesse. Cada um desses grupos confronta o incumbente com uma agenda de contribuições, que por sua vez, identificará cada vetor político que pode ser escolhido, em um nível de contribuição de campanha. O incumbente então seleciona políticas - i.e, decide sobre um nível de taxas e subsídios sobre bens de importação e exportação e, por fim, arrecada de cada *lobby* a contribuição associada com sua escolha política. Calculando a "agenda ótima", os *lobbies* reconhecem que os políticos configurarão aquela política que maximiza o seu próprio bem-estar.

A extensão da competição entre grupos de interesse rivais determina a escolha entre regimes políticos alternativos. Quando a competição entre esses grupos é intensa (pelo fato de seus interesses estarem em oposição direta), a utilização de uma ferramenta de transferência de renda eficiente pode concretizar uma ameaça implícita do governo: a de juntar forças com *lobbies* de oposição. Grupos de interesses

individuais têm pouco poder político sob essas circunstâncias e, assim, preferem "atar as mãos" do governo.

Contudo, quando os interesses dos *lobbies* guardam semelhanças entre si, os grupos não competem por favores, mas em vez disso buscam extrair ganhos, às custas das massas sub-representadas. Então, cada *lobby* prefere conceder aos políticos acesso aos meios mais eficientes possíveis para transferir renda. Caso o incumbente opte por maximizar a utilidade do eleitor mediano, em função da competição eleitoral, ele tenderá a "aproximar suas preferências desse eleitor", tentando assim responder às preferências do público.

A ocorrência de eleições justas e competitivas concede ao público o controle sobre os líderes governamentais, especialmente nas democracias políticas. Nessas circunstâncias, a atitude dos eleitores em relação aos incumbentes tende a depender consideravelmente de suas percepções acerca da performance econômica, o que acaba induzindo os governantes democráticos a serem mais cooperativos internacionalmente do que os autocratas.

Como os líderes obtêm ganhos crescentes com os acordos comerciais, eles são incentivados a se "engajarem numa maior cooperação com outros países sobre questões comerciais". Dessa forma, aumenta consideravelmente a probabilidade de um país concluir um acordo comercial internacional, à medida que suas instituições domésticas se tornam mais democráticas. Esses acordos comerciais provêem informação aos eleitores sobre as atividades de seus líderes e, assim, os ajudam a se manterem nos seus cargos.

Além dessa questão, os eleitores também enfrentam problemas informacionais: eles não conseguem distinguir perfeitamente entre choques econômicos adversos (sobre os quais os líderes não têm controle) e adversidades econômicas resultantes das políticas extrativas dos líderes. Em uma democracia, os representantes podem ser retirados de

seus cargos ainda que não tenham qualquer culpa sobre as oscilações econômicas. Para demonstrar que a performance econômica pobre não é resultado de políticas extrativas, os líderes, então, entram em um acordo comercial com outros países, sinalizando aos eleitores quais são suas escolhas políticas.

Os acordos podem, no entanto, gerar "custos de audiência" doméstica. Quando o líder de um dos países participantes do acordo resolve desertar e, ao mesmo tempo, os eleitores tornam-se conscientes de que as oscilações econômicas são tributárias às políticas protecionistas do líder desertor do acordo, é possível que o líder sofra prejuízos eleitorais.

Em suma, a cooperação econômica internacional aumenta as chances de governos democráticos se reelegerem, provendo um forte apelo para que assinem tais acordos. Já líderes autocráticos têm menos razões para temerem seus eleitores e, portanto, enfrentam menor pressão para fecharem acordos comerciais na arena internacional.

É possível também que os eleitores usem a afiliação partidária e posição ideológica de um candidato como forma de "prever" se é provável que esse indivíduo adote posições futuras de apoio aos seus interesses. Na proporção em que os eleitores dão atenção a esses fatores, seus interesses podem fazer com que um membro com uma afiliação partidária e ideologia particulares seja selecionado em primeiro lugar.

Logo, o efeito de seleção dos eleitores geográficos e não-geográficos pode realmente ampliar os efeitos da ideologia e do partido. Outra possibilidade é que o bem-estar do eleitor mediano já esteja refletido no objetivo do incumbente, ou seja, que ele leve em conta a probabilidade de que as prospecções pela eleição dependam do bem-estar do eleitorado geral. Dessa forma, o *trade off* eleitoral envolvendo *lobby versus* eleitor mediano deve ser observado pelo incumbente. Keohane (1984); Milner (1997); Grossman e Helpman (1994, 1995) e Putnam (1988) são bibliografias utilizadas pelos casos estudados para construir este mecanismo causal.

ARGUMENTOS (GIE)

O argumento da explicação é que os grupos de interesse contribuiriam com os políticos com a intenção de influenciarem suas escolhas políticas, moldando a votação legislativa através de seleção, que se trata do recrutamento, nomeação e eleição do candidato, e do mecanismo de influência, que se trata das ações dos grupos de interesse para afetar os votos de eleição dos legisladores. As taxas de proteção também refletiriam as relativas forças políticas dos grupos de interesse e parâmetros descrevendo a economia política da nação. Desta forma, a extensão na qual os políticos responderiam às importações crescentes também seria uma função de como muitos trabalhadores estão empregados nas muitas indústrias comerciantes.

PROBLEMATIZAÇÕES (GIE)

Uma problematização comum a esta explicação é compreender quais grupos de interesse especiais e sob que condições eles apóiam o uso de táticas de negociação comercial agressiva e são bem sucedidos na busca por benefícios privados dentro do processo político, de forma a entender o "equilíbrio" da estrutura de comércio. Além disso, a explicação busca capturar a interação estratégica entre os grupos de interesse econômico ativos no processo eleitoral e os políticos no que diz respeito à legislação de comércio exterior e à interação entre governos e arena internacional.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES (GIE)

A variável independente central desta explicação é Influência de Interesses Especiais (*Lobby*).

CONEXÃO MICRO-MACRO (GIE)

A resposta desta explicação ao funcionamento do sistema social é que Grupos de Interesses Especiais (Lobbies) influenciarão a posição ideológica do partido do governo (esquerda ou direita), bem como as escolhas políticas dos líderes políticos. Em um nível mais fraco, a posição ideológica partidária do governo influenciará as escolhas as escolhas políticas dos líderes políticos. Essas escolhas políticas influenciarão as políticas de comércio exterior.

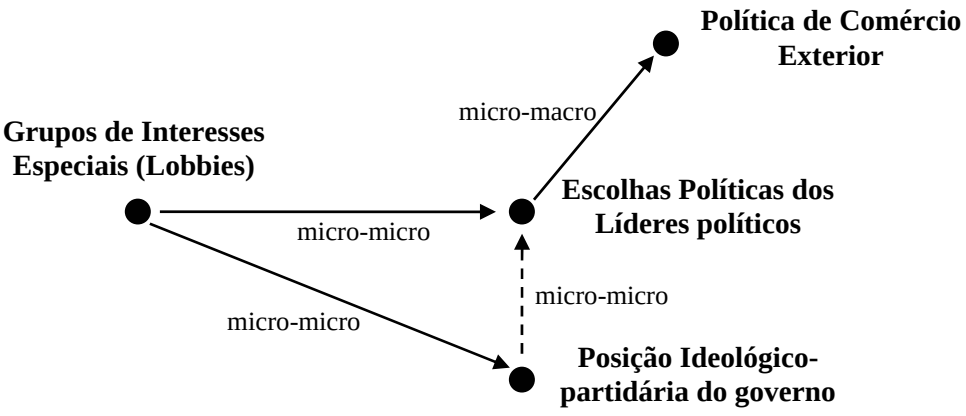

Figura 5.4: Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelos Grupos de Interesses Especiais.

PARADIGMAS (GIE)

O paradigma no qual a explicação dos Grupos de Interesses Especiais está inserida sustenta que o nível de democratização influenciará as escolhas políticas dos líderes políticos através dos custos de audiência política, da possibilidade de mudança de liderança, dos custos eleitorais advindos do *trade off* entre a liberalização comercial ou protecionismo (nível de barreiras comerciais) e a probabilidade de reeleição, através da interação estratégica dos líderes com Grupos de Interesses Especiais (Constituintes

ou Lobbies), e dos tipos de problemas domésticos que os líderes enfrentam. As próprias preferências dos líderes também influenciarão as suas escolhas de políticas comerciais.

NÍVEIS DE UNIDADE DE AÇÃO (GIE)

Os níveis de unidade de ação utilizados são: **1)** Grupos de Interesses Especiais (lobbies); **2)** Partidos políticos; e **3)** Líderes políticos formuladores de políticas.

CRÍTICAS E LIMITES (GIE)

As críticas tecidas à explicação baseada em Grupos de Interesses Especiais convergem no entendimento de que as pesquisas relacionando o impacto de grupos organizados na política comercial têm produzido um corpo impreciso de resultados que apontam em divergentes direções. Os estudos sobre Grupos de Pressão não atentaram para prover uma teoria rigorosa prevendo quais setores de mercado gerariam proteção, ou para identificar as condições mais prováveis de levarem os governos a concederem medidas mais protecionistas, rejeitar a demanda por elas, ou mudar o nível delas ao longo do tempo.

Outra questão é que o cálculo dos interesses econômicos do eleitorado e do voto congressional sofreria de três problemas, na maioria dos estudos que os tomam: 1º) a discussão está freqüentemente restrita aos interesses dos eleitores dentro do distrito geográfico de um membro do Congresso, com a suposição que esse eleitorado implica um cenário único de posições para os legisladores; 2º) esses cálculos freqüentemente definem os interesses econômicos em termos tanto do *portfólio* de fatores que os eleitores possuem, quanto dos setores industriais nos quais eles investem ou trabalham;

3º) eles freqüentemente examinam apenas um caminho único através do qual os interesses podem influenciar os votos.

Além disso, muitas firmas também estão dispostas a se apresentarem por conta própria frente ao governo, deixando de lado associações e grupos de interesse, o que enfraqueceria as suposições dos estudos de Grupos de Interesse. Existem muito poucos estudos sobre firmas individuais na política americana, em parte porque o aparato teórico do campo de estudo dos Grupos de Interesse não se ajusta a elas (as firmas) muito bem. Outras teorias tendem a gerar questões que se distanciam do estudo dos aspectos mais distintos das atitudes e comportamentos políticos das firmas.

6. CONCLUSÃO

Quando se fala em política de comércio exterior, basicamente se está falando sobre liberalizar ou proteger mercados nacionais. Cada tipo de explicação parte de diferentes causas para explicar o que leva à liberalização ou ao protecionismo comercial, e essas causas podem, aqui, serem divididas em duas naturezas: causas políticas (explicação por Grupos de Interesses Especiais ou explicação por Desenho Institucional) e econômicas (explicação por Linhas Fatoriais ou explicação por Linhas Setoriais).

É notável que todas as quatro explicações mostram predominância do Paradigma da Política Doméstica. Em todas elas, as matérias de estrutura doméstica mantêm a presença de oposições domésticas (seja nas preferências institucionais, ou no tipo / tamanho das coalizões de apoio) e das estruturas de regime influentes e moldando as decisões de política comercial, conforme prevêem Taner (2002) e Fearon (1998). Os estados são caracterizados como não-unitários, e a interação dos atores constituídos dentro deste estado (Fatores de Produção, Setores Industriais Específicos, Lideres políticos formuladores de política, Executivo e Legislativo, e Grupos de Interesses Especiais) gera uma política externa sub-ótima.

Segundo Fearon (idem), se uma política de proteção comercial é explicada como resultado de indústrias em competição com as importações construindo proteção através de contribuições para campanhas eleitorais de políticos, então seria uma explicação clássica de política doméstica relacionada à política externa. Essa explicação está mais proximamente relacionada à explicação por Linhas Setoriais e indiretamente relacionada à explicação por Grupos de Interesses Especiais. As explicações por Linhas Fatoriais e por Linhas Setoriais mostram que a política doméstica assume importância

na explicação da política externa, uma vez que as diferenças nos objetivos dos atores sub-nacionais, não relacionadas a poder, são causalmente relevantes na explicação das diferentes escolhas de política externa. As explicações pelo Desenho Institucional e pelos Grupos de Interesses Especiais aproximam-se do que Rogowski (1998) havia previsto: a variação nas instituições políticas domésticas influencia a distorção de política externa (com relação ao livre comércio ou ao protecionismo), e as estratégias dos atores domésticos para influenciar a política externa.

As explicações por Linhas Fatoriais e por Linhas Setoriais incorporam em seus argumentos, nas suas respostas ao funcionamento do sistema social, e nos Níveis de Unidade de Ação dois fatores em comum: a configuração / tamanho das coalizões de apoio, e Líderes políticos formuladores de políticas. Além disso, a Variável Independente (Mobilidade de Fatores de Produção), e as Críticas também são as mesmas, entre as duas explicações.

Ficou constatado que, pelo menos no campo de estudo da formulação de políticas de comércio exterior, fatores domésticos e de estruturas de formulação das decisões realmente ocupam um papel de importância primária nas análises, fortalecendo o que alguns autores vêm defendendo. Se boa parte da teoria existente limita-se a explicar o comportamento de política externa generalizada, e em situações de crise, utilizando vários paradigmas, o mesmo não se pode dizer do campo de estudos sobre formulação de políticas de comércio exterior.

Explicações totalmente sustentadas no Paradigma da Liderança não foram encontradas neste estudo. O referido paradigma sustenta que assuntos de liderança na formulação de política externa, bem como a orientação do líder, sugerem como essa liderança lidará com as políticas externas de seu estado, protegida das limitações sistêmicas ou das estruturas domésticas presentes (Taner, 2002). Apesar da unidade de

ação *Líderes políticos formuladores de políticas* (nível individual) estar presente em todas as quatro explicações, ela sempre vem precedida de alguma limitação doméstica ou sistêmica influenciando-a. Também não foram encontradas explicações totalmente fundamentadas no Paradigma Estrutural-Sistêmico, ainda que variáveis como *Estrutura de Comércio Internacional* e *Globalização* apareçam eventualmente, em alguns padrões de sustentação das explicações encontradas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em primeiro lugar, é importante observar que a maioria dos artigos selecionados e analisados acabou sendo americana. Provavelmente isto se deu em virtude das revistas científicas dos Estados Unidos, especializadas nessa área de estudos, contarem com um Fator de Impacto mais alto do que as demais. Esta também é a causa pela qual o caso brasileiro acabou ficando "de fora" da análise. Sendo assim, uma primeira consideração a ser feita é a seguinte: até que ponto os resultados aqui encontrados podem ser generalizados para outros casos, como o brasileiro, o europeu, ou o asiático ? A minha resposta a essa pergunta é que mais estudos precisam ser feitos, no sentido de confirmar esses resultados, ou trazer novas contribuições. Vale ressaltar que, no caso brasileiro, ainda há uma carência de sistematização do conhecimento nesta área, se comparado a casos como o americano. Mais atenção a esta área merece ser dada pelas instituições de Ciência Política nacionais, no sentido de que outros estudos em uma área tão importante para o Brasil sejam feitos. É preciso começar a tratar esse assunto como ciência política, e não apenas como ciência econômica.

O segundo ponto que considero relevante ser discutido é o seguinte: qual é o real significado de todas as quatro grandes explicações encontradas utilizarem

primordialmente fatores domésticos, para explicar a formulação das políticas de comércio exterior ? É importante compreender que isso não significa que fatores domésticos realmente são mais influentes *de facto* na FPCE, do que os estruturais-sistêmicos; trata-se de um resultado que aponta para o fato de que a maioria das *explicações atualmente propostas* utiliza fatores domésticos como variáveis que influenciam o fenômeno estudado. Isso é diferente de afirmar que fatores domésticos são mais influentes, *de facto*. O estudo não buscou examinar se fatores domésticos são mais ou menos influentes do que estruturas, ou do que tipos de liderança, mas sim determinar quais desses três fatores estão sendo utilizados nas explicações atualmente propostas. Contudo, caso sejamos tentados a interpretar os resultados, no sentido de que fatores domésticos importem *de facto*, então todas as limitações dos estudos analisados, que sustentam esta afirmação, deveriam ser levadas em consideração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, Graham T. **The Essence of Decision:** explaining the cuban missile crisis. Boston: LittleBrown, 1971.

BABST, D. **A Force For Peace**. Ind. Res, 14:55-58, 1972.

BALDWIN, Robert E. **The Political Economy of U.S. Import Policy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

BUENO DE MESQUITA, Bruce, James D. Morrow, Randolph Siverson, and Alastair Smith. **An Institutional Explanation of the Democratic Peace**. American Political Science Review 93 (4): 791–807, 1999.

CLARK, David H. **Trading Butter for Guns**. Journal of Conflict Resolution, v. 45, n. 5, p. 636-660, 2001.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Massachusetts: The Belknap Press of Havard University Press, 1990.

COLEMAN, John. **Party Decline in America**: Policy, Politics, and the Fiscal State. Princeton, N.J..: Princeton University Press, 1996.

_____. **American Political Parties and the Trade Policy Conflict Since 1947**. Paper presented at the annual meeting of the Western Political Science Association, 13-15 March, Tucson Arizona, 1997.

COPELAND, Brian R. **Strategic Interaction Among Nations**: Negotiable and Non-Negotiable Trade Barriers. Canadian Journal of Economics 23, 64-108, 1990.

_____. **Trade and Environment**. Environment and DevelopmentEconomics, v. 5, p. 405-432, 2000.

DAHL, Robert A. **Who Governs ?** Democracy and Power in an American City. Yale University Press, New Haven, 1974.

DAVIS, Christina L. **International Institutions and Issue Linkage**. American Political Science Review, v. 98, n. 1, p. 153-168, 2004.

DIXIT, A. **Strategic Aspects of Trade Policy**. in T. Bewley, ed., *Advances in Economic Theory*: Fifth World Congress. New York: Cambridge University Press, pp. 329-62, 1987.

DOUGHERTY, James, and Robert Pfaltzgraff. **Contending Theories of International Relations**. New York: Longman, 2001.

DUTT, Pushan, and Devashish Mitra. **Political Ideology and Endogenous Trade Policy**. The Review of Economics and Statistics, v. 87, n. 1, p. 59-72, 2005.

EDERINGTON, Josh. **Trade and Domestic Policy Linkage in International Agreements**. International Economic Review, v. 43, n. 4, p. 477-513, 2002.

ELSTER, Jon. **Nuts and Bolts for the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

FEARON, James. **Domestic Politics, Foreign Policy, and Theories of International Relations**. Annual Review of Political Science, 1:289-313, 1998.

FORDHAM, Benjamin O., and Timothy J. McKeown. **Selection and Influence**. International Organization, v. 57, p. 519-549, 2003.

FOYLE, Douglas. **Foreign Policy Analysis and Globalization:** public opinion, world opinion, and the individual. In GARRISON, J. *Foreign Policy Analysis in 20/20: a symposium*. International Studies Review 5, 155-202, 2003.

FRIEDEN, J. **Invested Interests:** the politics of national economic policies in a world of global finance. Int. Organ. 45:425-51, 1991.

FRIEDEN, J., and Rogowski. **The Impact of The International Economy on National Policies:** an analytic overview. In Keohane, and Milner. *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 25-47, 1996.

GAENSLEN, Fritz. **Decision-Making Groups**. In *Political Psychology and Foreign Policy*. Edited by Eric Singer and Valerie Hudson. Boulder: Westview Press, 1992.

GARRISON, J. **Foreign Policy Analysis in 20/20:** a symposium. International Studies Review 5, 155-202, 2003.

_____. **Foreign Policymaking and Group Dynamics**. In GARRISON, J. *Foreign Policy Analysis in 20/20:* a symposium. International Studies Review 5, 155-202, 2003.

GAUBATZ, Kurt. **Democratic States and Commitment in International Relations**. International Organization, v. 50, n. 1, p.109-39,1996.

GROSSMAN, Gene M., and Elhanan Helpman. **Protection for Sale**. The American Economic Review, v. 84, n. 4, p. 833-850, 1994.

_____. **Trade Wars and Trade Talks**. The Journal of Political Economy, v. 103, n. 4, p. 675-706, 1995.

HALL, Peter, and Rosemary Taylor. **Political Science and the three New Institutionalisms**. Political Studies, dec., 1996.

HALPERIN, M. **Bureaucratic Politics and Foreign Policy**. Washington, DC: Brookings, 1974.

HART, David M. **"Business" Is Not an Interest Group**. Annual Review of Political Science, v. 7, p. 47-69, 2004.

HAYS, Jude C., Sean D. Ehrlich, and Clint Peinhardt. **Government Spending and**

Public Support for Trade in the OECD. International Organization, v. 59, p. 473-494, 2005.

HERMANN, Margaret G. **Some Personal Characteristics Related to Foreign Aid Voting of Congressmen**. In *A Psychological Examination of Political Leaders*. Edited by Margaret G. Hermann. New York: Free Press, 1977.

_____. **Assessing the Personalities of Soviet Politburo Members**. Personality and Social Psychology Bulletin 6:332–352, 1980a.

_____. **Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders**. International Studies Quarterly 24:7–46, 1980b.

_____. **Personality and Foreign Policymaking:** a study of 53 heads of government. In *Foreign Policy Decision Making**: perceptions, cognitions, and artificial intelligence*. Edited by Donald A. Sylvan and Steve Chan. New York: Praeger, 1984.

_____. **Who Makes Foreign Policy Decisions and How**: an empirical inquiry. International Studies Quarterly 33:361–387, 1989.

HILLMAN, Arye L. **The Political Economy of Protection**. Chur: Harwood, 1989.

HILSMAN, Roger. **The Politics of Policymaking in Defense and Foreign Affairs**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1987.

HISCOX, Michael J. **The Magic Bullet ?** The RTAA, Institutional Reform, and Trade Liberalization. International Organization, v. 53, n. 4, p. 669-98, 1999.

HISCOX, Michael J. **Commerce, Coalitions, and Factor Mobility**. American Political Science Review, v. 96, n. 3, p. 593-608, 2002.

HOCKING, Brian. **Changing the Terms of Trade Policy Making**. World Trade Review, v. 3, n. 1, p. 3-26, 2004.

HUDSON, Valerie M., Charles F. Hermann, and Eric Singer. **The Situational Imperative:** a predictive model of foreign policy behaviour. Cooperation and Conflict 24: 117-139, 1989.

JACOBS, Lawrence, and Benjamin Page. **Who Influences U.S. Foreign Policy ?** American Political Science Review, v. 99, n. 1, p. 1-17, 2005.

JANIS, Irving. **Victims of Groupthink:** a psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes. Boston: Houghton Mifflin, 1972.

_____. **Victims of Groupthink:** a psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes. 2nd edition. Boston: Houghton Mifflin, 1982.

_____. **Crucial Decisions:** leadership in policymaking and crisis management. New York: Free Press, 1989.

KAARBO, Juliet, and Beasley. **A Political Perspective on Minority Influence and Strategic Group Composition**. In *Research on Managing Groups and Teams*, Vol. 1. edited by Margaret A. Neale, Elizabeth Mannix and Deborah H. Gruenfeld.

Stamford, CT: JAI Press, 1998.

KAARBO, Juliet. **Foreign Policy Analysis in the Twenty-First Century**. In Garrison, J. *Foreign Policy Analysis in 20/20**:** a symposium*. International Studies Review 5, p. 155-202, 2003.

KAROL, David. **Divided Government and U.S. Trade Policy**. International Organization, v. 54, n. 4, p. 825-844, 2000.

KASTNER, Scott L., and Chad Rector. **International Regimes, Domestic Veto-Players, and Capital Controls Policy Stability**. International Studies Quarterly, v. 47, p. 1-22, 2003.

KATZENSTEIN, Peter. **Small States in the World Markets**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985.

KATZENSTEIN, Peter, ed. **The Culture of National Security:** norms and identity in world politics. New York: Columbia University Press, 1996.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert, and Helen Milner, eds. **Internationalization and Domestic Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KRASNER, Stephen. **State Power and the Structure of Foreign Trade**. World Politics, v. 28, n. 3, p. 317-47, 1976.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

LADEWIG, Jeffrey W. **Domestic Influences on International Trade Policy**. International Organization, v. 60, p. 69-103, 2006.

LAKE, D. **Leadership, Hegemony and the International Economy**. International Studies Quarterly, v. 37, p. 459-89, 1993.

LI, Quan, and David Sacko. **The (Ir)Relevance of Militarized Insterstate Disputes for International Trade**. International Studies Quarterly, v. 46, p. 11-43, 2002.

LOHMANN, S., and S. O'Halloran. **Divided Government and US Trade Policy**. International Organization 48, p. 595-632, 1994.

LOBELL, Steven E. **Second Image Reversed Politics**. International Studies Quarterly, v. 43, p. 671-694, 1999.

MAHONEY, James, and Richard Snyder. **Rethinking Agency and Structure in the**

Study of Regime Change. Studies in Comparative International Development, v. 34, n. 2, 1999.

MANSFIELD, Edward D., Helen V. Milner, and Peter Rosendorff. **Why Democracies Cooperate More**. International Organization, v. 56, n. 3, p. 1347-1367, 2002.

MANSFIELD, Edward D., and J. Snyder. **Democratization and the Danger of War**. Int. Secur. 20, p. 5-38, 1995a.

_____. **Democratization and War**. Foreign Aff. 74, p. 79-97, 1995b.

MANSFIELD, Edward D., Helen V. Milner, and Peter Rosendorff. **Free to Trade**: Democracies, Autocracies, and International Trade Negotiations. American Political Science Review 94 (2), p. 305–21, 2000.

MAYHEW, David R. **Divided We Govern**: Party Control, Lawmaking, and Investigations, 1946–1990. New Haven, Conn.:Yale University Press, 1991.

McGILLIVRAY, Fiona, and Alastair Smith. **The Impact of Leadership Turnover on Trading Relations Between States**. International Organization, v. 58, p. 567-600, 2004.

MILES, M. B., and A. M. Huberman. **Qualitative Data Analysis:** an expanded sourcebook, 2d Edition. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

MILNER, Helen V. **Resisting Protectionism**. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, pp. 329, 1988.

_____. **International Theories of Cooperation**: Strengths and Weaknesses. World Politics 44 (3), p. 466–96, 1992.

_____. **Interests, Institutions, and Information:** domestic politics and international relations. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 291 pp, 1997.

MILNER, Helen V., and Benjamin Judkins. **Partisanship, Trade Policy, and Globalization**. International Studies Quarterly, v. 18, p. 95-119, 2004.

MILNER, Helen V., and Keiko Kubota. **Why the Move to Free Trade ?** International Organization, v. 9, p. 107-143, 2005.

MILNER, Helen V., and Peter Rosendorff. **Trade Negotiations, Information, and Domestic Politics**: The Role of Domestic Groups. Economics and Politics 8 (2), p.145–89, 1996.

_____. **Democratic Politics and International Trade Negotiations**. The Journal of Conflict Resolution, v. 41, n. 1, p. 117-141, 1997.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations**. 5th ed., rev. New York: Knopf, 1978.

ODELL, John S. **Understanding International Trade Policies**. World Politics, v. 43, n. 1, p. 139-167, 1990.

OLIVEIRA, A. J. S. N. . **Instituições e Política Externa**. Carta Internacional, São Paulo, n. 85, p. 13-13, 2000.

OSTRY, Sylvia. **Trade Negotiations and Civil Society**. Inter-American Development Bank. Washington, D.C.. September 17-18, 2002.

O'HALLORAN, S. **Politics, Process, and American Trade Policy**. Ann Arbor: Univ. Michigan Press, 1994.

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and Domestic Politics:** the logic of two-level games. International Organization, Vol. 42, p. 427-460, 1988.

RAY, James Lee. **The Democratic Path to Peace**. J. Democr., 8:49-64, 1997a.

_____. **On the Level(s):** does democracy correlate with peace? Presented at Norman Thomas Lectures on Sci. Knowledge of War, Vanderbilt Univ., Nashville, TN, 1997b.

_____. **Does Democracy Cause Peace ?** Annual Review of Political Science, 1, p. 27-46, 1998.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROGOWSKI, Ronald. **Commerce and Coalitions**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.

_____. **Institutions as Constraints on Strategic Choice**. In *Strategic Choice and International Relations*. Ed. DA Lake, R Powell. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1998.

ROSECRANCE, Richard, and Peter Thompson. **Trade, Foreign Investment, and Security**. Annual Review of Political Science, v. 6, p. 377-98, 2003.

RUMMEL, R. **Understanding Conflict and War**. 5 Vols. New York: Sage, 1975-1981.

_____. **A Neo-Kantian Perspective**: democracy, interdependence and international organization in building security communities. In *Security Communities in Comparative and Historical Perspective*, ed. E Adler, M Barnet, 1997.

RUSSETT, B. Oneal, and Davis. **The Third Leg of the Kantian Tripod for Peace**. International Organization, v. 52, n. 3, p. 441-68,1998.

RUSSETT, B., and J. Oneal. **Triangulating Peace**: Democracy, Interdependence, and International Organization. New York: Norton, 2001.

SCHAFER, Mark. **Science, Empiricism, and Tolerance in the Study of Foreign Policymaking**. In Garrison, J. *Foreign Policy Analysis in 20/20: a symposium*. International Studies Review, 5, p. 155-202, 2003.

SHERMAN, Richard. **Delegation, Ratification, and U.S. Trade Policy**. Comparative Political Studies, v. 35, n. 10, p. 1171-1197, 2002.

SIMMON, Beth A. **Rules Over Real Estate**. Journal of Conflict Resolution, v. 49, n. 6, p. 823-848, 2005.

SIMMONS, B. **Who Adjusts ?** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

SMALL, M., and J. Singer. **The war-proneness of democratic regimes, 1816-1965**. Jerus. J. Int. Relat., 1, p.50-69, 1976.

SOARES DE LIMA, M.R. e Santos, F. **O Congresso e a Política de Comércio Exterior**. Revista Lua Nova. São Paulo, n.52, 2001.

TANER, Binnur Ö. **How To Study Foreign Politics:** systemic constraints vs. domestic politics and decision-making structure. Perceptions - Journal of International Affairs, vol. VI, n. 4, December 2001- February 2002. <<http://www.sam.gov.tr/volume6d.php>>

TETLOCK, Philip E. **Identifying Victims of Groupthink from Public Statements of Decision Makers**. Journal of Personality and Social Psychology, 37, p.1314–1324, 1979.

_____. **Personality and Isolationism:** content analysis of senatorial speeches. Journal of Personality and Social Psychology, 41, p. 737–743, 1981.

_____. **Cognitive Style and Political Ideology**. Journal of Personality and Social Psychology, 45, p. 118–126, 1983.

THE NEW PALGRAVE: a Dictionary of Economics. London: Macmillan, v. 4, 1991.

‘t HART, Paul. **Groupthink in Government:** a study of small groups and policy failure. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

VEIGA, J.P. da. **As Políticas Domésticas e a Negociação Internacional**: o caso da indústria automobilística no Mercosul. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999.

VERTZBERGER, Yaacov. **The World in Their Minds:** information processing, cognition, and perception in foreign policy decisionmaking. Stanford: Stanford University Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo, MARIANO, Marcelo P. **A ALCA e a política externa brasileira**. Cadernos CEDEC, São Paulo, v. 74, p. 1-40, 2005.

VIGEVANI, Tullo, MARIANO, Marcelo P., MENDES, R. G. . **Instituições e conflitos comerciais no Mercosul**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 44-53, 2002.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 251pp., 1979.

WEINTRAUB, Walter. **Personality Profiles of American Presidents as Revealed**

in Their Public Statements: the presidential news conferences of Jimmy Carter and Ronald Reagan. Political Psychology, 7, p. 285–295, 1986.

WELCH, David. **A Positive Science of Bureaucratic Politics?** Mershon International Studies Review, 42, p. 210–216, 1998.

WINTER, David G., et all. **Content Analysis as a Method of Studying Political Leaders**. In *A Psychological Examination of Political Leaders*. Edited by Margaret G. Hermann. New York: Free Press, 1977.

WINTER, David G. **Leader Appeal, Leader Performance, and the Motive Profiles of Leadersand Followers:** a study of american presidents and elections. Journal of Personality and Social Psychology, 52, p. 196–202, 1987.

_____. **Personality and Leadership in the Gulf War**. In *The Political Psychology of the Gulf War*. Edited by Stanley A. Renshon. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZENG, Ka. **Trade Structure and the Effectiveness of America's "Agressively Unilateral" Trade Policy**. International Studies Quarterly, v. 46, p. 93-115, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

UNIDADES DE ANÁLISE (CASOS)

CASO 1 – OSTRY, Sylvia. **Trade Negotiations and Civil Society**. Inter-American Development Bank. Washington, D.C.. September 17-18, 2002.

CASO 2 – JACOBS, Lawrence; PAGE, Benjamin. **Who Influences U.S. Foreign Policy ?** American Political Science Review, v. 99, n. 1, p. 1-17, 2005.

CASO 3 – HOCKING, Brian. **Changing the Terms of Trade Policy Making**. World Trade Review, v. 3, n. 1, p. 3-26, 2004.

CASO 4 – KAROL, David. **Divided Government and U.S. Trade Policy**. International Organization, v. 54, n. 4, p. 825-844, 2000.

CASO 5 – EDERINGTON, Josh. **Trade and Domestic Policy Linkage in International Agreements**. International Economic Review, v. 43, n. 4, p. 477-513, 2002.

CASO 6 – MANSFIELD, Edward D.; MILNER, Helen V.; ROSENDORFF, Peter. **Why Democracies Cooperate More**. International Organization, v. 56, n. 3, p. 1347-1367, 2002.

CASO 7 – MILNER, Helen V.; JUDKINS, Benjamin. **Partisanship, Trade Policy, and Globalization**. International Studies Quarterly, v. 18, p. 95-119, 2004.

CASO 8 – HISCOX, Michael J. **Commerce, Coalitions, and Factor Mobility**. American Political Science Review, v. 96, n. 3, p. 593-608, 2002.

CASO 9 – ROSECRANCE, Richard; THOMPSON, Peter. **Trade, Foreign Investment, and Security**. Annual Review of Political Science, v. 6, p. 377-98, 2003.

CASO 10 – McGILLIVRAY, Fiona; SMITH, Alastair. **The Impact of Leadership Turnover on Trading Relations Between States**. International Organization, v. 58, p. 567-600, 2004.

CASO 11 – LI, Quan; SACKO, David. **The (Ir)Relevance of Militarized Insterstate Disputes for International Trade**. International Studies Quarterly, v. 46, p. 11-43, 2002.

CASO 12 – ODELL, John S. **Understanding International Trade Policies**. World Politics, v. 43, n. 1, p. 139-167, 1990.

CASO 13 – MILNER, Helen V.; KUBOTA, Keiko. **Why the Move to Free Trade ?** International Organization, v. 9, p. 107-143, 2005.

CASO 14 – ZENG, Ka. **Trade Structure and the Effectiveness of America's "Agressively Unilateral" Trade Policy**. International Studies Quarterly, v. 46, p. 93-115, 2002.

CASO 15 – KASTNER, Scott L.; RECTOR, Chad. **International Regimes, Domestic Veto-Players, and Capital Controls Policy Stability**. International Studies Quarterly, v. 47, p. 1-22, 2003.

CASO 16 – GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. **Protection for Sale**. The American Economic Review, v. 84, n. 4, p. 833-850, 1994.

CASO 17 – MILNER, Helen V.; ROSENDORFF, B. Peter. **Democratic Politics and International Trade Negotiations**. The Journal of Conflict Resolution, v. 41, n. 1, p. 117-141, 1997.

CASO 18 – LOBELL, Steven E. **Second Image Reversed Politics**. International Studies Quarterly, v. 43, p. 671-694, 1999.

CASO 19 – COPELAND, Brian R. **Trade and Environment**. Environment and Development Economics, v. 5, p. 405-432, 2000.

CASO 20 – SHERMAN, Richard. **Delegation, Ratification, and U.S. Trade Policy**. Comparative Political Studies, v. 35, n. 10, p. 1171-1197, 2002.

CASO 21 – DUTT, Pushan; MITRA, Devashish. **Political Ideology and Endogenous Trade Policy**. The Review of Economics and Statistics, v. 87, n. 1, p. 59-72, 2005.

CASO 22 – FORDHAM, Benjamin O.; McKEOWN, Timothy J. **Selection and Influence**. International Organization, v. 57, p. 519-549, 2003.

CASO 23 – GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. **Trade Wars and Trade Talks**. The Journal of Political Economy, v. 103, n. 4, p. 675-706, 1995.

CASO 24 – DAI, Xinyuan. **Political Regimes and International Trade**. American Political Science Review, v. 96, n. 1, p. 159-165, 2002.

CASO 25 – DAVIS, Christina L. **International Institutions and Issue Linkage**. American Political Science Review, v. 98, n. 1, p. 153-168, 2004.

CASO 26 – HAYS, Jude C.; EHRLICH, Sean D.; PEINHARDT, Clint. **Government Spending and Public Support for Trade in the OECD**. International Organization, v. 59, p. 473-494, 2005.

CASO 27 – ROSENDORFF, B. Peter. **Stability and Rigidity**. American Political Science Review, v. 99, n. 3, p. 389-398, 2005.

CASO 28 – SIMMON, Beth A. **Rules Over Real Estate**. Journal of Conflict Resolution, v. 49, n. 6, p. 823-848, 2005.

CASO 29 – HART, David M. **"Business" Is Not an Interest Group**. Annual Review of Political Science, v. 7, p. 47-69, 2004.

CASO 30 – LADEWIG, Jeffrey W. **Domestic Influences on International Trade Policy**. International Organization, v. 60, p. 69-103, 2006.

CASO 31 – CLARK, David H. **Trading Butter for Guns**. Journal of Conflict Resolution, v. 45, n. 5, p. 636-660, 2001.

ANEXO 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

MATRIZ GERAL DE ANÁLISE DOS CASOS

Casos	Propósito ou Problematização	Argumento(s)	Variáveis Independentes	Mecanismos Causais Propostos	Críticas Lançadas	Paradigma no qual se sustenta	Resposta ao funcionamento do sistema social	Nível de Unidade de Ação	Autores & Bibliografias Centrais
CASO 1									
CASO 2									
...									

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PROTOCOLO DA PESQUISA
PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

I. Introdução

Nesta seção está apresentada uma visão geral do projeto de pesquisa, incluindo os objetivos e as questões relevantes. A fundamentação teórica da pesquisa está detalhada em documento separado.

Objetivos da pesquisa. O objetivo desta pesquisa de casos comparativa e exploratória é *identificar padrões de explicação da formulação das políticas de comércio exterior, na agenda de pesquisa contemporânea*.

Os objetivos específicos são:

1. Determinar padrões nos mecanismos causais propostos pelos casos analisados (i.e. articulação causal entre variáveis dependentes e independentes).
2. Identificar padrões no propósito/problematização, no(s) argumento(s), nas variáveis independentes, e nas bibliografias e autores centrais dos casos estudados;
3. À luz do esquema proposto por Coleman (1998) – ver seção de *definições* do projeto, identificar padrões no tipo de resposta que as explicações, de uma forma geral, oferecem ao funcionamento do sistema social envolvido [em termos das relações entre níveis micro e macro de análise];
4. Identificar padrões-transcaso de paradigmas nas explicações;
5. Identificar padrões no(s) nível(is) de unidade de ação que as explicações utilizam no processo analisado;
6. A partir dos casos analisados, identificar padrões nas críticas tecidas por cada explicação a outras (isso permitirá ter uma idéia sobre os pontos críticos ou o alcance das explicações propostas);

Organização deste Protocolo. O protocolo está organizado da seguinte maneira:

- Por quê é necessário um Protocolo de Pesquisa
- Procedimentos a utilizar-se durante a pesquisa
- Perguntas a serem respondidas (**Transcaso** e **Por Caso**)
- Plano de análise dos resultados
- Referências Bibliográficas

II. Por quê é Necessário um Protocolo de Pesquisa?

Yin (2001) afirma que é necessário estabelecer um protocolo para pesquisas de múltiplos casos e para pesquisas que envolvem mais de um pesquisador. Os motivos principais são: (1) para aumentar a *confiabilidade* da pesquisa; e (2) para garantir que todos os pesquisadores estão focalizando as mesmas coisas, e que estas coisas visam poder responder as perguntas da pesquisa.

III. Procedimentos para ganhar acesso aos dados

1. Juntamente com o supervisor do projeto (orientador), será feito um levantamento de um primeiro universo de artigos que tratam do tema Formulação de Política Externa, Formulação de Políticas Comerciais, e outras palavras-chave. Esse levantamento será realizado no *portal* eletrônico **PERIÓDICOS©**, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no endereço: http://www.periodicos.capes.gov.br/

2. Serão reunidas em um documento, todas as bibliografias utilizadas por este primeiro universo de artigos selecionados.

3. Com base neste primeiro documento, e em conjunto com o supervisor desta pesquisa, será selecionado um segundo universo de artigos, desta vez, versando sobre o tema Formulação de Políticas de Comércio Exterior.

4. O próximo passo será obter os artigos através do *portal* eletrônico PERIÓDICOS©, da CAPES.

5. Os artigos que não forem encontrados no referido *portal* eletrônico deverão ser solicitados através de contato com os autores dos mesmos, ou em *home pages*.

IV .Perguntas a serem respondidas

As seguintes perguntas estão direcionadas ao pesquisador. O objetivo destas perguntas é orientar o pesquisador e mantê-lo no rumo certo durante todo o processo de coleta e análise dos dados.

Perguntas Transcaso (devem ser respondidas com base nas respostas das *Perguntas Por Caso*):

1. Existem padrões nos mecanismos causais propostos pelos casos analisados ? Em caso positivo, indique-os.
2. Existem padrões nos argumentos, nos propósitos / problematizações, nas variáveis independentes, e nas bibliografias e autores centrais dos casos estudados ? Em caso positivo, indique-os.
3. Existem padrões no tipo de resposta que as explicações, de uma forma geral, oferecem ao funcionamento do sistema social envolvido ? Em caso positivo,

foca no sistema como um todo (macro-macro), ou foca no funcionamento interno do sistema (macro-micro-micro-macro) ?

4. Existem padrões-transcaso de paradigmas nas explicações ? Indique-os em caso positivo.
5. Existem padrões no(s) nível(is) de unidade de ação que as explicações utilizam no processo analisado ? Em caso positivo, indique-os.
6. Existem padrões nas críticas tecidas por cada explicação a outras ? Em caso positivo, indique-os.

Perguntas Por Caso (perguntas a serem respondidas para *cada caso*):

1. Quais são os mecanismos causais (articulação causal entre variáveis dependentes e independentes) propostos pela explicação ?
2. Qual é o argumento, o propósito/problematização, as variáveis independentes, e as bibliografias e autores centrais do caso ?
3. À luz do esquema proposto por Coleman (1998) - seção de *definições* do projeto, qual é o tipo de resposta que a explicação oferece ao funcionamento do sistema social envolvido ? Foca no sistema como um todo (macro-macro), ou foca no funcionamento interno do sistema (macro-micro-micro-macro) ?
4. A qual paradigma a explicação oferecida pertence ?
5. Qual(is) nível(is) de unidade de ação a explicação utiliza no processo analisado ?
6. Quais são as críticas que a explicação do caso faz a outras explicações ?

V. Plano de Análise dos Resultados

1. Coletar os dados e codificá-los: a codificação é uma atividade de grande importância quando se trata de metodologia qualitativa. A codificação é um processo reflexivo em que é atribuído significado aos dados, de acordo com o arcabouço teórico, constituindo, propriamente, a parte inicial da análise. Miles e Huberman (1994) recomendam que os dados sejam codificados, na medida em que são coletados. Postergar a codificação para quando todos os dados estiverem coletados significa empobrecer a análise, além de tornar o próprio processo de codificação muito cansativo. Em uma pesquisa qualitativa, a elaboração e aplicação dos códigos são continuamente revistas e encerram-se praticamente juntas com a própria análise. Nesta pesquisa, os dados serão codificados imediatamente depois de colhidos (ao longo da leitura dos artigos), tendo como base a Lista de Códigos previamente desenvolvida, conforme recomenda a literatura (idem, ibidem). Após a codificação, as citações e seus devidos códigos serão armazenados num Banco de Dados *MS Access®.*

2. Fase de Análise dos Dados: a partir do Banco de Dados da pesquisa serão gerados relatórios estratificados por Caso e por Categoria (Mecanismo Causal, Propósito, Argumento, Variáveis Independentes etc), e com base nestes relatórios serão respondidas as Perguntas Por Caso. As respostas de cada caso (pontos analisados) serão inseridas em Matrizes. De posse da matriz na qual serão explicitados os pontos de análise de cada caso – ver **ANEXO 2**, serão posteriormente feitas comparações entre os 31 casos (análise transcaso), de forma a obter uma visão mais consolidada do debate teórico, e a avançar no sentido de atingir os objetivos específicos e então, o objetivo geral deste estudo.

3. Técnicas de Análise de Dados Previstas: Em geral, a análise é a parte mais difícil de uma pesquisa qualitativa (Yin, 2001). Para contornar as dificuldades, será utilizado o leque de técnicas apresentado por Miles e Huberman (1994). Os métodos aplicados nos estágios iniciais desta pesquisa terão a finalidade de ressaltar o significado dos dados, de identificar lacunas na base de dados e de preparar um estágio subseqüente de análise mais aprofundada. Dentre as técnicas mencionadas na bibliografia, serão utilizadas as *memórias,* os *sumários* e o *balanço intermediário*. As memórias servirão para registrar as impressões que surgirem na mente do pesquisador, na medida em que os dados vão sendo cumulativamente colhidos e codificados. São como "respostas abertas". Como resultado do sentido provisório percebido nos dados, são um tipo de lembrança ou *pour memoire* dirigida ao próprio pesquisador, ainda que possam ser mais tarde confirmadas e apresentadas como parte da análise. Embora se constituam partes do processo analítico, também podem ser consideradas partes integrantes da base de dados (Yin, 2001; Miles e Huberman, 1994). Nos sumários, os dados analisados com relação às questões de *Variáveis Independentes*, *Críticas Lançadas*, e *Autores & Bibliografias Centrais* serão selecionados e condensados diretamente nas Matrizes, e portanto não serão submetidos à codificação. O balanço intermediário do estudo, será realizado com os primeiros 15 artigos analisados e apresentado ao coordenador desta pesquisa. Ele proporcionará uma apreciação da situação geral dos dados levantados até o momento, através do qual se tornará possível avaliar se as perguntas de pesquisa estarão sendo adequadamente respondidas.

Para ajudar a chegar às conclusões finais, serão combinadas as estratégias de Análise de Conteúdo e de *display* (figura ilustrativa). Ao concentrar os dados num único lugar (no caso deste estudo, eles serão concentrados nas já mencionadas Matrizes), ordenados segundo categorias (aqui, Objetivos Específicos), de maneira visual, os *displays* propiciarão o estabelecimento de relações, prestando suporte à análise transcaso e facilitando a extração das conclusões da pesquisa, conforme recomendam Miles e Huberman (1994).

4. Controles Para Confiabilidade e Validade da Pesquisa: A validade e a confiabilidade de uma pesquisa dependem primeiramente de como a base de dados é construída e, em seguida, da maneira como ela é utilizada. Nesta pesquisa, a construção da base de dados será vinculada às Perguntas Específicas ou Transcaso (objetivos específicos em forma de perguntas). Segundo Yin (2001, p. 105) "A incorporação de um Banco de Dados para o estudo de caso, isto é, uma reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso" é um princípio predominante na investigação de um estudo de caso, e aumentará substancialmente sua qualidade. Espera-se que a concatenação das Perguntas Específicas até os dados e dos dados até as conclusões deixe clara a cadeia de evidência.

As codificações dos casos serão feitas durante a análise dos artigos, e as citações codificadas serão, em seguida, armazenadas num Banco de Dados *Microsoft Access* ®. As memórias serão escritas no corpo dos próprios artigos, e posteriormente digitalizadas. Logo que se complete a leitura e codificação dos 15 primeiros artigos, serão extraídos Relatórios do Banco de Dados, que servirão para analisar os casos, e em seguida será elaborado um balanço intermediário que será apresentado ao coordenador desta pesquisa (orientador). Após os ajustes que se façam necessários, o pesquisador dará continuidade à leitura e codificação dos casos, até completar-se a leitura do 31º caso. Em seguida, serão extraídos novamente Relatórios do Banco de Dados, desta vez para iniciar definitivamente a parte final da análise. Com base nas citações e codificações destes relatórios serão respondidas as Perguntas Por Caso. As respostas de

todas estas perguntas dirigidas aos 31 casos analisados serão *sumarizadas* dentro dos Matrizes. Elaborar-se-ão diferentes Matrizes, organizadas segundo os objetivos específicos desta pesquisa. Com base nestas Matrizes, e nas memórias previamente elaboradas será utilizada a técnica de display e para responder as Perguntas Específicas ou Transcaso desta pesquisa. Na análise Transcaso não serão utilizadas as respostas do caso-pilo (Caso 1). As respostas destas Perguntas Específicas levarão ao conseqüente atendimento dos Objetivos Específicos do estudo. Como esses Objetivos Específicos correspondem ao Objetivo Geral fragmentado, conclui-se que o Objetivo Geral da pesquisa será atingido, conseqüentemente.

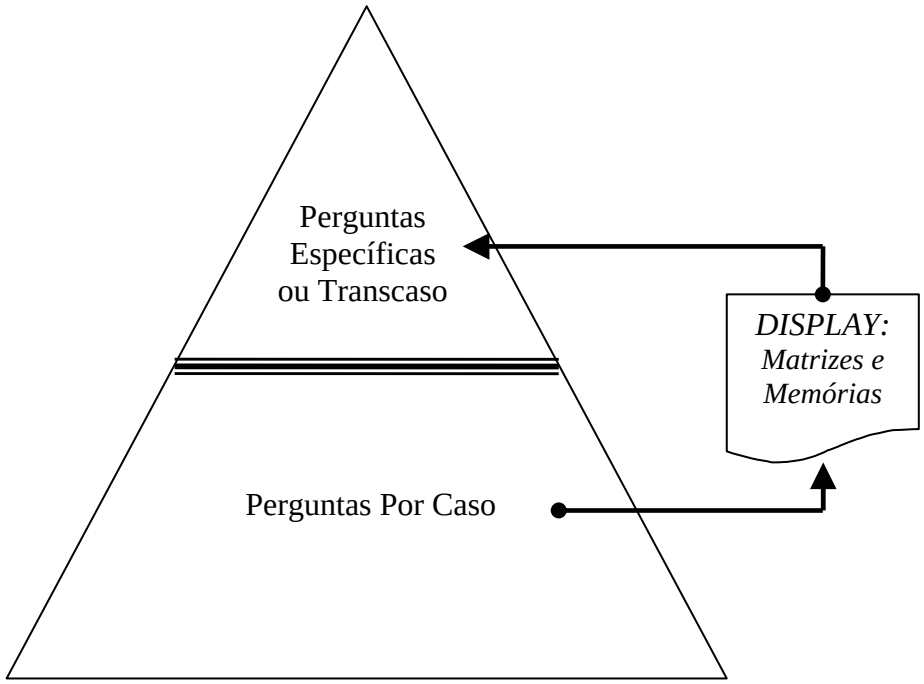

Figura 6: Processo da cadeia de evidências - concatenar as respostas das Perguntas Por Caso (armazenadas nas Matrizes) com as Memórias, e utilizar a técnica de *display* para realizar a análise transcaso e extrair os resultados da pesquisa.

VI. Referências Bibliográficas

Miles, Matthew B., and Huberman**,** A. Michael. **Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

Yin**,** Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PADRÕES CONTEMPORÂNEOS NA EXPLICAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

LISTA DE CÓDIGOS

Paradigmas	
PAR SIS	Paradigma Sistêmico ou Estrutural-Sistêmico
PAR POD	Paradigma da Política Doméstica
PAR LID	Paradigma da Liderança

Mecanismos Causais Propostos	MEC

Propósito / problematização	PROP

Argumento	ARG

Resposta ao Funcionamento do Sistema Social	
RES MAM	Ligação Macro – Macro
RES AIIA	Ligação Macro – Micro – Micro – Macro

Nível de Unidade de Ação	
NIV IND	Nível de Indivíduos
NIV SUB	Nível de Grupos Subnacionais
NIV NAC	Nível de Estados-Nação
NIV TRA	Nível de Grupos Transnacionais e Organizações não ligadas ao Estado
NIV INT	Nível de Grupos Internacionais e Organizações com Estados ou seus representantes como membros
NIV SIS	Nível de Sistema Internacional

ANEXO 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Combinação de variáveis e freqüências relacionadas em
Resposta ao Funcionamento do Sistema Social

Variáveis & Pares Cartesianos (x,y)	**Freqüência (nº de casos)**
(P,I)	3
(ψ,P)	2
(ψ,∇)	1
(∇,β)	3
(O,β)	3
(O,ψ)	2
(O,X)	2
β	3
(ψ,β)	1
(O,∇)	3
(∇,X)	3
(P,X)	1
X	1
(I,X)	1
(ψ,X)	1
(O,I)	4
(O,P)	2
O , ∇ , X	**2**
O , P , I	**2**

Onde:

P	Ideologia partidária (esquerda / direita)
β	Composição / Diversificação Industrial (expansão de exportação ou concorrência às importações)
∇	Coalizões de Apoio (tamanho e configuração)
ψ	Desenho Institucional (preferências do Executivo e Legislativo)
I	Lobbies (Grupos de Interesses Especiais)
X	Fatores de Produção (Mão-de-obra ou Capital)
O	Escolha Política dos Líderes Políticos

Padrões de Resposta ao Funcionamento do Sistema Social identificados:

Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelas **Linhas Fatoriais**	**{ (∇,X); (O,∇) / [X ⇒ ∇ ⇒ O ⇒ PCE** (Política de Comércio Exterior)**] }**
Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelas **Linhas Setoriais**	**{ (∇,β); (O,∇); (O,β) / [β ⇒ ∇ ⇒ O] ∪ [β ⇒ O] ∪ [O ⇒ PCE] }**
Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelos **Grupos de Interesses Especiais**	**{ (P,I); (O,I); (O,P) / [I ⇒ P,O] ∪ [P ⇒ O] ∪ [O ⇒ PCE] }**
Resposta ao Funcionamento do Sistema Social da explicação pelo **Desenho Institucional**	**{ (O,P); (O,ψ) / [ψ ⇒ O] ∪ [P ⇒ O] ∪ [O ⇒ PCE] }**